

CRISTIANE MARIA MAGALHÃES



**Mundos do Capital e do Trabalho:
a construção da paisagem fabril itabirana
(1874-1930)**

**Belo Horizonte
2006**

CRISTIANE MARIA MAGALHÃES

**Mundos do Capital e do Trabalho: a
construção da paisagem fabril itabirana
(1874-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Social da Cultura.

**Belo Horizonte
2006**

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora
constituída pelos professores:

Profa. Dra. Maria Eliza Linhares Borges (UFMG)
Orientadora

Prof. Dr. Fábio Faria Mendes (UFV)

Prof. Dr. Otávio Soares Dulci (UFMG)

981.51 **Magalhães, Cristiane Maria**
M188m *Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem*
2006 *fabril itabirana (1874- 1930) / Cristiane Maria Magalhães. – 2006.*

143 f. : il.

Orientador: Maria Eliza Linhares Borges.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Itabira (MG) - História - Teses. 2. Industrialização - Teses 3. Trabalho – Teses

I. Borges, Maria Eliza Linhares

II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

III. Título

*Para minha mãe,
Nilda Amélia Morais Magalhães
por me ensinar a ter fé*

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
AGRADECIMENTOS	08
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – Industrialização têxtil: a experiência mineira.....	20
1.1 As primeiras fábricas de tecidos: origens e motivações	24
1.2 Transformações no setor têxtil: o capital e a alocação dos investimentos	41
1.3 Itabira do Mato Dentro: o município do ouro, dos tecidos e do ferro	48
CAPÍTULO II – A modernidade industrial e a lógica do capital: o caso da Companhia União Itabirana	55
2.1 A Companhia União Itabirana: os primórdios de um sonho	56
2.2 A estrutura fabril da Companhia União Itabirana: do papel à realidade	68
2.3 Logística fabril nas Minas Gerais: a dicotomia entre atraso e progresso	82
CAPÍTULO III – Capital e trabalho: encontros na paisagem fabril itabirana.....	90
3.1 Forma: a produção da disciplina no encontro das paisagens rural e industrial	94
3.2 Sons: cadência do universo fabril com os ritmos do mundo rural	109
3.3 Cores: as celebrações e a religiosidade operária	112
3.4 Vivências Operárias: os trabalhadores da Cia. União Itabirana	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
PERIÓDICOS.....	141
DOCUMENTOS AVULSOS, IMPRESSOS E MANUSCRITOS	141
DEPOIMENTOS ORAIS	142

ÍNDICE DE TABELAS E IMAGENS

TABELAS

Tabela 1: Estimativa da Distribuição das Fábricas de Tecidos de Algodão Brasileiras, 1866, 1875, 1885	29
Tabela 2: Fábricas de Tecidos em Minas Gerais em 1885	31
Tabela 3: Fábricas de Tecidos em Minas Gerais em 1908	33-35
Tabela 4: Dados comparativos das fábricas de tecidos mineiras entre os anos de 1885-1908	35
Tabela 5: Dados comparativos das fábricas de tecidos mineiras, entre os anos de 1885-1908-1920.....	39
Tabela 6: Composição, por gênero do operariado da Cia. Industrial São Joanense, entre os anos de 1897 a 1900.....	76

IMAGENS

Fotografia 1: Investidores da Cia. União Itabirana.....	45
Fotografia 2: Chico Zuzuna testando um de seus inventos	74
Fotografia 3: Senhor José Caldeira da Fonseca, viajante da fábrica de tecidos	88
Fotografia 3: Fachada da Cia. União Itabirana.....	95
Fotografia 4: Sobrado onde morava o gerente da fábrica.....	99
Fotografia 5: Grupo de operárias e meninas.....	103
Imagem 1: Documento que representava a Ação de número 757, da Cia. União Itabirana	63
Imagem 2: Croqui do núcleo fabril formado pela Cia. União Itabirana.....	97

MAPA

Mapa 1: Mapa atual do estado de Minas Gerais, com a localização da cidade de Itabira.....	51
---	----

RESUMO

O objetivo desta dissertação, inserida na linha de pesquisa História Social da Cultura, é abordar, através de um estudo de caso, questões ligadas à industrialização têxtil no interior de Minas Gerais, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. O objeto investigado foi uma fábrica de tecidos de algodão, denominada Companhia União Itabirana, instalada no município de Itabira (MG) no ano de 1876. Busca-se compreender qual era a lógica do capital para o período delimitado pela pesquisa (1874-1930) e como os empreendimentos fabril-têxteis foram instalados em termos de tecnologia, mercado, capital e componente humano. A formação espacial dos núcleos fabris, que se constituiu num dos componentes na formação disciplinar do operariado, é outra questão privilegiada. Identifica-se, também, a instalação dos empreendimentos fabris em localidades rurais, o que promoveu o encontro entre este dois universos distintos: o rural e o fabril.

Palavras-chave: Itabira-industrialização-fábrica-algodão-tecnologia-capital-trabalho-paisagem

AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos pode se tornar, às vezes, uma tarefa complicada, pois se corre o risco de relegar ao esquecimento pessoas importantes. Sabendo desse risco, iniciei essa tarefa, talvez injusta e falha e, desde já, peço desculpas.

Agradeço, primeiramente, à Deus, meu Pai eterno, por me dar força e coragem em todos os momentos de minha vida. A Sua presença se fez constante e a Ele devo minha gratidão por estar aqui.

Um agradecimento especial dedico à minha orientadora, Maria Eliza Linhares Borges. Com competência e sabedoria, ela soube conduzir-me para o caminho desta pesquisa que se apresentou problemática, em diversas ocasiões e aspectos. Ressalto que todos os problemas que permaneceram neste estudo de caso são de minha inteira responsabilidade. Minha orientadora foi incansável em apontar o que deveria ser revisto e melhor analisado.

Na FAFICH/UFMG, agradeço aos funcionários que sempre estiveram dispostos a esclarecer dúvidas e a realizar o trabalho com delicadeza.

Agradeço aos professores da FAFICH/UFMG, com os quais fiz as disciplinas curriculares: Eduardo França Paiva, Eliana Dutra, José Carlos Reis, Regina Helena Alves da Silva e, minha orientadora, Maria Eliza Linhares Borges. Agradeço ainda, à Júnia Ferreira Furtado, contato inicial com a pós-graduação da UFMG e foi quem deu as primeiras sugestões e acreditou no sucesso dessa pesquisa.

Aos queridos colegas de caminhada, o meu muito obrigada! Desses cito apenas alguns, que considero que estiveram mais presentes e com os quais mantive estreito diálogo, mas todos foram importantes. Agradeço ao Antônio Carlos, pelos livros, pelas indicações de bibliografia e pelas longas conversas; ao Clayton, pela paciência na explicação de conceitos e na leitura e sugestões de parte da dissertação; à Rúbia, Hilário, Márcia Almada e Samantha, pela amizade e confiança; Clotilde, Danielle, Edmar, Márcio Bustamante, Luciano, Priscila, Rangel, Rosângela e tantos outros, pelas divertidas conversas nos corredores, na cantina e fora do ambiente acadêmico.

Em Belo Horizonte, agradeço à minha amiga Mariza que soube entender e estender as mãos nos meus momentos de angústia e dificuldades e, também, nos de alegria e conquistas.

Em Itabira, o meu agradecimento aos funcionários do Museu de Itabira; aos ex-operários e operárias que se dispuseram a relatar sua história de vida; ao Altamir Barros, pelo empréstimo dos negativos em vidro de Brás Martins da Costa e pelos diálogos a respeito da história itabirana; aos meus ex-professores, Cecília e Abel Camilo, pelas sugestões e histórias da fábrica de tecidos pesquisada; ao Dr. Roberto Barros, ex-presidente da Unimed, pelo apoio quando mudei-me de Itabira; à professora de português Graça Lima, pela revisão no texto final e, ainda, às diversas pessoas que contribuíram, de alguma forma, para a finalização desta pesquisa.

Ao sr. Afonso Camilo de Oliveira, ex-proprietário e diretor da Cia. União Itabirana, expresso a minha gratidão pela paciência nas inúmeras vezes que estive em sua residência, para horas e horas de depoimentos orais e por sua busca, incansável, de documentos e fotografias já esquecidas e amareladas pelo tempo.

Agradeço ao sr. Benedito Geraldo Alves, o Bené Gabiroba, ex-operário da Cia. União Itabirana, que gentilmente levou-me ao lugar onde o núcleo fabril estava edificado. Estar ali causou-me uma emoção indescritível. Atualmente, o local está urbanizado, o bairro Gabiroba se formou e expandiu onde antes existia o núcleo. Restaram apenas o pátio, o muro de pedra, que ficava em frente ao sobrado do gerente e a edificação onde funcionava o escritório e ambulatório que, hoje, abriga a sede de um pequeno sítio. Do rio que passava por ali e abastecia o núcleo e as turbinas da fábrica, restou apenas um filete d'água, que está canalizado. Com paciência, o sr. Bené mostrou-me onde ficava o prédio da fábrica, o sobrado, as casas dos operários e a sua própria, onde ele nasceu, além de muitas árvores plantadas pelo pai, o operário Seth Alves, que ainda estão no lugar. A partir de sua descrição, uma imagem mental ia tomando forma e eu pude “ver” a circulação de pessoas e animais no antigo pátio interno do núcleo, os dias de festa quando a fábrica e as pessoas se enfeitavam de sorrisos e cores, pude “ouvir” o apito da caldeira, que anunciava antes mesmo do sol nascer o início dos trabalhos e o toque do sino que determinava a hora de recolher.

Um agradecimento repleto de sentimento e amor faço aos meus pais, Hélio e Nilda, pelo apoio e confiança incondicionais e às minhas irmãs queridas, Fernanda, Héliida e Luciana (que pacientemente leu as várias versões e fez diversas correções no texto). A eles, dedico a minha gratidão pela compreensão nas muitas ausências, pelo carinho nos momentos difíceis e pelas palavras de ânimo e de fé, sempre.

Nos agradecimentos há sempre aquelas pessoas deixadas por último, propositalmente. Na maior parte das vezes, são elas que mais contribuem para o desenvolvimento do trabalho, mesmo quando não dominam o assunto pesquisado. No entanto, esforçam-se para dar o que é mais difícil nesses momentos: carinho, compreensão, confiança, paciência e companheirismo. Dessa forma, agradeço ao João Neroni, por seu cuidado e atenção durante todo o processo de pesquisa e escrita deste trabalho. As incansáveis leituras e considerações no texto foram muito mais do que pontuais, elas ajudaram-me a estabelecer um diálogo com o meu objeto que, possivelmente, sozinha eu não teria conseguido realizar. Abusei, ainda, da sua formação em Economia para obter assessoria nos cálculos e análises financeiras aqui constantes. As suas idéias e observações foram muitas e estão espalhadas por todo o texto. Sei que palavras não conseguirão expressar a minha gratidão, mas as lanço aqui para que fiquem gravadas no papel para o futuro, pois no coração elas já foram registradas, como escreveu Adélia Prado: “o *que a memória ama, fica eterno*”.

*“A indústria do algodão foi certamente a pioneira na
Revolução Industrial e a tecelagem foi
o modelo preeminente para o sistema fabril”*

E. P. Thompson¹

*“Mas ele desconhecia
esse fato extraordinário:
que o operário faz a coisa
e a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
à mesa, ao cortar o pão,
o operário foi tomado
de uma súbita emoção
ao constatar assombrado
que tudo naquela mesa
— garrafa, prato, facão —
era ele quem os fazia.
Ele, um humilde operário,
um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
banco, enxerga, caldeirão
vidro, parede, janela
casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
era ele quem o fazia
ele, um humilde operário
um operário que sabia
exercer a profissão”*

Vinícius de Moraes.²

¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Oficinas da História. Vol. II. p. 15

² MORAES, Vinícius. Poema: *O Operário em Construção*.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de investigações sobre a industrialização têxtil no interior de Minas Gerais, entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Tomamos para estudo de caso, uma fábrica de tecidos de algodão, instalada na zona rural do município de Itabira (MG), em 1876. Nesse ano, um grupo de investidores do município se reuniu para organizar o capital e fundar a sociedade anônima que deu origem à Companhia União Itabirana, conhecida como Fábrica de Tecidos da Gabiroba.

A Companhia União Itabirana foi instalada, efetivamente, após a autorização imperial concedida por meio do Decreto nº. 6162, publicado em 24 de março de 1876. O capital social inicial, de 100:000\$000 (cem contos), foi incorporado pelos acionistas em 1º de março de 1876. Esse capital foi dividido em 1.000 ações, com o valor nominal de 100\$000 (cem mil réis) para cada acionista³. A fábrica de tecidos de algodão começou a operar com 28 teares e 1.040 fusos.

Ao redor dessa fábrica, um núcleo foi formado para a manutenção da produção. Nele, os mundos do trabalho e do não-trabalho se tocavam, proporcionando estreitas relações entre o capital e o trabalho. A criação do núcleo deu origem a uma paisagem fabril-têxtil numa área rural do município de Itabira. Faziam parte dessa paisagem: as edificações específicas da fábrica, o sobrado onde morava o gerente com sua família, a casa das moças, um alojamento para os rapazes e outro para as viúvas, uma escola, uma igreja, um armazém, um rancho para abrigar os tropeiros e os “cometas”, uma residência para os técnicos estrangeiros e as moradias dos operários casados e suas famílias.

Nesta pesquisa procuramos compreender as motivações que impulsionaram grupos de empreendedores mineiros, do interior da província, como foi o caso da Cia. União Itabirana, a investir capital e esforços, proveniente de atividades distintas, em empreendimentos fabril-têxteis com o intuito de fazê-los prosperar. Compreender qual era a lógica do capital nesse período é uma das questões norteadoras desta investigação.

A lógica do capital e o “espírito de associação e indústria”, de que fala Domingos Martins Guerra (1826-1899)⁴, que levaram homens de negócios mineiros, a partir da década

³ Informações coletadas no verso de uma das Ações nominiais da Cia. União Itabirana. Acervo particular Altamir Nunes de Barros.

⁴ Domingos Martins Guerra era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em Itabira, foi mentor de diversos empreendimentos industriais, tais como: a Cia. União Itabirana (1876-1964), a Fábrica de

de 1870, a investir capital e esforços em empreendimentos fabril-têxteis estavam vinculados aos ideais nacionais de progresso e civilidade, no contexto do ideário da modernidade industrial. A ata da primeira reunião para constituição da Companhia União Itabirana é reveladora quando aponta os motivos por que se devia criar uma fábrica de tecidos no município de Itabira:

“não só no sentido do interesse material, como no interesse de elevar-se o espírito de associação e indústria, únicos capases de elevar-nos do abatimento em que havemos cahido”(sic).⁵

Nesse fragmento do discurso de Domingos Martins Guerra, percebem-se indícios do imaginário que, possivelmente, era o mesmo de outros investidores mineiros da década de 1870 e os motivou à criação de empreendimentos fabris. Essa motivação não estaria apenas ligada aos interesses econômicos e às condições favoráveis apresentadas no período delimitado por este estudo (1874-1930), mas relacionada, também, ao *espírito de associação e indústria, único que elevaria os ânimos dos homens de negócios*, no contexto do ideário da modernidade.

O ideal de modernidade, posto no final do século XIX e início do XX, caracterizou-se principalmente, por transformações arquitetônicas e no espaço urbano. De acordo com Follis (2004), eram três os componentes do ideal de modernidade do período: a racionalização, a higienização e o embelezamento.⁶

Neves (2003) considerou que os ideais da modernidade estavam condensados no que então era visto como a associação indissolúvel entre os conceitos de progresso e civilidade, que redesenhavam o quadro internacional⁷. Segundo a autora, a partir de 1851, com a inauguração das Exposições Universais na Inglaterra, “o caudal dos ideais modernos virá desaguar nessas festas de progresso e civilização”.⁸ No Brasil, a autora considerou, ainda, que, a partir da década de 1860, as novidades do tempo estavam timidamente presentes. Para ela,

Tecidos da Pedreira (1888-1940), o Instituto Agrônomo de Itabira, além de duas fábricas pequenas: uma de arreios e outra de chapéu de palha.

⁵ Ata da Reunião da Câmara Municipal de Itabira, 11 de outubro de 1874, fala do Dr. Domingos Martins Guerra. Acervo particular de Afonso Camilo de Oliveira Lage.

⁶ FOLLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

⁷ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 19.

⁸ NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. p. 24.

“antes mesmo de abolir a escravidão, que se tornara um obstáculo real para o progresso material e desmentia a reputação de progressista perseguida pelo Império e pelo segundo imperador, aqui chegaram alguns lampejos suntuários das conquistas modernas”.⁹

Os lampejos das conquistas modernas, segundo Neves, estariam refletidos, principalmente, na fotografia, no telefone, no telégrafo, no fonógrafo e na estrada de ferro. Esta pesquisa procurou entender como a industrialização têxtil mineira, com a instalação das fábricas de tecidos de algodão, no final do século XIX, fazia parte desses ideais progressistas perseguidos pelo Império.

Nesse sentido, as fábricas de tecidos brasileiras transformaram-se em signos dessa almejada modernidade industrial à medida que incorporaram alguns de seus elementos, como a incorporação de valores de higiene e saúde em seu interior e nos núcleos fabris, o uso da energia hidráulica, a concepção espacial, a racionalização e a disciplinarização da força de trabalho, entre outros. A idéia de *progresso*, para esse período, foi pensada em oposição à de *atraso*. Comumente, relacionavam-se ao *atraso* os signos do campo e ao *progresso* os do urbano. Dessa forma, para que o Brasil fosse moderno, semelhante às nações consideradas avançadas, deveria deixar de ser *rural* e *atrasado* e se transformar num país industrializado e ordenado, segundo a lógica desenvolvimentista do capitalismo industrial. O *atraso* e o *progresso* será um par constante na sonhada modernidade industrial brasileira.

Williams (1989) e Roncayolo (1997) desenvolveram o conceito da cidade expandida, em que não há autonomia do campo em relação à cidade e vice-versa. Para os autores, inexistente uma ruptura drástica entre o campo e a cidade; antes, estão intimamente relacionados e são dependentes¹⁰. Nesse sentido, entendemos nossa temática estabelecida entre esses dois universos: o campo e a cidade.

Em geral, um dos motivos para a instalação das fábricas de tecidos mineiras, no final do século XIX, fora do perímetro urbano, era a proximidade dos rios e quedas d'água, que geravam força motriz para o funcionamento das turbinas hidráulicas. Algumas fábricas desse período utilizavam, como fonte de energia complementar, principalmente em tempos de estiagem, a energia a vapor, como foi o caso da Cia. União Itabirana. No entanto, o uso exclusivo dessa encarecia o produto final. De acordo com os diretores da Companhia Cedro e

⁹ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. p. 25.

¹⁰ Ver: RONCAYOLO, Marcel. “Chapitre Premier: La ville em ses prémices” e “Chapitre IV: Ville et culture urbaine”. In: *La villes et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997, p.27-34 e p.73-89 e WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Cachoeira, de propriedade da família Mascarenhas, o baixo custo da produção de tecidos decorrente da utilização da energia hidráulica era um dos principais fatores que permitiam às indústrias nacionais fazer frente à concorrência aos tecidos importados.¹¹ Por esse motivo, a força hidráulica era a fonte de energia mais utilizada pelos empreendedores mineiros.

Somente nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX, a energia elétrica começou a ser implantada e amplamente utilizada nos centros urbanos para iluminação pública e residencial e força motriz para as indústrias. De acordo com Giroletti (2002), o uso da energia elétrica simplificou a organização do espaço interno dentro das fábricas, o que proporcionou maior flexibilidade e melhor aproveitamento do espaço, barateou os custos de montagem das fábricas pela economia de equipamentos e das obras de infra-estrutura, além de contribuir para maior segurança dos operários, pela redução dos acidentes ocasionados pelo antigo sistema de transmissão de energia, ou seja, a energia hidráulica.¹²

Pensando nos aspectos relacionados anteriormente, as questões principais levantadas por esta pesquisa foram: onde estavam instalados e de onde vinha o capital para os primeiros empreendimentos fabril-têxteis do território mineiro? Qual era a lógica do capital para o período estudado? Como as fábricas têxteis foram implantadas em termos de tecnologia, mercado, capital e componente humano? De que maneira a forma espacial de constituição do núcleo fabril contribuiu para a formação da disciplina do operariado? Qual o lugar destinado ao trabalho e aos trabalhadores nos empreendimentos fabris? Quais as formas de vivências e de sociabilidades foram estabelecidas na Cia. União Itabirana? Essas questões nortearam a análise dos dados referentes ao estudo de caso.

Para maior visibilidade do objeto sobre o qual se debruçou esta pesquisa, estruturamos o texto em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No Capítulo I – *Industrialização têxtil: a experiência mineira* – realizamos uma análise sobre as condições favoráveis à implantação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos fabril-têxteis na Província Mineira.

Quais foram as primeiras fábricas de tecidos instaladas no território mineiro? Onde estavam localizadas? E como elas chegaram, em termos de desenvolvimento industrial e montante do capital, às primeiras décadas do século XX?

Além do tratamento dado a essas questões, realiza-se, ainda neste capítulo, uma abordagem sobre a procedência do capital para a montagem dos primeiros empreendimentos fabril-têxteis. Fontes diversas, identificadas a seguir, dão conta que os primeiros grupos de

¹¹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 60.

¹² GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 61

investidores mineiros que reuniram capital para a montagem das fábricas de tecidos compunham-se, em sua maioria, de religiosos, comerciantes, produtores rurais e profissionais liberais, tais como médicos e farmacêuticos, a exemplo da Companhia União Itabirana. Faz-se, também, uma breve contextualização do município de Itabira, onde foi instalado o nosso estudo de caso.

No Capítulo II – *A modernidade industrial e a lógica do capital: o caso da Companhia União Itabirana*, analisamos a Companhia União Itabirana com o objetivo de compreender as motivações sócio-culturais e econômicas presente nas ações dos acionistas. Observamos, ainda, sua estrutura administrativa, bem como a identificação dos primeiros diretores, a localização, as instalações, a capacidade de produção, a aquisição da matéria-prima (o algodão) e, ainda, as dificuldades de transportes para o interior mineiro. Ou seja, o estudo de caso busca entender o que significava, segundo a ótica de um empresário do século XIX, do interior de uma província localizada, também, no interior do país, instalar um empreendimento fabril e fazê-lo prosperar.

No Capítulo III – *Capital e trabalho: encontros na paisagem fabril itabirana*, realizamos uma abordagem da constituição e da distribuição espacial do núcleo fabril, citado anteriormente. Interessa-nos, em especial, compreender as relações de sociabilidade e convivência que se estabeleceram num espaço rural que fora concebido com critérios, até aquele momento, identificados com o universo urbano.

A escolha do marco cronológico (1874-1930) – já adotado em outras pesquisas¹³ – apóia-se em referência bibliográfica que considera esse período como momento essencial para a implantação e desenvolvimento do setor fabril têxtil brasileiro.¹⁴

A data inicial, 1874, é um marco interno ao estudo de caso. Nesse ano, aconteceu a primeira reunião, em Itabira, entre os investidores que dispuseram capital para a constituição da sociedade anônima. No entanto, o ano celebrado pelos investidores itabiranos é o 1876, já que nesse ano foi dada a autorização governamental para o início das atividades e a fábrica foi efetivamente viabilizada. Dessa forma, existem duas datas com a qual dialogamos: a primeira,

¹³ Exemplos de dissertações que basearam-se nesta periodização: RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense 1891/1935*. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 08/07/2003; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas.

¹⁴ Periodização semelhante está presente nos estudos de: RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002; LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, entre outros.

quando a Companhia foi idealizada e os primeiros esforços para implantá-la foram empreendidos e, a segunda, eleita pela própria fábrica como o ano de sua instituição.

O marco final, 1930, coincide com o momento das dificuldades econômicas vivenciadas nos últimos anos da década de 1920 e com a intervenção do poder público no sentido de regulamentação do trabalho, através de leis como a Lei de Férias e o Código de Menores¹⁵. Esses fatores refletiram nas fábricas de tecidos que começaram a enfrentar uma crise econômica e tiveram que se adaptar às novas determinações trabalhistas impostas pelo governo. A crise do setor fabril-têxtil, iniciada no final da década de 1920, prolongou-se até a década de 1960. Nesta última, grande parte das fábricas de tecidos mineiras, de pequeno porte, foi fechada, inclusive a Cia. União Itabirana, que encerrou suas atividades produtivas em 1964. Importa ressaltar que a periodização adotada não foi rígida; em vários momentos, retrocedemos ou avançamos no tempo para melhor contextualização e compreensão do objeto de análise.

Na busca de fontes, um problema que se impôs desde o início diz respeito à inexistência de um acervo documental específico sobre a fábrica estudada. De acordo com os depoimentos orais, quando o empreendimento foi fechado, em 1964, todos os documentos foram queimados e/ou eliminados pela direção da Companhia à época. Fez-se, pois, necessário privilegiar o uso de documentos dispersos em acervos particulares e públicos, pesquisas em jornais, em fontes visuais, em depoimentos orais e em correspondências oficiais.

Grande parte das Atas e Relatórios da Diretoria pôde ser recuperada nas publicações anuais dos jornais locais, tais como, *Correio de Itabira*, *O Tempo*, *Cometa Itabirano* e *Cidade de Itabira*, pertencentes ao Museu de Itabira e a acervos particulares. No caso das sociedades anônimas, os jornais são porta-vozes da diretoria para tornarem públicos os balanços e relatórios anuais. Na imprensa de Itabira, principalmente no *Correio de Itabira*, que pertencia ao Órgão Oficial da Câmara Municipal, percebe-se que, além de existirem as publicações legais relacionadas à fábrica de tecidos, eram publicadas, também, notas de falecimentos de administradores e operários, notícias sobre a criação de associações, realização de benfeitorias no empreendimento e sobre as visitas ilustres que passavam por ali. Este conjunto de dados permitiu analisar questões ligadas à vida no ambiente fabril.

No Arquivo Público Mineiro foram encontradas correspondências enviadas pela diretoria da Cia. União Itabirana aos órgãos oficiais, tais como anuários estatísticos industriais, artigos sobre o município de Itabira e uma edição especial do Jornal Minas Gerais,

¹⁵ Lei de Férias: Lei nº 4.892, de 24/12/1925 regulamentada pelo Decreto nº 17.496, de 30/10/1926. Código de Menores: Decreto nº 17.943-A de 12/10/1927.

de 1925, que publicou informações sobre as indústrias e os municípios mineiros até aquele ano.

Foram utilizados, ainda, depoimentos orais. Mediante entrevistas com ex-operários e ex-proprietários da Cia. União Itabirana, procurou-se contextualizar a memória dos entrevistados, não as tomando como retrato do real, mas como representações sociais. Delas, interessou-nos, sobretudo, perceber como aconteciam as relações e as vivências que se estabeleceram nos mundos do trabalho e do não-trabalho. No entender de Le Goff (2003), a memória é “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o passado vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”.¹⁶ A memória dos atores sociais que fizeram parte da história da fábrica estudada – ex-operários e operárias, bem como um dos proprietários – transformou-se em fonte elucidativa, à medida que o universo fabril se fazia representar através dos depoimentos. A memória é uma fonte histórica peculiar, dada sua estreita relação com a história. No diálogo entre o passado e o presente, as memórias coletivas e as individuais estão impregnadas de historicidade. Entre a lembrança e o esquecimento, os sujeitos históricos estabelecem elos de ligação com o passado, através de suas falas no presente. Foram esses ecos do passado que procuramos ouvir ao estabelecer um diálogo, no presente, com os fatos vivenciados e transformados em lembranças.

Nosso contato inicial com os depoentes foi realizado com o senhor Afonso Camilo de Oliveira, ex-proprietário e diretor da fábrica de tecidos estudada, no ano de 2003. Após algumas conversas informais e, posteriormente, com a delimitação do objeto de estudo para a montagem do Projeto de Pesquisa, montamos um roteiro de entrevistas com questionários específicos para os ex-operários e outro para os ex-diretores. Os primeiros entrevistados foram indicados pelo ex-diretor, no entanto, a partir das primeiras entrevistas com os ex-operários, eles indicavam outros colegas. Alguns ex-operários e familiares contatados não se dispuseram a conceder entrevistas, mas, na maioria das vezes, a receptividade foi boa e os depoimentos ocorreram sem dificuldades e em mais de uma ocasião.

A fotografia, um dos ícones da modernidade¹⁷, também foi utilizada como fonte. No decorrer da pesquisa, encontramos um acervo composto por quase quinhentos negativos em vidro, do fotógrafo itabirano Brás Martins da Costa. Entre eles, estavam várias imagens do núcleo fabril da Cia. União Itabirana. Dessas, selecionamos algumas que consideramos

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 29.

¹⁷ De acordo com NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República*. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. p. 25.

representativas do ponto de vista das análises aqui desenvolvidas. As fotografias constantes deste estudo foram reproduzidas diretamente dos negativos em vidro deixados pelo fotógrafo.

Brás Martins da Costa exerceu no município a atividade de fotógrafo entre os anos de 1895 e 1915. Além de fotógrafo de estúdio e de vistas urbanas, era colecionador e vendedor de livros; possuía conhecimentos de vários idiomas como latim, grego, alemão, francês e esperanto. Em 1901, assumiu o cargo de Juiz de Paz do município de Itabira e foi, ainda, diretor-redator do *Jornal Correio de Itabira*, além de acionista e diretor, durante um período, da fábrica de tecidos investigada¹⁸. A técnica fotográfica utilizada por Brás foi o processo positivo/negativo de produção baseada no suporte de vidro.

Em 1991, foi publicado o livro *No Tempo do Mato Dentro*¹⁹, onde se reproduziu parte do acervo dos negativos em vidro desse fotógrafo itabirano. Pelas fotografias, percebemos a diversidade das imagens produzidas por Brás, cujo olhar se dirigia tanto para o espaço urbano quanto para os que se apresentavam em seu estúdio, em busca de uma imagem refletida no papel. Fotografava autoridades locais com a mesma frequência com que direcionava sua câmera às pessoas comuns, aos pobres e operários. Nas imagens, é possível encontrar desde um descontraído grupo de homens e meninos brincando, sorridentes às margens de um riacho, até o Batalhão da Guarda Nacional, perfeitamente alinhado, fardado e empunhando armas.

Outra fonte privilegiada por este estudo, foi a dos memorialistas. Dessas, merece destaque as memórias do psiquiatra Clóvis de Faria Alvim (1920-1979), que nasceu, foi alfabetizado e passou parte da infância no núcleo fabril da Cia. União Itabirana, pois era filho de Juca Alvim, sócio e gerente da fábrica de tecidos entre 1903 e 1932. O livro autobiográfico, denominado *Escritos Bissexto*²⁰, foi publicado em 1980, financiado pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, como homenagem pós-morte ao autor²¹. Ao longo da vida, Clóvis Alvim escreveu suas memórias em forma de crônicas. Entre elas, destacam-se duas significativas para este estudo: “*Em tempo de nostalgia*” e “*Gabiroba*”. Nessas crônicas, o autor rememora a infância no núcleo fabril e descreve o funcionamento da fábrica e do cotidiano dos proprietários e funcionários nos mundos do trabalho e do não-trabalho.

Apesar do aspecto romanceado identificado na composição de suas memórias, as crônicas que compõem *Escritos Bissexto* serão utilizadas em diversos momentos deste

¹⁸ Informações extraídas de várias edições do *Jornal Correio de Itabira*, entre os anos de 1890 a 1904.

¹⁹ BARROS, Altamir José de; DAMASCENO, Robinson dos Reis (coords.). *No Tempo do Mato Dentro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, s/d. [1991].

²⁰ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980.

²¹ Como médico psiquiatra Clóvis Alvim foi colaborador de Helena Antipoff em seus trabalhos com a criança e o adolescente excepcional ou superdotado, na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.

estudo. O que nos interessa perceber, nessa autobiografia de Clóvis Alvim, são as representações que ele constituiu sobre a fábrica de tecidos, os operários, os proprietários e o núcleo fabril. Esse livro, inclusive, foi utilizado como fonte por Giroletti ao escrever *Fábrica: convento e disciplina*, publicado em 2002, em que analisa a formação de conventos e mecanismos disciplinares presentes na Cia. União Itabirana que serviram, inclusive, de modelo para pensar outras fábricas do período.²²

Foi com o cuidado e o respeito a cada fonte e seguindo os indícios deixados por elas, que esta pesquisa se desenvolveu. No dizer de Le Goff “no limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”²³. Com essas premissas, recorreremos às fontes tradicionais, como os relatórios oficiais enviados à sede da Província Mineira, exaustivamente analisados por historiadores ao longo do tempo e às fontes novas, como a fotografia. Entretanto, é com o olhar instigante de quem busca o novo por trás do singular, que nos propusemos a realizar este estudo.

²² GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 235

²³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 29.

CAPÍTULO I

Industrialização têxtil: a experiência mineira

As primeiras fábricas de tecidos se estabelecem no Brasil do século XIX, predominantemente agrário-exportador e escravista, com a economia assentada em atividades diversas como a siderurgia, as pequenas fundições, a extração mineral, a atividade têxtil doméstica, a agricultura, a pecuária e o comércio voltado para a exportação de produtos agropecuários como açúcar e algodão.

O contexto histórico propício à industrialização têxtil no Brasil estava, sobretudo, na almejada modernidade industrial. Desejada por setores do governo imperial e por particulares, o ideário dessa modernidade manifestava-se em ações que representavam o progresso, tais como a implantação de ferrovias, as melhorias urbanas e o capital constante investido em equipamentos para implantação de empreendimentos industriais²⁴, ou seja, importação de tecnologia para a industrialização e o desenvolvimento do país. Juntamente com essas ações efetivas, pretendia-se a formação de uma nova sociedade, mais civilizada, racional, bela, disciplinar e higiênica. Os conceitos indissolúveis para caracterizar os ideais modernos, de acordo com Neves (2003)²⁵, foram: civilidade e progresso.

Na opinião de Giroletti (2002), o carro-chefe da modernidade industrial, não só a brasileira como também a de outros países, foi o sistema fabril-têxtil²⁶. O historiador inglês E. P. Thompson (1987) também afirmou algo semelhante. Segundo ele, a indústria do algodão foi certamente a pioneira na Revolução Industrial e a tecelagem foi o modelo preeminente para o sistema fabril.²⁷

Em Minas Gerais, a implantação das fábricas de tecidos, a partir de 1872, transformou-se em instrumento para a modernização capitalista. Nesse ano, começou a

²⁴ NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 206.

²⁵ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 19.

²⁶ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002.

²⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v. Coleção Oficinas da História. Vol. II. p. 15

funcionar a Fábrica de Tecidos do Cedro, implantada pelos irmãos Mascarenhas na localidade de Tabuleiro Grande, distrito de Sete Lagoas.

A implantação efetiva do sistema fabril-têxtil, no território mineiro, não estava restrita a um único fator motivador; antes, foi proveniente da junção de uma série de condições favoráveis, algumas dessas citadas por Ribeiro (1988):

“A abundância de matéria-prima (algodão), a facilidade de recrutamento de força de trabalho especializada e em importar maquinismos, a melhoria dos transportes, a disponibilidade de mão-de-obra e a presença de um crescente mercado consumidor”.²⁸

Para essa autora, o primeiro fator que contribuiu para a criação de condições favoráveis à instalação da indústria têxtil nacional foi a abundância de matéria-prima: o algodão. Em 1860, o preço do algodão brasileiro estava em alta, motivado pela guerra civil norte-americana²⁹. Esse conflito provocou a escassez do algodão na Europa que, por sua vez, procurou outros mercados fornecedores, inclusive, o brasileiro. No entanto, a partir de 1873, com a recuperação das exportações norte-americanas para a Europa, foi interrompido o *boom* algodoeiro no Brasil, resultando na abundância do produto no mercado nacional. Esse fator provocou queda nos preços para os mesmos índices registrados antes da guerra civil norte-americana e propiciou o estabelecimento de fábricas nacionais nos centros produtores de algodão³⁰ e, também, fora dele, como é o caso da Companhia União Itabirana e da Fábrica de Tecidos da Pedreira, ambas instaladas no município de Itabira, região não produtora de algodão.

Outro aspecto considerável foi a disponibilidade de técnicos especializados no mercado mundial. Stein (1979) denominou dois motivos que favoreceram o recrutamento de técnicos ingleses no Brasil, na década de 1870: a depressão econômica e a concorrência na indústria têxtil européia, que obrigaram as fábricas da Inglaterra a fecharem deixando técnicos capacitados desempregados e propícios à emigração.³¹

Os mesmos fatores que disponibilizaram mão-de-obra especializada no mercado de trabalho inglês contribuíram para a busca de mercado consumidor em outros países, por parte de fabricantes de máquinas têxteis. Stein considera que, nas últimas décadas do século XIX,

²⁸ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. p. 27

²⁹ Guerra de Secessão nos Estados Unidos – 1860-1865.

³⁰ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. p. 26

³¹ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 65.

as indústrias de máquinas estrangeiras divulgavam anúncios comerciais nos jornais do Rio de Janeiro. A que mais anunciava era a Henry Rogers Sons & Co, com a propaganda: “Especialistas em Fiação e Tecelagem, Máquinas para Cardar e Armação para Fiar de Howard & Bullough, Ltda, Teares por Henry Livesey”.³²

A melhoria dos transportes, mencionada por Ribeiro, ainda que de forma incipiente na segunda metade do século XIX, foi proporcionada pela implantação das ferrovias no território brasileiro. O industrial Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), conhecido como Barão de Mauá, foi o responsável pela inauguração das ferrovias no Brasil. Em 1852, ele recebeu do Governo Imperial a concessão para a construção e exploração de uma linha férrea no Rio de Janeiro, entre o Porto de Estrela, situado no fundo da Baía da Guanabara e a localidade de Raiz da Serra, em direção à cidade de Petrópolis³³. A partir daquela data, várias outras ferrovias foram construídas, como a D. Pedro II e a Recife-São Francisco, inaugurada em 1858; a Bahia-São Francisco, em 1860; a Santos-Jundiaí, em 1862; e a Companhia Paulista, em 1872.

As estradas de ferro, no contexto do ideário da modernização industrial brasileira, aparecem como o centro dos investimentos da economia imperial. Faoro (1992) menciona uma fala de Ruy Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, que disse ser a ferrovia “o maior dos instrumentos de civilização e o mais generoso de todos os sistemas de proteção ao trabalho, em todas as suas aplicações nacionais”.³⁴ As estradas de ferro representavam o ícone do almejado progresso da época. “O Brasil está engatinhando, só andarás com estradas de ferro”, enfatizou Machado de Assis, no conto *O Alienista*, de 1884.³⁵

Faoro enfatizou que, sem as garantias de juros e a proteção estatal, não haveria a estrada de ferro. A agricultura, devastada pelos financiadores de escravos e pelas safras ruins, mal deixava recursos para edificar algumas cidades brasileiras, os investimentos em infraestrutura dependia também do capital importado.

Ainda é importante considerar que a implantação das estradas de ferro possibilitava que o maquinário importado, com destino às fábricas de tecidos, ao chegar aos portos brasileiros fosse transportado para o interior do país, até onde a ferrovia alcançasse. A partir

³² STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 50.

³³ LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A Máquina, Tração do Progresso. Memórias da Ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 11/06/2003.

³⁴ FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. Estudos Avançados. Vol. 6 n°.14. São Paulo, jan./abr. 1992. Citando Rui Barbosa. *Relatório do ministro da Fazenda*. Obras Completas, v. XVII, t. II, p. 27

³⁵ FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. Estudos Avançados. Vol. 6 n°.14. São Paulo, jan./abr. 1992. p. 3.

dali, o maquinário seguia viagem no meio de transporte comumente utilizado naquele período, ou seja, lombos dos burros ou carros de boi.

Ao observar São João Del Rei, no final do século XIX, Duarte (1997) considerou que a ferrovia foi vista como exemplo de modernidade, progresso, civilização, em suma, da velocidade do homem desafiando o tempo e o espaço com sua máquina. A ferrovia possibilitava circulação de pessoas, coisas, mercadorias, modas, revistas, notícias, jornais, livros, entre outros. Muito mais do que significações econômicas, ponderou a autora, a ferrovia trazia uma ligação com as imagens que as mentes provincianas construía do Rio de Janeiro, ou seja, a civilização, que aproximava a Corte brasileira da Europa, berço da modernidade aspirada para o período³⁶.

Sobre essa civilização almejada no Brasil da segunda metade do século XIX, Roncayolo (1997) observou que as palavras civilidade e civilização, urbanidade e urbano eram parentes próximas e se opunham a tudo o que se relacionasse à rusticidade³⁷. O Brasil interiorano e rural era rústico, mas desejava ser moderno e civilizado, como a Europa. Dessa forma, buscava meios de alcançar a civilização, nem que para isso tivesse que importar a tecnologia européia, como aconteceu com o maquinário industrial. Consideraremos esses aspectos da importação de tecnologia e do ideário da modernidade industrial brasileira no Capítulo II deste estudo.

Outro fator importante para a industrialização têxtil mineira foi a questão da mão-de-obra. Libby (1988) afirmou que a relativa disponibilidade de mão-de-obra livre seria mais um estímulo para a indústria fabril, na Província Mineira³⁸. De fato, a mão-de-obra livre foi amplamente utilizada pelo sistema fabril-têxtil mineiro. A Fábrica São Sebastião, instalada na fazenda-sede da família Mascarenhas, foi a única fábrica de tecidos a operar basicamente com mão-de-obra escrava.³⁹

Todos esses fatores conjunturais, internacionais e nacionais, aliados ao contexto do ideário da modernidade industrial a que os anseios do progresso e de civilização estavam subordinados, proporcionaram condições favoráveis para o estabelecimento da indústria

³⁶ DUARTE, Regina Horta. *Os Sinos, os Carros de Bois e a Locomotiva em São João Del Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX*. Revista Varia História. Belo Horizonte, UFMG. Nº 17, Março de 1997. p. 77.

³⁷ RONCAYOLO, Marcel. “Chapitre IV: Ville et culture urbaine”. In: *La villes et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997. pp. 73-89.

³⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 226.

³⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 229. Sobre a questão da mão-de-obra, ver Capítulo III deste estudo.

fábrica-têxtil nas últimas décadas do século XIX, destacadamente, a partir de 1872, na Província Mineira.

1.1 As primeiras fábricas de tecidos: origens e motivações

Quais foram essas primeiras fábricas de tecidos instaladas no território mineiro? Onde estavam localizadas? E como elas chegaram, em termos de desenvolvimento industrial e montante do capital, às primeiras décadas do século XX?

Em 1866, nove fábricas têxteis funcionavam no país, das quais cinco estavam localizadas na Província da Bahia, duas na Província do Rio de Janeiro, uma na Província Mineira e outra na de Alagoas⁴⁰. A fábrica estabelecida em Minas Gerais, em 1866, era a Cana do Reino, localizada no município de Conceição do Mato Dentro.

No entanto, antes da Cana do Reino, houve a primeira tentativa de instalação de uma fábrica de tecidos no território mineiro: a Companhia Industrial Mineira, cujo mentor foi Antônio Luiz d’Avelar, em 1838. De acordo com Libby, d’Avelar expôs, naquele ano, num jornal ouropretano, o “plano para formar uma Companhia Industrial Mineira na fábrica de bater, fiar e tecer algodão e lã, estabelecida na Aplicação das Neves, Termo, e Comarca de Sabará” (sic).⁴¹

Jacob (1911), na publicação intitulada *Minas Gerais no Século XX*, também citou a Cia. Industrial Mineira como o primeiro empreendimento fabril-têxtil em Minas e, segundo ele, a Cia. possuía três máquinas, com vinte e oito fusos e seis teares.⁴²

O maquinário da Companhia Industrial Mineira havia sido, em parte, desenvolvido e em parte, “melhorado” por d’Avelar – fato facilmente explicável, já que, em 1838, não estavam liberadas as exportações de maquinário da Inglaterra. O parlamento britânico liberou a exportação de bens de produção em 1843⁴³ e, somente a partir dessa data, poderia ser introduzido maquinário daquele país no Brasil.

Entretanto, a primeira dificuldade encontrada pela Cia. Industrial Mineira não se referia à capacidade produtiva do maquinário, desenvolvido rusticamente no Brasil e, sim, na

⁴⁰ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. Citando o *Relatório da Comissão de Inquérito Industrial* de 1882. p. 24.

⁴¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 216.

⁴² JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no Século XX*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911. p. 267.

⁴³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 215.

reunião do capital para formação da Companhia. De acordo com a pesquisa de Libby, parece que a segunda chamada de capital para formação dessa Companhia não aconteceu, o que inviabilizou o prosseguimento das atividades iniciadas. A primeira chamada de capital pretendia capitalizar 600 ações. No entanto, o diretor interino da Cia. Industrial Mineira, em 1840, afirmou que até aquele momento “400 e tantas Acções” haviam sido capitalizadas⁴⁴ - número insuficiente para formar a Companhia. Sem capital satisfatório para prosseguir, esse primeiro empreendimento fabril-têxtil estava fadado ao fracasso. Não se sabe ao certo quando a Cia. fechou efetivamente, mas acredita-se que não ultrapassou os primeiros anos da década de 1840, constatou Libby.

O segundo empreendimento fabril-têxtil mineiro foi a Cana do Reino, fundada em 1848 por dois ingleses, Pigot e Cumberland. Essa estava equipada com dois filatórios, um com 240 fusos e outro com 60, uma carda, três cabeças de puxadores, cinco descaroadores, uma urdideira, cinco teares, um caneleiro, três máquinas de toronar ferro e uma de furar e, ainda, um motor hidráulico, com força de dez cavalos de potência.⁴⁵

Jacob considerou que a motivação para fundação dessa nova fábrica de tecidos surgiu de financiamento governamental. No relatório do Presidente da Província Mineira de 1843, citado por esse autor, havia uma sugestão para que fosse votada, anualmente, uma quantia importante como prêmio às manufaturas que produzissem panos e morins iguais aos estrangeiros.

Dessa forma, em 1851, a Cana do Reino pôde contar com empréstimo governamental no valor de 20:000\$000 (vinte contos). No entanto, apesar dos esforços governamentais para mantê-la em funcionamento, no início da década de 1870, a Cana do Reino foi liquidada e o maquinário oferecido para a sociedade Mascarenhas & Irmãos Ltda., que o recusou alegando estarem as máquinas obsoletas e desusadas. “A mecânica tem feito rápidos progressos”⁴⁶, argumentaram. Seria essa sociedade, de acordo com Giroletti, que implantaria o embrião da indústria têxtil, em Minas Gerais, nas últimas décadas do século XIX.

Para Jacob, os motivos para o fechamento da Cana do Reino foram:

“sobre tudo a inexperiencia do pessoal operario, as grandes despesas de transporte que oneravam a entrada de matéria-prima e a exportação dos productos, fizeram com que dentro em breve se tornasse precário o

⁴⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 217.

⁴⁵ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. Citando Francisco Iglesias, 1958: 7. p. 40 – nota de rodapé; Jacob, Rodolpho. p. 267.

⁴⁶ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. Citando Iglesias, 1958: 107. p. 41.

estado financeiro da empresa, e viesse esta afinal a suspender definitivamente as suas operações em 1870 ou 1871, trazendo ao governo e espirito publico a convicção de que, pelas dificuldades de meio de transporte principalmente, eram ainda inviáveis esses estabelecimentos na província” (sic).⁴⁷

Identificamos, aí, os dois motivos que inviabilizaram a continuidade dessa fábrica de tecidos: falta de capacitação da mão-de-obra e dificuldade de transportes para entrada de matéria-prima e escoamento das mercadorias.

Ao comparar os motivos de fechamento da primeira fábrica têxtil, a Cia. Industrial Mineira, com os da segunda, a Cana do Reino, percebemos tratar-se de causas distintas responsáveis pela decadência de cada uma. A primeira não contava com capital suficiente para colocar-se em funcionamento e, assim, não alcançou desenvolvimento e produção para vivenciar os problemas da segunda, que conseguiu vencer a primeira etapa na montagem de uma fábrica de tecidos, que era a organização do capital, mas não pôde superar os obstáculos posteriores, como a falta de capacitação da mão-de-obra e as dificuldades de transporte para aquisição de matéria-prima e escoamento das mercadorias produzidas.

Possivelmente, se a Cia. Industrial Mineira tivesse conseguido capital para colocar-se em funcionamento teria, mais tarde, esbarrado nas mesmas dificuldades encontradas pela Cana do Reino. Sabemos, então, que seriam três os obstáculos a serem vencidos pelos investidores que se aventurassem a organizar novas fábricas de tecidos no território mineiro: a formação satisfatória de capital, a capacitação e o recrutamento da mão-de-obra e a melhoria nos transportes para chegada da matéria-prima e escoamento da produção.

Libby afirmou existir um quarto fator, aliado aos três apresentados por Jacob, responsável pelo fracasso da Cana do Reino: o desinteresse da diretoria para que o empreendimento se firmasse como uma indústria de fato. Os diretores estariam mais interessados em conseguir a concessão de recursos públicos do que organizá-la e torná-la lucrativa, efetivamente. Segundo conclusões desse autor, a Cana do Reino fora um fiasco e quase que uma falsa indústria, não devendo ser citada como exemplo de inviabilidade de um empreendimento fabril-têxtil, antes da década de 1870.⁴⁸

A partir dessa década, condições favoráveis se apresentaram para o estabelecimento das fábricas de tecidos no território mineiro. Quais foram essas condições?

⁴⁷ JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no Século XX*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911. p. 268.

⁴⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 224.

Pesquisadores como Libby, Giroletti e Ribeiro, apontam que as condições favoráveis à implantação da efetiva indústria fabril-têxtil seriam provenientes da conjuntura internacional e nacional. Entre eles, estaria a produção de algodão em Minas e a abundância dessa matéria-prima no mercado brasileiro com o fim da guerra civil norte-americana; o distanciamento territorial de Minas em relação às outras Províncias e as dificuldades de transporte entre elas; os incentivos governamentais; as medidas de política econômica aplicadas durante a Guerra do Paraguai (1864-1869), tais como expansão monetária e conseqüente desvalorização cambial e tarifas mais altas de importação; e, a relativa facilidade de importação de maquinário e contratação de técnicos estrangeiros para instalá-lo.

Motivados por essas condições favoráveis e tendo em mente os sucessos e os fracassos da experiência das duas fábricas de tecidos anteriores, começaram a surgir os primeiros grupos de empresários interessados em investir capital para a constituição de fábricas têxteis no território mineiro.

Giroletti credits aos irmãos Bernardo, Caetano e Antônio Cândido Mascarenhas o pioneirismo na inauguração de uma nova fase na industrialização têxtil mineira, agora com destino ao sucesso. Os irmãos Mascarenhas se uniram, em 1868, e fundaram a empresa Mascarenhas & Irmãos Ltda., com o objetivo de construir uma fábrica de tecidos⁴⁹. Em 12 de agosto de 1872, entrou em funcionamento, na localidade de Taboleiro Grande, município de Sete Lagoas, a Fábrica do Cedro, com dezoito teares acionados por uma roda d'água de quarenta cavalos de potência.⁵⁰

Sobre a montagem da Fábrica do Cedro, Nelson Mascarenhas (1954) relatou:

“A montagem do maquinismo deu o que fazer. Com dois mecânicos ingleses, Nicholson e Barnes, Bernardo fez o trabalho. E finalmente, assentadas as máquinas, os 18 teares da fábrica do Cedro, impulsionados pela roda hidráulica, marcaram o início da atividade industrial moderna em Minas Gerais”.⁵¹

Nesse trecho, percebem-se alguns componentes peculiares à implantação das primeiras fábricas têxteis do final do século XIX, como a contratação de técnicos estrangeiros para

⁴⁹ Sobre as fábricas de tecidos da família Mascarenhas, ver: MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1954; TAMM, Paulo. *A Família Mascarenhas e a Indústria Têxtil em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Papelaria e Tipografia Brasil, Velloso & Cia. Ltda; VAZ, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar (1883-1987)*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A., 1990. (mimeo.); e, GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002.

⁵⁰ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. Citando Iglesias, 1958: 107. p. 41.

⁵¹ MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1954. p. 41.

instalação do maquinário, a utilização de força hidráulica e o reduzido número de teares. Esses componentes também marcaram o início da industrialização fabril-têxtil em outras localidades, como Itabira, conforme trataremos posteriormente.

Nelson Mascarenhas afirmou que os empecilhos iniciais para o desenvolvimento da indústria têxtil estavam no escoamento da produção e na conquista de novos mercados. Essa constatação já havia sido vivenciada pelos investidores da Cana do Reino nas décadas de 1850 e 1860. Em 1872 esse fator permanecia como obstáculo ao pleno desenvolvimento do setor fabril-têxtil.

Há indícios de que as dificuldades para a plena consolidação do setor fabril-têxtil permaneceram até o início do século XX, apesar dela se constituir na atividade econômica de maior porte do estado⁵². Jacob afirmou que, em 1909, a indústria manufatureira não havia alcançado grande desenvolvimento no estado de Minas Gerais, devido à escassez de capital, à população pequena, às dificuldades dos meios de transportes e à falta de educação profissional (capacitação técnica).⁵³

No entanto, a implantação de fábricas de tecidos, a partir de 1872, e a permanência delas no cenário econômico evidenciam que estavam se firmando como atividade industrial e que eram lucrativas, apesar das dificuldades. Na tabela abaixo, apresentada por Stein, observamos que, em 1885, Minas Gerais possuía o maior número de fábricas de tecidos em relação aos outros estados brasileiros.

⁵² De acordo com Eliana Dutra, no início do século XX, o que predominava em Minas Gerais eram as pequenas empresas com menos de 50 operários cada. Porém, a indústria têxtil se revelava como a de maior porte do setor industrial. A autora observou que, em Belo Horizonte, o setor têxtil absorvia, sozinho, 806 dos 2.223 empregados na indústria, o que correspondia a 36,3% de todos os trabalhadores da cidade. DUTRA, Eliana. p. 47

⁵³ JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no Século XX*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911. p. 267.

Tabela 1
Estimativa da Distribuição das Fábricas de Tecidos de Algodão
Brasileiras, 1866, 1875, 1885*

Província	1866	1875	1885
Maranhão	-	1	1
Pernambuco	-	1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio (cidade, Província)	2	5	11
São Paulo	-	6	9
Minas Gerais	1	5	13
Total	9	30	48

*Como os dados estão incompletos, essas estatísticas apenas indicam a tendência geral.

Fonte: STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 36

A tabela anterior demonstra que, em 1866, Minas Gerais possuía apenas uma fábrica de tecidos, das nove existentes no país. Essa fábrica, como já vimos, era a Cana do Reino. Em 1875, esse estado iguala-se ao Rio de Janeiro em número de fábricas de tecidos, o que representa 17% do total nacional. No entanto, nas décadas de 1870 e 1880, Minas Gerais apresentou um rápido crescimento nesse setor, conforme demonstram os números de 1885. Nesse ano, torna-se o estado brasileiro com o maior número de fábricas de tecidos do país, o que significa 27% do total nacional, seguido de perto pela Bahia (com doze fábricas) e Rio de Janeiro (com onze).

Se, em 1866, Minas Gerais possuía apenas a Cana do Reino, quais foram as outras cinco fábricas de tecidos estabelecidas em território mineiro entre 1866 e 1875? Onde estavam instaladas e que capacidade de produção tinham?

Uma dessas fábricas, conforme citado, era a Fábrica do Cedro, fundada em 1868 pelos irmãos Mascarenhas e instalada em 1872.

Outra fábrica de tecidos foi organizada, em 1871, no distrito de Santo Antônio do Machado, sob a denominação de Industrial Machadense. De acordo com Costa (1989), essa foi instalada em 1874, tornando-se a primeira fábrica de tecidos do sul mineiro. O capital inicial foi de 150:000\$000 (cento e cinquenta contos), reunido sob a forma de sociedade

anônima, com vinte e quatro sócios. O mentor foi o senhor Azarias de Souza Dias (1810-1879), da tradicional família machadense.⁵⁴

As turbinas dessa fábrica eram movidas a vapor, diferentemente das outras fábricas de tecidos que se instalavam no território mineiro, no mesmo período, movidas à força hidráulica. Costa afirmou que a Industrial Machadense utilizava a energia a vapor conforme tendência das fábricas do Rio de Janeiro. Essas teriam, a partir de 1860, substituído a força hidráulica por turbinas a vapor⁵⁵. A Industrial Machadense teve as atividades finalizadas em 1911 e, em 1917, o maquinário foi vendido.⁵⁶

Em 1872, o senhor Francisco José de Andrade Botelho instalou a Fábrica do Brumado no município de Pitangui, oeste mineiro⁵⁷. Em 1888, com o falecimento do proprietário, o irmão assumiu a direção e, em 1889, a fábrica foi levada a leilão e vendida por 166 contos para Luiz Augusto Vianna Barbosa⁵⁸.

Em 1873, membros da família Mascarenhas associaram-se com o objetivo de fundar uma nova fábrica de tecidos. Dessa vez, reuniram-se os irmãos Pacífico, Victor, Francisco de Paula e um cunhado, Luiz Augusto Barbosa. A associação recebeu o nome de Mascarenhas Irmãos & Barbosa. A Fábrica da Cachoeira, como foi chamada, começou a funcionar em 1877, com capital de 200:000\$000 (duzentos contos). Instalada na Fazenda da Cachoeira, perto da cidade de Curvelo, era movida à força hidráulica.

Em 1876, mais duas fábricas de tecidos foram instaladas no território mineiro: a Fábrica de Beri-beri, fundada em 1º de junho de 1876, com vinte teares, organizada pelo bispo de Diamantina, João Antônio dos Santos;⁵⁹ e a Companhia União Itabirana, conhecida como Fábrica de Tecidos da Gabiroba.

Essa segunda, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 6.162, de 24 de março de 1876, com o capital inicial de 100:000\$000 (cem contos). Nos primeiros anos, o capital se mostrou insuficiente, sendo necessário levantar empréstimo de sessenta contos para o início das

⁵⁴ COSTA, Maria Lúcia Prado (coord.). *A Fábrica de Tecidos de Machado – 1871-1917*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1989. p. 22.

⁵⁵ COSTA, Maria Lúcia Prado (coord.). *A Fábrica de Tecidos de Machado – 1871-1917*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1989. p. 25.

⁵⁶ COSTA, Maria Lúcia Prado (coord.). *A Fábrica de Tecidos de Machado – 1871-1917*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1989. pp. 64-65.

⁵⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 227.

⁵⁸ VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, ano VI, 1992. Diamantina (MG). Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. p. 92.

⁵⁹ VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. p. 94.

atividades. Essa sociedade anônima instalada com vinte e oito teares e 1.040 fusos, constitui o objeto deste estudo e a analisaremos detalhadamente no Capítulo II.

Voltando ao cenário provincial, podemos identificar que o setor fabril-têxtil cresceu significativamente nas últimas décadas do século XIX. Em 1882, o Relatório da Comissão de Inquérito Industrial demonstrou existirem no Brasil 45 (quarenta e cinco) fábricas de tecidos, das quais 08 (oito) em território mineiro, localizadas nas cidades de Juiz de Fora, Curvelo, Machado, Cipó, Itabira, Sabará e Montes Claros⁶⁰. Na década de 1880, intensificou-se a implantação de fábricas de tecidos em Minas Gerais e, em 1885, de acordo com tabela apresentada por Jacob, existiam treze fábricas de tecidos, distribuídas em várias regiões do estado mineiro.

Tabela 2
Fábricas de Tecidos em Minas Gerais, em 1885

Municípios	Fábricas	Proprietários	Capital	Fusos	Teares	Força motora em cavalos	Operários	Produção anual em metros	Consumo anual de algodão (kg)
Arassuaí	Bom Jardim	Pereira Murta e Comp.	300.000\$000	-	50	50	140	400.000	-
Curvelo	São Sebastião	D. Policena Mascarenhas	200.000\$000	-	30	-	75	500.000	195.000
Curvelo	Cedro	Cia. Cedro e Cachoeira	400.000\$000	-	40	-	130	300.000	250.000
Diamantina	Bery-Bery	Companhia Bery-Bery	300.000\$000	-	40	-	120	360.000	-
Itabira	União Itabirana	Companhia União Itabirana	160.000\$000	-	28	25	50	360.000	180.000
Juiz de Fora	Industrial Mineira	Mursit, Witaker & Comp.	600.000\$000	3.600	73	100	120	-	220.000
Machado	Indústria Machadense	Azarias de Souza Dias	-	-	-	-	-	300.000	-
Montes Claros	-	R. S. B. Velloso & Comp.	300.000\$000	1.552	40	50	72	250.000	200.000
Pitangui	Brumado	T. J. de Andrade Botelho	-	1.384	40	70	800	180.000	-
Sabará	Marzagão	Industrial Sabarense	250.000\$000	1.800	18	80	100	600.000	300.000
Sete Lagoas	Cachoeira	Cia. Cedro e Cachoeira	600.000\$000	2.000	60	60	140	600.000	300.000
Uberaba	Cassú	-	-	-	-	-	-	-	-
Viçosa	Viçosa	Mello e Reis	-	-	50	60	60	400.000	75.000

*Como os dados estão incompletos, essas estatísticas apenas indicam a tendência geral.

Fonte: JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no Século XX. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911. p. 269. (grifo nosso)

⁶⁰ HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *A História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1991. p. 34.

Alguns dados dessa tabela merecem ser retomados: das fábricas que apresentaram dados sobre capital, percebemos o destaque de duas por possuírem capital no valor de seiscentos contos: a Fábrica da Cachoeira, no município de Sete Lagoas, e a Industrial Mineira, em Juiz de Fora. Proporcionalmente ao elevado capital, essas duas fábricas eram também as que possuíam maior número de teares. A Companhia União Itabirana apresentava menor capital, se comparada às outras: em 1885, este era de 160:000\$000 (cento e sessenta contos), enquanto a média do capital de todas essas fábricas de tecidos, era de 346:000\$000 (trezentos e quarenta e seis contos).

Quanto ao número de operários, a Fábrica Brumado – município de Pitangui – segundo a tabela, possuía maior número: oitocentos. Entretanto, a quantidade de teares – quarenta – sugere que esse número está incorreto. Provavelmente, ela empregaria oitenta e não oitocentos operários, já que, em outra tabela, também apresentada por Jacob⁶¹, referente ao ano de 1908, na Fábrica Brumado registravam-se cento e treze operários e setenta teares. Em quadro apresentado por Libby⁶² para o ano de 1881, a Fábrica Brumado teria entre sessenta e oitenta operários, e não oitocentos como apresentou o primeiro autor. Assim, considerando que a Fábrica Brumado teria oitenta operários, as fábricas Cachoeira e Bom Jardim passam a ter maior número de operários: cada uma com cento e quarenta.

A Companhia União Itabirana é a que apresentou menor número de operários, em 1885: cinquenta. Normalmente, o número de operários e teares era proporcional ao valor do capital: quanto maior o capital, mais teares e, conseqüentemente, mais operários a fábrica teria.

Juntas, as treze fábricas de tecidos mineiras empregavam 1.087 operários, que operavam 469 teares, em 1885, nas diversas regiões do estado. Poucos anos mais tarde, em 1894, apenas na capital paulista os estabelecimentos fabris têxteis empregavam, aproximadamente, 1.154 operários⁶³. Esses números demonstram que a cidade de São Paulo reunia, naquele período, mais do que o montante de todas as fábricas do território mineiro. Possivelmente, esse fato seja explicado pela natureza do mercado consumidor: as fábricas mineiras, normalmente, tinham como consumidores os mercados locais e regionais,

⁶¹ JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no Século XX*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911. Quadro nº 80. p. 271.

⁶² LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 232.

⁶³ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. P. 148.

principalmente, por causa do distanciamento territorial entre os municípios, dentro da Província Mineira, e entre as outras Províncias do país e pela dificuldade de transportes, conforme relatado. Outro fator seria o pequeno porte das fábricas de tecidos mineiras, tanto em termos de capital investido quanto na capacidade de produção do estabelecimento. No entanto, apesar das fábricas têxteis mineiras apresentarem menor número de operários, de estabelecimentos industriais e de capacidade de produção em comparação às províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, elas vão se desenvolver rapidamente e se firmar no mercado regional.

Um dos fatores responsáveis pelo rápido desenvolvimento do setor têxtil mineiro, a partir das décadas de 1870 e 1880, pode ser encontrado na política protecionista do governo Imperial. A promulgação da Lei nº. 2334, de 12 de julho de 1876, assinada pelo Barão da Villa da Barra, dizia: “isenta de impostos as machinas e materiaes introduzidos na província para quaesquer empresas ou companhias industriaes”⁶⁴. Evidencia-se, assim, o engajamento dos governantes mineiros no desejo da modernização técnica, na forma de incentivos legais oferecidos aos empresários interessados em investir na industrialização.

Jacob apresentou, ainda, tabela de 1908, na qual verificamos a continuidade do crescimento do setor fabril-têxtil no território mineiro, que contava quarenta e três fábricas de tecidos, naquela data.

Tabela 3
Fábricas de Tecidos em Minas Gerais em 1908

Nº	Municípios	Nomes	Capital (contos de réis)	Fusos	Teares	Força motriz (cavalos)	Operários	Produção anual (metros)	Consumo anual de algodão	Especialidades
1	Alvinópolis	Fábrica Rio de Peixe	180.000	1.884	55	80	85	800.000	85.000	Tecidos crus
2	Arassuaí	Fábrica de Itinga	280.000	-	60	70	27	-	-	
3	Belo Horizonte	Fábrica Marzagão	655.000	3.000	110	120	180	1.000.000	100.000	Tecidos crus e tintos
4	Belo Horizonte	Fábrica de Chitas	800.000	3.500	100	300	0	900.000	-	Chitas
5	Belo Horizonte	-	20.000	-	-	12	14	7.000 dúzias	-	Tecidos de malha
6	Belo Horizonte	-	40.000	-	-	10	12	11.520 dúzias	-	idem
7	Cataguazes	-	200.000	-	20	20	47	1.500.000	-	Tecidos brancos, brins
8	Cataguazes	-	5.000	-	-	-	11	-	-	-

⁶⁴ Livro de Leis Mineiras, 1876. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. p. 177.

Nº.	Municípios	Nomes	Capital (contos de réis)	Fusos	Teares	Força motriz (cavalos)	Operários	Produção anual (metros)	Consumo anual de algodão	Especialidades
9	Cataguazes	-	4.000	-	-	-	6	-	-	Tecidos de malha (meias, etc.)
10	Curvelo	Fábrica São Sebastião	100.000	1.200	43	40	100	500.000	45.000	Tecidos brancos
11	Curvelo	Fábrica Cedro	2.200.000	-	150	-	0	-	-	-
12	Diamantina	Fábrica do Biribiry	600.000	3.184	80	140	140	-	-	-
13	Diamantina	Fábrica São Roberto	585.000	1.808	56	100	100	900.000	80.000	Tecidos brancos e tintos
14	Diamantina	Fábrica Santa Bárbara	636.000	1.740	72	150	120	1.000.000	100.000	Tecidos brancos e lisos trançados
15	Diamantina	Fábrica Perpétua	-	-	18	-	0	90.000	-	-
16	Itabira	Fábrica Gabiroba	300.000	1.300	48	30	72	330.000	53.000	Tecidos crus e tintos
17	Itabira	Fábrica Pedreira	134.000	800	29	72	46	288.000	27.000	Tecidos brancos e de cor
18	Itaúna	Fábrica Cachoeira	665.000	1.920	66	90	98	800.000	90.000	idem
19	Juiz de Fora	Fábrica Industrial Mineira	1.839.000	3.484	130	300	340	1.050.000	450.000	Tecidos crus e tintos
20	Juiz de Fora	Fábrica Juiz de Fora	400.000	-	96	120	200	600.000	-	-
21	Juiz de Fora	-	100.000	-	-	60	60	300.000	-	-
22	Juiz de Fora	-	150.000	-	-	10	80	30.000 dúzias	-	Meias e camisas de meias
23	Juiz de Fora	-	45.000	-	-	6	17	50.000 dúzias	-	idem
24	Juiz de Fora	-	21.000	-	-	14	20	10.000 dúzias	-	idem
25	Juiz de Fora	-	450.000	-	20	20	50	900.000	-	Tecidos de juta
26	Lavras	Fábrica União Lavrense	200.000	3.458	96	80	140	900.000	120.000	Tecidos crus e tintos
27	Machado	Fábrica do Machado	-	-	30	-	0	-	-	-
28	Montes Claros	Fábrica Montes Claros	571.000	1.552	60	106	100	-	-	-
29	Ouro Preto	Fábrica do Tombadouro	300.000	1.640	52	120	60	600.000	55.000	Tecidos brancos
30	Ouro Preto	Fábrica Itabira	642.000	2.512	103	100	120	1.400.000	150.000	Tecidos brancos
31	Pará	Fábrica do Pará	400.000	3.444	90	120	150	1.200.000	-	Morins
32	Pitangui	Fábrica Brumado	425.000	2.300	70	70	113	676.000	67.000	Tecidos crus e tintos
33	Santa Bárbara	Fábrica São Domingos	200.000	-	50	40	0	-	-	-
34	Santa Luzia	Fábrica São Vicente	-	-	110	-	0	-	-	-
35	Santa Luzia	Fábrica Cachoeira Grande	700.000	3.520	120	160	240	1.800.000	18.000	Tecidos crus e tintos
36	São João del Rey	Fábrica São Joanense	200.000	1.264	50	80	130	200.000	-	-
37	São João Nepomuceno	Fábrica de Tecidos Mineiros	406.000	1.450	84	138	230	700.000	72.000	Tecidos crus e tintos

Nº.	Municípios	Nomes	Capital (contos de réis)	Fusos	Teares	Força motriz (cavalos)	Operários	Produção anual (metros)	Consumo anual de algodão	Especialidades
38	Sete Lagoas	Fábrica Melancis	452.000	960	49	60	75	450.000	45.000	Idem
39	Sete Lagoas	Fábrica Cachoeira Taboleiro Grande	-	-	150	-	0	-	-	-
40	Sete Lagoas	Fábrica de Macacos	634.000	3.800	132	120	224	1.600.000	164.000	-
41	Uberaba	Fábrica Santo Antônio (Cassú)	320.000	600	60	100	100	200.000	-	Tecidos brancos e tintos
42	Viçosa	Fábrica Santa Maria	650.000	-	32	-	70	700.000	-	-
43	Viçosa	Fábrica São Silvestre	280.000	-	74	100	96	670.000	-	-

*Como os dados estão incompletos, essas estatísticas apenas indicam a tendência geral.

Fonte: JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no Século XX*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911. p. 269. (grifo nosso)

Ao comparar os números apresentados na tabela de 1908, com a de 1885, temos:

Tabela 4
Dados comparativos das fábricas de tecidos mineiras entre os anos de 1885-1908⁶⁵

	1885	1908
Total de fábricas de tecidos	13	43
Total de teares em operação	469	2.565
Total de operários empregados	1.087	3.673
Total de Capital investido	3:110.000\$000	16:789.000\$000

Esses dados revelam:

- Crescimento percentual no número de fábricas de tecidos = 230,76%
- Crescimento percentual no número de teares em operação = 446,90%
- Crescimento percentual na quantidade de operários empregados = 237,90%
- Crescimento percentual no valor do capital investido no período = 439,83%

Importa ressaltar que a falta de dados para alguns itens da tabela de 1908 torna a análise falha, pois há números não revelados. No entanto, optamos por trabalhar com os dados apresentados para entender a tendência geral sinalizada pelas fábricas de tecidos mineiras que informaram seus números, no ano de 1908.

⁶⁵ Ressaltamos que, no período de entre 1885 e 1908, houve alterações nos valores monetários.

Os dados apontam aumento significativo no número de fábricas (foram instaladas 30 fábricas de tecidos entre 1885 e 1908), no número de teares em operação, no pessoal empregado e no capital investido. O saldo é positivo quando comparamos 1885 com 1908: das treze fábricas de tecidos registradas em 1885, apenas a Fábrica Bom Jardim, em Arassuaí não aparece na nova tabela de 1908. Certamente, o setor fabril-têxtil rendia lucros ao capital investido, de outra forma, não haveria tanto investimento.

Pelos números apresentados em 1908, a Fábrica de Beri-beri havia dobrado o capital – em 1885, era de 300:000\$000 (trezentos contos) e, em 1908, aparece com 600:000\$000 (seiscentos contos), o que significa um aumento percentual de 100%. Da mesma forma, o número de teares também dobrou: passou de quarenta para oitenta em operação. Entretanto, o número de operários cresceu pouco, apenas 16% (era cento e vinte, em 1885, e passou para cento e quarenta, em 1908).

As tabelas acima indicam números relativos à Companhia União Itabirana, considerada nesta investigação como nosso estudo de caso. Neste primeiro capítulo, realizaremos uma análise apenas comparativa dessa fábrica de tecidos em relação às outras do mesmo período. Detalhes sobre a implantação dessa fábrica de tecidos e seu desenvolvimento no cenário mineiro serão apresentados nos Capítulos II e III.

O capital da Cia. União Itabirana, em 1908, era de 300.000\$000 (trezentos contos), o que significa um aumento percentual de 87,5% em relação ao capital de 1885. O número de teares passou de vinte e oito para quarenta e oito, com aumento percentual de 70% em relação aos números anteriores. Esses dados apontam que a fábrica de tecidos estava em expansão no início do século XX.

O aumento do capital que observamos na Cia. União Itabirana foi mencionado no *Jornal O Tempo*, de 18 de maio de 1890:

“A Diretoria da União Itabirana convoca, para uma reunião extraordinária no dia 01 de junho p. futuro, os Srs. Accionistas afim de deliberarem sobre o meio mais conveniente de prover-se a empresa de capital necessário para solver seos compromissos e occorrer as despesas de reparos e custeio da Fábrica”.⁶⁶

Assinaram a convocação os diretores José Baptista Martins da Costa, Domingos Martins Guerra e Antônio Camilo de Oliveira. A nota convocava os acionistas da Cia. para uma reunião, quando seria decidido sobre a provisão de capital, já que a fábrica necessitava

⁶⁶ *Jornal O Tempo*. 18 de maio de 1890. nº 29. Itabira do Mato Dentro. Minas Gerais.

quitar os compromissos financeiros e realizar reparos. O custeio mencionado referia-se a despesas gerais, como salários dos operários, alimentação, lubrificantes, combustível, acessórios, algodão, linho, linha, carretos, drogas, polvilho e selos⁶⁷. Pela convocação, percebemos que a fábrica de tecidos passava por dificuldade financeira, pois não estava conseguindo arcar com as despesas principais. Assim, aconteceram investimentos na fábrica que, em 1908, apresentava aumento no capital e na capacidade de produção.

No Relatório apresentado pela Diretoria da Cia. União Itabirana aos acionistas, na Assembléia Geral de 15 de agosto de 1902, o diretor-presidente José Baptista Martins da Costa comunicou que a fábrica necessitava de máquinas novas, pois a indústria realizava rápidos progressos. De acordo com a fala do presidente:

“(...) demonstrada a incapacidade de diversas machinas para fazer face às necessidades do serviço cada vez mais importantes em vista dos progressos realizados na indústria, concluiu a directoria propondo a aquisição das machinas seguintes: um filatório, um abridor, uma meadeira, uma machina para retorcer fios, uma dita para encher carretéis, seis teares. Para a compra das referidas machinas fica a gerencia auctorizada a despende a quantia de dez contos de réis.”

A compra das máquinas acima mencionadas indica, no mínimo, interesse da parte dos empresários itabiranos em aumentar a capacidade de produção. Para a aquisição dessas máquinas foi autorizada a retirada da quantia de dez contos de réis. No entanto, no Relatório da Diretoria do ano seguinte (15 de agosto de 1903), percebemos que foram adquiridas todas as máquinas acima e mais uma caldeira para produzir vapor, totalizando o valor de 22:612\$950 (vinte e dois seiscientos e doze contos e novecentos e cinquenta mil réis), que representava 126% a mais do autorizado na reunião de 15 de agosto de 1902.

As melhorias e os investimentos demonstram que a fábrica de tecidos objetivava manter-se no mercado e, para isso, buscava igualar-se, em termos de tecnologia e produção, às outras fábricas têxteis do estado. A idéia de progresso industrial atravessava o final do século XIX e adentrava pelo século XX.

Ao comparar os números de 1885 com os de 1908, evidencia-se que as fábricas mineiras aumentaram seu capital e seu potencial de produção. A fábrica que apresentou maior número de investimento de capital, em 1908, foi a Companhia Cedro e Cachoeira, da família Mascarenhas. A pioneira Fábrica do Cedro havia se unido à da Cachoeira para, juntas, aumentarem o capital e ampliar as instalações. Dessa forma, a Cia. Cedro e Cachoeira, em

⁶⁷ Conforme Relatório anual apresentado pela Diretoria aos acionistas em 1901.

1908, possuía um capital de 2.200:000\$000 (dois mil e duzentos contos) e um total de 150 (cento e cinquenta) teares.

O Anuário Estatístico de 1922-1925 informou que o setor têxtil, em Minas Gerais, manteve-se em franco crescimento no início do século XX. De acordo com os dados, em 1920, Minas Gerais possuía 77 (setenta e sete fábricas de tecidos), das quais vinte e seis teriam sido instaladas entre os anos de 1915 a 1919.⁶⁸

Em 1920, os operários empregados pelo setor fabril-têxtil mineiro somavam um total de 9.480 (nove mil quatrocentos e oitenta) pessoas, divididas em:

	Brasileiros	Estrangeiros	% (de estrangeiros em relação aos brasileiros)
Homens	2.225	121	5,16
Mulheres	7.080	54	0,76
Total	9.305	175	1,85

Quanto à nacionalidade da mão-de-obra, o grande número de brasileiros constante dos dados de 1920 não é novidade. Autores como Batalha (2003) e Birchall (1999) observaram que, em Minas Gerais, diferentemente do Rio de Janeiro e São Paulo, a mão-de-obra nacional e livre teve significativa participação na formação de uma classe operária no Brasil⁶⁹. A maioria da mão-de-obra empregada pelas fábricas de tecidos mineiras era de trabalhador nacional e livre. O emprego da mão-de-obra de estrangeiros era, comumente, para o exercício de funções técnicas. Quanto à divisão por gênero, a maior parte dessa mão-de-obra era composta por mulheres. Assim como aconteceu na anterior atividade têxtil doméstica, foi mantida a superioridade na contratação de mão-de-obra feminina pelo sistema fabril-têxtil.

Na tabela 5, empreendemos uma comparação, entre os anos de 1885, 1908 e 1920, dos números relativos às fábricas de tecidos mineiras, em termos de total de estabelecimentos, teares, operários e capital investido.

⁶⁸ Anuário Estatístico 1922-1925. Belo Horizonte, Acervo do Arquivo Público Mineiro.

⁶⁹ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. p. 161-189; BIRCHALL, Sérgio Oliveira. *O Mercado de Trabalho Mineiro no Século XIX*. p. 31-63.

Tabela 5
Dados comparativos das fábricas de tecidos mineiras, entre os anos de 1885-1908-1920⁷⁰

	1885	1908	1920
Total de fábricas de tecidos	13	43	77
Total de teares em operação	469	2.565	-*
Total de operários empregados	1.087	3.673	9.519
Total de capital investido	3.110.000\$000	16.789.000\$000	39.002.839\$000

* número não apresentado pelo Anuário Estatístico de 1922-1925.

Os dados comparativos, entre os anos de 1885 a 1920, demonstram uma tendência de crescimento forte e constante no setor fabril-têxtil, em Minas Gerais, tanto em relação ao número de fábricas, instaladas e mantidas, quanto aos operários empregados e ao capital investido.

No período delimitado por este estudo (1874-1930), foi constituída, no município de Itabira, outra fábrica de tecidos, além da Cia. União Itabirana, conforme consta na tabela de 1908, apresentada por Jacob: era a Fábrica de Tecidos da Pedreira. Em relatório publicado no *Jornal Minas Gerais*, de 1941, o gerente Pedro Martins Guerra relatou a história da criação dessa fábrica de tecidos no município de Itabira.⁷¹ De acordo com o relatório, a Fábrica de Tecidos da Pedreira foi fundada em 27 de agosto de 1888, com a razão social de Andrade, Guerra & Cia. Diferente da Cia. União Itabirana, a organização do capital que fundou a Fábrica da Pedreira deu-se sob a forma de sociedade limitada. No entanto, em 1912, essa fábrica de tecidos teve os estatutos modificados e transformou-se em sociedade anônima, mudando a denominação para Companhia Fabril da Pedreira.

Os fundadores da Fábrica da Pedreira foram: Dona Maria Casemira de Andrade Lage, com a entrada de vinte e cinco contos; Pedro Martins Guerra, também com vinte e cinco contos; Marcos Martins Guerra, dez contos; Dona Senhorinha dos Santos Alvarenga, três contos; Carlo Casemiro da Cunha Andrade, com cinco contos; Domingos Martins Guerra, três contos; João Baptista de Carvalho Drummond, dois contos; Antônio Pires Silva Pontes, um conto; Petronilha, Alexandre, Honorina, Otávio e Olímpia, filhos menores de João Baptista de Carvalho Drummond, com um conto. O capital totalizou 175:000\$000 (setenta e cinco contos) na data da fundação.

⁷⁰ Ressaltamos que, no período de entre 1885 e 1920, houve alterações nos valores monetários.

⁷¹ *Jornal Minas Gerais*, 15 de junho de 1941. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Essa fábrica de tecidos de algodão foi instalada numa fazenda, distante doze quilômetros do centro urbano de Itabira. A propriedade pertencia à senhora Maria Casemira de Andrade Lage e ao senhor Bernardino da Costa Lage.

Em 1908, a tabela registra o capital da Pedreira de 134:000\$000 (cento e trinta e quatro contos), o que representa um aumento percentual de 79% do capital, comparado à data da constituição: 1888. Em 1912, na reformulação do Estatuto e transformação em sociedade anônima, o capital da Fábrica da Pedreira foi elevado para 200:000\$000 (duzentos contos), com aumento percentual de 167% em relação ao capital inicial.

O crescimento significativo, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, observado nas duas fábricas de tecidos instaladas no município de Itabira evidencia que o setor têxtil alcançou mercado consumidor e firmava-se como atividade econômica lucrativa para os homens de negócios que reuniram capital e investiram no setor. Certamente, a lucratividade experimentada por esse setor não foi uma especificidade do município de Itabira, já que as tabelas apresentadas apontam crescimento no número de fábricas, bem como de capital e capacidade de produção em diversas regiões de Minas Gerais.

As evidências de que o setor têxtil em Itabira estava em franca expansão estão registradas no relatório que o Padre Júlio Engrácia faz, em 1898, para o Arquivo Público Mineiro, na seção *Chorographia Mineira*⁷².

Sobre as atividades econômicas, o Padre Júlio Engrácia afirmou:

“As que hoje mais avultam são duas fábricas de tecidos de algodão, uma pertencente a uma sociedade anônima, a 7 km a sul da cidade, movida pelo Rio de Peixe, chamada – Gabiroba – outra pertencente a uma sociedade de família a 9 km a noroeste da cidade, movida pelo Girau (Rio Girau) – denominada – Pedreira. Ambas estão em ação e ocupa grande pessoal: infelizmente importam a matéria-prima” (sic).⁷³

Esse relato indica a posição ocupada pelas fábricas de tecidos instaladas em Itabira. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas no município, àquela época, a atividade fabril-têxtil seria a de maior vulto. Entretanto, o pároco lamenta o fato delas importarem o algodão, já que a matéria-prima não era produzida na localidade, assunto investigado no

⁷² O padre mencionado era pároco do município à época e realizou uma descrição pormenorizada sobre Itabira, destacando a história, as atividades econômicas, a população, entre outros. ENGRÁCIA, Júlio Pe. *Chorografia Mineira; Município e Comarca de Itabira*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III*. Ouro Preto, 1898, pp. 329-354.

⁷³ ENGRÁCIA, Júlio Pe. *Chorografia Mineira; Município e Comarca de Itabira*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III*. Ouro Preto, 1898. p. 339.

Capítulo II, deste estudo. Detalharemos as atividades econômicas do município de Itabira ainda neste capítulo.

Traçado o cenário da implantação dos empreendimentos fabril-têxteis, torna-se necessária uma abordagem sobre a origem do capital que permitiu a viabilização de iniciativas no setor têxtil.

1.2 Transformações no setor têxtil: o capital e a alocação dos investimentos

Versiani (1992), ao observar o aparecimento do empreendimento fabril-têxtil, na década de 1870, apontou que a produção de tecidos em fábricas apareceu como um novo fenômeno e não como evolução de uma indústria caseira pré-existente⁷⁴. A observação da autora corrobora a hipótese de que a implantação do setor fabril-têxtil não partiu de um processo de continuidade da produção caseira de panos, tanto do ponto de vista do capital quanto da especialização técnica da mão-de-obra. Entretanto, não há consenso quanto a essa questão.

O debate a respeito da continuidade ou não da produção caseira de panos para os empreendimentos fabril-têxteis continua em aberto na historiografia. Apesar da importância desse tema, um estudo de caso não nos permite avaliar a situação de toda a província, razão pela qual não enveredaremos por esse caminho. O que se percebe, especificamente em Itabira, é a não continuidade entre a produção caseira de panos para a posterior indústria de tecidos em termos da procedência do capital, já que os investidores itabiranos provinham de atividades distintas da produção de tecidos, conforme se verá adiante.

Estudos como os de Libby e de Moura (2002)⁷⁵ evidenciaram o avultamento e a importância para a economia mineira da produção caseira de panos nos séculos XVIII e XIX. O primeiro autor mostrou, inclusive, como a Província Mineira desenvolveu uma vocação pelas atividades têxteis.⁷⁶

A produção caseira de panos, no século XIX, chamados de panos de minas, tem origem em dois fatores principais: o isolamento da Província Mineira em relação às outras províncias e a facilidade para se cultivar o algodão na região. De acordo com Libby, a

⁷⁴ VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, ano VI, 1992. Diamantina (MG). Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. p. 89.

⁷⁵ MOURA, Marcelo Duarte. *A Indústria Artesanal de Tecidos em Minas Gerais na 1ª Metade do Século XIX*. CEDEPLAR, 2002. X Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina – MG.

⁷⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 212.

fabricação doméstica de tecidos destinava-se, até a segunda metade do século XVIII, ao auto-consumo⁷⁷. A partir desse período, a prática ultrapassou os limites da simples produção para o lar e esses tecidos começaram a ser comercializados dentro e, também, exportados⁷⁸ para fora da Província.

Moura apresentou uma tabela sobre exportação de têxteis de algodão em Minas Gerais, entre os anos de 1818-1892, na qual demonstrou como os panos de minas, durante todo o século XIX, foram destinados significativamente para a exportação⁷⁹. Segundo esse levantamento, foram produzidos e exportados para fora da Província Mineira panos de algodão, colchas, mantas e toalhas de algodão. Entre 1827-1828, a produção dos panos de minas teria alcançado a cifra de 7.440.000 metros, dos quais 1/3 era exportado. Essa produção direcionou-se para um mercado consumidor externo proveniente de outras Províncias brasileiras e, até mesmo, de outros países, como a Argentina⁸⁰. O autor concluiu, com base nos números das exportações, que os panos de minas deixaram de ser produzidos apenas para o consumo doméstico, a partir desse período.

Libby destacou que o enraizamento e o vulto da produção têxtil doméstica proporcionaram o surgimento das primeiras fábricas de tecidos na Província Mineira. De fato, o sucesso e o desenvolvimento da atividade têxtil doméstica influenciaram favoravelmente os primeiros investidores a empregarem capital na instalação de fábricas de tecidos, com estrutura e aparelhamento industrial, já que a experiência anterior da produção caseira de panos havia encontrado amplo mercado consumidor.

A partir da década de 1850, a atividade têxtil doméstica entra em decadência. Segundo Libby (1988), Câmaras Municipais de diversos municípios reclamavam da concorrência estrangeira, que debilitava a produção caseira. Em correspondência oficial, a Câmara Municipal de São João Del Rei denunciava que a introdução dos riscados ingleses, de qualidade inferior e preço diminuto, aniquilava aquele ramo de comércio no município⁸¹. Os tecidos manufaturados, na maioria estrangeiros, estavam substituindo os panos caseiros

⁷⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 187.

⁷⁸ De acordo com Marcelo Moura Duarte “exportar” significava, neste período, toda a produção que saía do território mineiro, através das recebedeiras, para qualquer destino.

⁷⁹ Ver: MOURA, Marcelo Duarte. *A Indústria Artesanal de Tecidos em Minas Gerais na 1ª Metade do Século XIX*. CEDEPLAR, 2002. X Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina – MG. Anexo I, *Minas Gerais: exportação de Têxteis de Algodão, 1818-1892*. p. 34.

⁸⁰ VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, ano VI, 1992. Diamantina (MG). Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. p. 88.

⁸¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 208.

mineiros na pauta de consumo nacional e mesmo provincial. O que sobrevivia era a fabricação de panos grosseiros, utilizados para vestuário dos negros ou para ensacar o café. Os tecidos finos nacionais eram substituídos pelos importados. Dessa forma, a implantação do setor fabril-têxtil tornava-se imperativa para competir com os tecidos estrangeiros e manter o mercado consumidor interno.

No entanto, apesar dos números significativos e da destacada importância dos panos de minas para a economia da Província Mineira, ao observar a ocupação dos primeiros homens de negócios que organizaram capital para fundação de fábricas de tecidos, percebemos que eles não provinham de uma tradição têxtil doméstica.

O fator vocacional mineiro, aliado à produção de algodão no estado, ao distanciamento territorial, aos incentivos governamentais e à relativa facilidade de importação de maquinário e contratação de técnicos estrangeiros para instalá-lo, são fatores de destaque que contribuíram para a implantação das fábricas de tecidos em Minas Gerais, a partir das últimas décadas do século XIX.

Os primeiros grupos de investidores mineiros que reuniram capital para a montagem das fábricas de tecidos, a partir da década de 1870, eram, majoritariamente, produtores rurais, profissionais liberais, como médicos, farmacêuticos, religiosos e comerciantes. Sobre esse grupo Giroletti afirmou:

“A maior parte dos industriais (proprietários, gerentes, acionistas) procedia de uma mesma base social e cultural. Eram, em sua maioria, descendentes de fazendeiros ou comerciantes locais, quando não donos de fazendas e casas comerciais. A mentalidade e a forma de agir em relação aos setores dominados eram muito homogêneas e garantiam semelhanças nas práticas que compunham a estratégia de formação do operariado adotada pelas fábricas”.⁸²

As características desse grupo e as estratégias empresariais comuns de organização das fábricas de tecidos, para o autor, sugeririam a constituição de uma burguesia industrial como classe, distinta das demais e com identidade própria⁸³. Dessa forma, surgia, com a implantação das fábricas de tecidos, uma nova forma de organização econômica, distinta da anterior produção doméstica dos panos de minas, com investimento de capital proveniente de atividades econômicas diferentes da produção têxtil doméstica, bem como uma nova figura de empresário, que necessitou de aprendizado para gerenciar os empreendimentos fabris.

⁸² GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 29.

⁸³ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. pp-27-28.

Da mesma forma como uma classe trabalhadora estava se formando, os investidores mineiros estão se fazendo industriais. É no próprio processo de industrialização que esses homens vão aprender a gerir os seus negócios e se transformarão em empresários-industriais. Thompson (1987), afirmou que é no *fazer-se* que a classe trabalhadora se constitui, da mesma forma podemos afirmar que estes industriais mineiros constituíam-se no seu *fazer-se*, à medida que o empreendimento era gerido e novos problemas e soluções apareciam.

A análise acima, de Giroletti, se confirma ao observar a composição sócio-econômica dos responsáveis pela organização do capital para a criação da fábrica de tecidos Companhia União Itabirana, instalada no município de Itabira. De acordo com a ata para a constituição da fábrica de tecidos, de 11 de outubro de 1874, a reunião foi presidida pelo médico Domingos Martins Guerra (1826-1899), responsável pela idéia de criação da fábrica de tecidos, juntamente com o Padre Monsenhor José Felicíssimo do Nascimento⁸⁴. Estavam presentes nessa reunião, conforme assinaturas lançadas na mesma ata, fazendeiros e comerciantes mais abastados da cidade.

Na composição da empresa estava também um médico, um padre, um farmacêutico, vários fazendeiros e comerciantes locais. Organizada sob a forma de sociedade anônima, a fábrica de tecidos começou a operar em 1876, quando recebeu do governo imperial autorização de funcionamento.

Instalada numa fazenda, como aconteceu com a maioria das fábricas de tecidos mineiras dessa década, e próxima a um rio que movimentava as turbinas hidráulicas, a Cia. União Itabirana formou, ao seu redor, um núcleo fabril organizado para manutenção do trabalho e da produção. Sobre este, será feita uma análise no Capítulo III, deste estudo.

O fotógrafo itabirano e acionista da Companhia União Itabirana, Brás Martins da Costa (1866-1937), solenizou em sua câmera fotográfica, uma das reuniões do grupo de sócios da fábrica de tecidos. Na fotografia abaixo, tirada na varanda do sobrado onde morava o gerente da fábrica com a família, podemos observar alguns desses investidores.

Não foi possível precisar a data da fotografia. No entanto, sabemos que Brás Martins da Costa fotografou em Itabira entre os anos de 1895 e 1915. Podemos afirmar que, pela presença do gerente da fábrica, José Cesário de Faria Alvim (Juca Alvim), ao lado do filho pequeno, a fotografia teria sido produzida, aproximadamente, em 1904. O gerente Juca Alvim assumiu a gerência da fábrica em 1903, na ocasião em que já era casado e possuía filhos.

⁸⁴ Pároco local à época da organização da fábrica mencionada.



Investidores da Cia. União Itabirana. Fotógrafo: Brás Martins da Costa.
Data aproximada: 1904. Local: varanda do sobrado onde morava o gerente da fábrica estudada

Na fotografia aparecem, da direita para a esquerda: em primeiro plano, o patriarca da família Camilo Oliveira e sócio majoritário da fábrica de tecidos, senhor Antônio Camilo de Oliveira; do lado direito, o filho, Dermerval Camilo de Oliveira Lage que, anos mais tarde, na década de 1930, herdaria do pai as ações da fábrica, tornando-se sócio majoritário e administrador. Ao lado de Dermerval está Alexandre Drummond, também sócio da fábrica de tecidos. Esse foi presidente da Câmara Municipal de Itabira no início do século XX, responsável por levar a energia elétrica para o município, em 1915. Ao fundo, ao lado de uma criança, está o gerente, José Cesário de Faria Alvim (Juca Alvim), morador do sobrado. O gerente era genro do senhor Antônio Camilo de Oliveira e ocupou o cargo entre os anos de 1903 e 1932, quando se retirou por motivos de doença. Na fotografia estão presentes, ainda, três padres que, acreditamos, não faziam parte da sociedade da fábrica de tecidos; há evidências de que pertenciam às missões lazaristas, que estiveram em Itabira nos primeiros anos do século XX⁸⁵. No fundo da imagem vê-se uma pequena elevação montanhosa com vegetação rasteira, característica das pastagens.

⁸⁵ Informação presente nas legendas das fotografias do livro: BARROS, Altamir José de; DAMASCENO, Robinson dos Reis (coords.). *No Tempo do Mato Dentro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, s/d. [1991].

A análise da imagem e o levantamento sobre as pessoas ali presentes evidenciam as relações de parentesco e proximidade entre os sócios da fábrica de tecidos. Apesar de ser uma sociedade anônima, em toda a trajetória da fábrica (1874 a 1964) a família do senhor Antônio Camilo de Oliveira⁸⁶ foi a possuidora do maior número de ações, o que a caracterizava como uma sociedade anônima, mas com traços de propriedade familiar. As empresas familiares foram predominantes na composição das fábricas de tecidos mineiras do período.

O senhor Antônio Camilo de Oliveira (1833-1918) era um conhecido farmacêutico do município de Itabira; seu estabelecimento comercial localizava-se numa das ruas centrais do município. Provinham dessa atividade os recursos utilizados para a aquisição do maior número de ações da Companhia União Itabirana.

A fundação da Companhia União Itabirana, no interior mineiro, coincide com a implantação de outras fábricas de tecidos, como foi o caso da fábrica de Beri-beri, instalada na zona rural do município de Diamantina. De acordo com Stein, Beri-beri foi constituída por iniciativa do Bispo da cidade, Dom João Antônio Felício dos Santos. Segundo esse autor, o Bispo, interessado em dar ocupação aos trabalhadores desempregados das minas de diamante, convenceu os irmãos, Antônio Felício e Joaquim Felício dos Santos, um sobrinho e um outro comanditário a construírem juntos uma fábrica de tecidos de algodão. A empresa foi denominada pela razão social de Santos & Companhia., e a responsabilidade pela construção da fábrica foi dividida entre os membros da família.⁸⁷

A organização do trabalho e do capital na fábrica de Beri-beri assemelhavam-se bastante à da Companhia União Itabirana, apesar de distantes geograficamente. As duas fábricas de tecidos começaram a funcionar no mesmo ano, 1876, e encerraram as atividades em datas próximas. A Companhia União Itabirana foi fechada em 1964 e, Beri-beri, em 1973.

O capital para a montagem da Fábrica do Cedro, organizada pelos irmãos Mascarenhas, em 1868, derivou, inicialmente, de vinte e seis contos, recebidos por Bernardo e Caetano Mascarenhas do pai, Antônio Gonçalves Mascarenhas, quando completaram 18 anos. Os irmãos aplicaram os vinte e seis contos no comércio do sal e, depois, na compra, engorda e revenda de gado. De acordo com o autor, ao final do negócio, os irmãos apuraram um lucro líquido de 108:000\$000 (cento e oito contos), que utilizaram como parte do capital para organização da fábrica de tecidos.⁸⁸

⁸⁶ Nas primeiras ações da fábrica de tecidos, aparecem as assinaturas de Domingos Martins Guerra, Antônio Camilo de Oliveira e Custódio Martins Guerra.

⁸⁷ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 42.

⁸⁸ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 42.

No entanto, o montante acima não foi suficiente para colocar em funcionamento o pioneiro empreendimento fabril-têxtil. Recorreram, dessa forma, ao irmão mais velho, Antônio Cândido, que apoiou os irmãos no empreendimento. Antônio Cândido vivia na Fazenda do Rasgão, perto do lugar onde viria a ser construída a Fábrica do Cedro. Ao final, cada sócio contribuiu com 47,3 contos, perfazendo um total de 142:000\$000 (cento e quarenta e dois contos).⁸⁹

De acordo com Versiani, o capital inicial que deu origem à Fábrica do Cedro foi proveniente das seguintes atividades econômicas: agricultura, criação de gado, comércio local e empréstimo a juros⁹⁰.

A Fábrica do Cedro foi o primeiro empreendimento fabril-têxtil da família Mascarenhas, mas não o único. Em 1873, foi constituída nova sociedade, a Mascarenhas Irmãos & Barbosa, que deu origem à Fábrica da Cachoeira. Mais tarde, as duas se uniriam numa mesma fábrica: a Fábrica de Tecidos Cedro e Cachoeira. Na década de 1880, é criada, pela mesma família, a Fábrica de São Sebastião, de propriedade do major Antônio da Silva Mascarenhas e de senhora Policena M. da Silva Mascarenhas.

Outra sociedade anônima foi fundada em Minas Gerais, em 1891: era a Companhia Industrial São Joanense, no município de São João Del Rei. De acordo com estudo de Resende (2003), a sociedade anônima foi formada por 71 sócios⁹¹. A fábrica não era um empreendimento familiar, mas de um grupo de pessoas que vivia na cidade onde a fábrica foi construída. A pesquisadora ressaltou que os recursos para sua montagem advinham de atividades econômicas da própria região. Entre os sócios, estariam dois padres e representantes do comércio local que utilizavam nas ações os nomes de suas casas comerciais. Dessa forma, sabemos que pelo menos parte dos recursos que compunham o capital era proveniente do comércio e de atividades religiosas.

Ao observar esses dados, é possível traçar um perfil sócio-econômico dos homens de negócios que levantaram recursos para a constituição das primeiras fábricas de tecidos mineiras: eram eles, em grande parte, profissionais liberais, religiosos e, sobretudo, comerciantes e fazendeiros.

⁸⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 44.

⁹⁰ VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, ano VI, 1992. Diamantina (MG). Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. p. 91.

⁹¹ RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense 1891/1935*. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 08/07/2003.

Quanto a esse aspecto, Vaz (1990) afirmou que as fábricas de tecidos mineiras se configuraram numa força aglutinadora de capitais, antes investidos em atividades comerciais ou agrícolas⁹², a exemplo do observado em Itabira.

Ao analisar o contexto da industrialização têxtil de São Paulo, Ribeiro verificou que, em 1869, o prenúncio de abundantes safras de algodão e do declínio dos preços internacionais levou um grupo de fazendeiros de café e de algodão a organizar a Fábrica São Luís, em Itu.⁹³ De acordo com a autora, a fábrica foi constituída, inicialmente, sob a forma de quotas entre sete pessoas, das quais cinco eram ligadas à lavoura. O que se verifica é que, tanto em Minas Gerais quanto nesse exemplo de uma fábrica paulista, a origem do capital para a montagem das fábricas de tecidos era proveniente de setores relacionados à agricultura, à pecuária, às atividades liberais e ao comércio.

1.3 Itabira do Mato Dentro: o município do ouro, dos tecidos e do ferro

O viajante Saint-Hilaire relatou que o início do povoamento de Itabira do Mato Dentro se deu em 1720, em suas palavras:

“Pelos anos de 1720, Francisco de Faria Albernaz, e seus irmãos, paulistas de espírito arrojado, já estabelecidos nas minas de Itambé, ao norte de Itabira, atravessaram dez léguas de florestas sem outra bússola além do cume piramidal dessa montanha. Costeando a cadeia chegaram, pela garganta de Piçarrão, à base do morro sobre o qual está atualmente edificada a povoação de Itabira. Tendo feito aproximadamente o círculo do morro, encontraram em uma nascente, que denominaram Fonte da Prata, grande quantidade de ouro de coloração Argentina, e levantaram nesse local uma casa e uma pequena capela coberta de palha. Tal foi a origem da povoação de Itabira”.⁹⁴

Segundo esse relato, o povoado de Itabira iniciou-se em 1720, com a chegada dos irmãos Albernaz, que avistaram, ao longe, um grande pico de 1.600 metros de altitude, e chamado, inicialmente, de Pico de Itabira e, mais tarde, de Pico do Cauê. Atualmente, o Pico não existe. A partir de 1942, com a ação exploratória do minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce, o Pico, que guardava grandes reservas de minério de ferro, foi completamente eliminado.

⁹² VAZ, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar (1883-1987)*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A., 1990. (mimeo.). p. 30

⁹³ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. p. 27.

⁹⁴ SAINT-HILAIRE, August de. *Jornada de Itabira à Vila do Príncipe. In: Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1975. p. 121.

Itabira é um topônimo indígena que significa *Pedra Aguda*. O início da povoação se deu no fundo do vale, por causa do ouro de aluvião que ali podia ser encontrado com facilidade. No pequeno povoado, em meio às primeiras habitações, foi construída, em 1775, uma capela devotada a Nossa Senhora do Rosário, no lugar chamado Penha. A capela, ainda hoje, se encontra no mesmo local. Em 1833, o povoado de Itabira do Mato Dentro é elevado à Vila e, em 1848, à categoria de cidade.

A Itabira dos primeiros tempos é descrita da seguinte forma pelo poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade:

“... a primeira Itabira, a Itabira do ouro, essa não tinha outra forma senão a que lhe traçavam, com a ponta do pé, os desbravadores sequiosos, na sua ‘exploração insensata e ruidosa das lavras’, de que fala Eschewege. As leis vinham de Vila Nova da Rainha, para onde ia o trabalho e o suor dos mineiros, convertidos em impostos; as bênçãos e as proibições morais vinham de Santa Bárbara, onde a igreja assentara a sua freguesia. Na encosta áspera, os pretos vibravam a picareta, mergulhavam os pés na água escassa e barrenta”.⁹⁵

A atividade aurífera foi, por vários anos, o que movimentou a economia local. Em 1814, Eschewege⁹⁶ apresentou uma relação estatística de todas as lavras de ouro da Província de Minas Gerais e, somente no povoado de Itabira, estavam cinco lavras, que empregavam um total de duzentos e oitenta e três escravos, com uma produção de 13.746 oitavas de ouro. Esse número representava 6% do total de ouro extraído em toda a Província naquele ano⁹⁷. Entretanto, a partir de 1814, pela própria natureza exaurível do ouro de aluvião, a extração foi aos poucos escasseando e outras atividades, como a fundição do ferro, passaram a coexistir com ela.

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil e a permissão outorgada pelo governo para exploração das minas de minério de ferro, foram criadas em Itabira forjas de ferro para aproveitamento do minério local. De acordo com relato de Eschewege⁹⁸, foi em Itabira que, pela primeira vez, adotou-se o molho hidráulico como processo de fabricação de

⁹⁵ ANDRADE, Carlos Drummond. *Vila de Utopia*. In: Confissões de Minas. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 561.

⁹⁶ O Barão Guilherme Luís de Eschewege publicou, em Alemão, o livro *Pluto Brasilienses*, e realizou uma descrição detalhada da Província de Minas Gerais no século XIX. O livro foi traduzido para o português e publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro, em edições de 1897 e 1898. Eschewege era engenheiro militar a serviço da coroa portuguesa no Brasil, exerceu as funções de cartógrafo, escritor, geólogo, mineralogista e foi autor de vários livros e mapas sobre Minas Gerais.

⁹⁷ GUIMARÃES, Alisson Pereira. *Itabira: a Cidade e o Minério*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1961 (tese de doutorado). p. 44.

⁹⁸ GUIMARÃES, Alisson Pereira. *Itabira: a Cidade e o Minério*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1961 (tese de doutorado). Citando ESCHEWEGE p. 44.

ferro. E, em 1817, já se destacava no povoado as forjas de ferro do Girau que, segundo Saint-Hilaire,

“(...) davam trabalho a cerca de vinte e cinco operários, cuja metade se compunha de escravos. Os outros, livres, e quase todos brancos, recebiam alimentação e cerca de meia pataca de salário.”⁹⁹

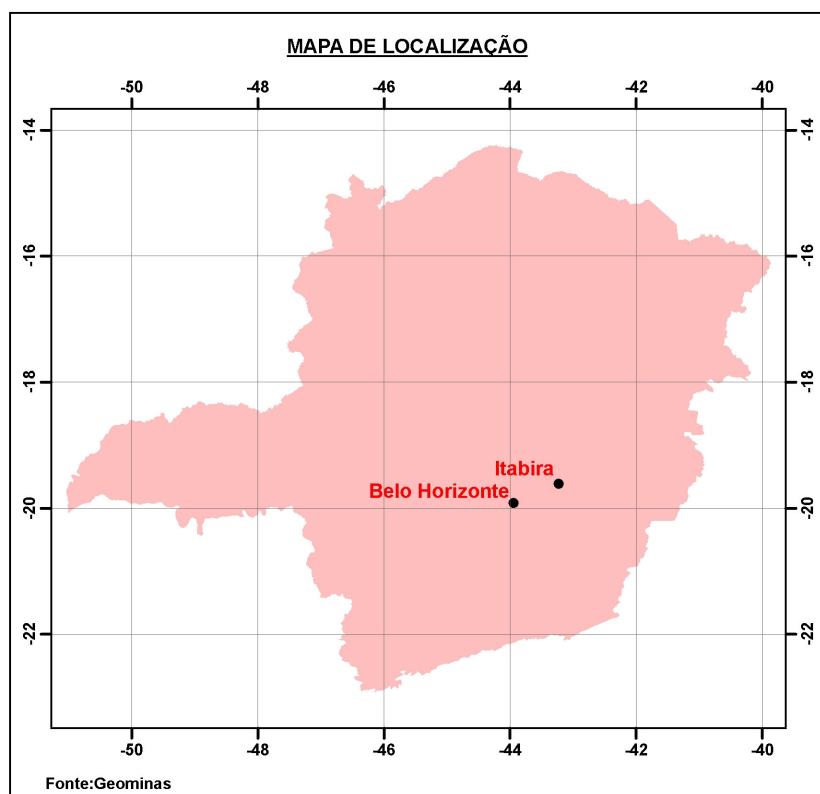
A Fábrica de Ferro do Girau recebeu esse nome devido ao Rio Girau, que fornecia força motriz à forja. O mesmo rio emprestaria, a partir de 1888, força para movimentar as turbinas hidráulicas da Fábrica de Tecidos da Pedreira, já citada.

Guimarães (1961) observou que, apesar de o município de Itabira contar com as maiores e melhores reservas de minério de ferro do Brasil, as atividades de fabricação de ferro, iniciadas em 1812 expandidas até 1853, não tiveram os êxitos esperados¹⁰⁰. Segundo esse pesquisador, essas atividades não conseguiram manter continuamente o ritmo de expansão e nem adquiriram a estabilidade desejada. Ao observar a história do município de Itabira, verificamos que, apenas em 1942, com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, a extração do minério de ferro foi retomada significativamente, fato que mudou a trajetória econômica e cultural do município.

⁹⁹ SAINT-HILAIRE, August de. *Jornada de Itabira à Vila do Príncipe*. In: *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1975. p. 128.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, Alisson Pereira. *Itabira: a Cidade e o Minério*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1961 (tese de doutorado). p. 56.

Mapa 1: Mapa atual do estado de Minas Gerais, com a localização da cidade de Itabira¹⁰¹



A Itabira da segunda metade do século XIX, de acordo com o relato do Padre Júlio Engrácia, experimentou um período de estagnação econômica. Segundo ele, as terras não eram de boa qualidade, o que inviabilizava o cultivo de gêneros alimentícios; além do mais, as formigas saúvas apresentavam-se como empecilho ao plantio de pomares e hortaliças. Registra, ainda, a existência de poucos fazendeiros no município, principalmente por falta de braços para o trabalho e a baixa produtividade da média e pequena lavoura. O café era cultivado em pequena escala, pois o clima não favorecia. Dois vinhedos, que teriam existido na região, naquela data, já não produziam vinhos, por causa do terreno e do preparo inadequados. A mandioca era cultivada em pequenas lavouras e não havia constância no cultivo de uma única especialidade agrícola.¹⁰²

No entanto, é necessário destacar o tom pessimista das palavras do pároco. Havia na Província Mineira, no período, uma visão tradicional de estagnação, decadência e atraso econômico. Libby destacou que esse sentimento provinha de um saudosismo dos tempos

¹⁰¹ Mapa elaborado pelo geógrafo e professor Ramon Nunes Araújo.

¹⁰² ENGRÁCIA, Júlio Pe. Chorografia Mineira; Município e Comarca de Itabira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III*. Ouro Preto, 1898. pp. 329/354.

áureos da mineração. Os mineiros e os estudiosos teriam sido incapazes de perceber qualquer resultado positivo na substituição das atividades mineradoras por um diversificado leque de outras atividades que transformaram a economia provincial em algo distinto, porém, nem “pior” nem “melhor”.¹⁰³

Pelas palavras do padre, identificamos em Itabira, no século XIX, uma sociedade heterogênea, com atividades ligadas à extração mineral, juntamente com o pequeno desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do comércio. É nesse contexto econômico que surgiram as fábricas de tecidos no município de Itabira.

Em 1874, foi formada a sociedade anônima para constituição da Companhia União Itabirana; em 1888, é inaugurada a Fábrica de Tecidos da Pedreira. As duas fábricas de tecidos são constituídas com capital proveniente da própria região, decorrente de atividades como a agricultura, a pecuária e o comércio.

Conforme verificamos no item anterior, até as primeiras décadas do século XX, essas duas fábricas de tecidos estavam em franca expansão, representando para o município atividades econômicas de destaque, pois empregavam o maior número de trabalhadores. No entanto, na década de 1940, outra atividade econômica instalou-se definitivamente no município de Itabira: a extração do minério de ferro.

Em 1907 foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, para realizar um estudo científico da estrutura mineralógica do país. Estas pesquisas geológicas identificaram que as jazidas de minério de ferro de Itabira estavam entre as mais ricas do mundo¹⁰⁴. A partir de então, foram realizadas várias tentativas para a instalação de uma indústria no município com vistas à extração do minério de ferro.

A primeira delas foi feita por um grupo inglês que organizou o Brazilian Hematite Syndicate que fracassou. Em 1911, foi concedida à Itabira Iron Ore Co. autorização para explorar e exportar o minério de ferro de Itabira, por intermédio do governo federal. Porém, essa companhia, por falta de capital, também fracassou e, em 1918, o controle da antiga companhia foi transferido para um grupo associado de investidores europeus, liderados por Percival Farquhar. Em 1920, a extração do minério de ferro volta para a Itabira Iron Ore Co., que conseguiu do governo federal um contrato que praticamente lhe dava o monopólio de exportação do minério de ferro do Brasil.

¹⁰³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 13-14.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de. *Itabira: Desenvolvimento e Dependência*. Itabira: Gráfica Dom Bosco, 1991. Edição Comemorativa. p. 18.

Apesar de todas essas tentativas, a instalação efetiva de uma indústria extrativa no município de Itabira não teve êxito, principalmente, por causa do bloqueio sistemático imposto pelo governo de Minas às empresas estrangeiras, com vistas a garantir a posse das riquezas naturais do estado. Somente em 1942, com a criação, pelo governo federal, da estatal Companhia Vale do Rio Doce o projeto concretizou-se.¹⁰⁵

A instalação dessa mineradora no município de Itabira é parte de um projeto antigo. No relatório de 1898, escrito para a Revista do Arquivo Público Mineiro, o Padre Júlio Engrácia declarou:

“a exploração do ferro que, parece, devia ser a indústria privilegiada do lugar, para a qual deveriam ter convergido desde o princípio as vistas dos industriais e quiçá da província, está semimorta”.¹⁰⁶

O padre depositava na extração do minério de ferro a esperança de desenvolvimento para o município. Segundo ele, os homens de negócios deveriam ter convergido para essa atividade seus investimentos. Possivelmente, ao afirmar que a exploração do ferro deveria ter sido a indústria privilegiada do município, referia-se à convergência de capital local para a constituição das fábricas de tecidos, já que elas eram as atividades econômicas de maior vulto à época. Para o padre, no entanto, melhor seria se o capital tivesse sido investido na extração do minério de ferro e, não, em outras atividades econômicas.

No município de Itabira há certa identificação dos moradores com o minério de ferro ali presente, como se essa fosse a vocação do lugar. O poeta Carlos Drummond de Andrade declarou que o itabirano era “triste, orgulhoso, de ferro (...) noventa por cento de ferro nas calçadas. Oitenta por cento de ferro nas almas”¹⁰⁷. Parte dessa identificação com o ferro pode ser explicada por sua visibilidade. O minério brilha nas calçadas e está presente em cada partícula de ar que circula no município. A extração do mineral a céu aberto mudou a geografia do lugar e transformou o relevo de Itabira.

No entanto, a possível vocação do município de Itabira para com as atividades relacionadas ao minério de ferro não é objeto deste estudo. É para a industrialização têxtil que a pesquisa foi direcionada. Mas, cabe ressaltar, que boa parte dos moradores da cidade continua a sustentar que a identidade do lugar é marcada por essa atividade.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de. *Itabira: Desenvolvimento e Dependência*. Itabira: Gráfica Dom Bosco, 1991. Edição Comemorativa. p. 18-21.

¹⁰⁶ ENGRÁCIA, Júlio Pe. *Chorografia Mineira; Município e Comarca de Itabira*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III*. Ouro Preto, 1898.

¹⁰⁷ ANDRADE, Carlos Drummond. *Confidência de Itabirano*. In: *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

Nos próximos capítulos, analisaremos a implantação da Cia. União Itabirana e o seu desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX. Interessa-nos perceber como essa fábrica de tecidos, instalada no interior da Província Mineira, insere-se nos ideais da modernidade industrial existentes no Brasil, a partir da segunda metade século XIX. Qual era a lógica do capital e do mercado para o período estudado? Qual o lugar destinado ao trabalho e aos trabalhadores nessa organização fabril-têxtil?

Serão essas as questões principais que nortearão o desenvolvimento dos demais capítulos deste estudo.

CAPÍTULO II

A modernidade industrial e a lógica do capital: o caso da Companhia União Itabirana

No Capítulo I desta investigação, utilizamos a análise comparada entre as primeiras fábricas de tecidos mineiras, no período delimitado. Para a condução deste Capítulo II, optamos por continuar com a perspectiva da análise comparada, pois ela nos permite entender a inserção do nosso objeto na dinâmica da economia mineira, além de possibilitar conhecer as suas particularidades, já que o foco aqui será lançado sobre o estudo de caso.

As questões que conduzem este capítulo foram formuladas para entender o que significava, do ponto de vista de um empresário do século XIX, do interior de uma província localizada no interior do país, abrir uma fábrica de tecido e fazê-la funcionar. Quais componentes tecnológico, humano, de capital, de mercado faziam parte das fábricas têxteis naquele momento?

O objetivo é conhecer, de um lado, o mercado fabril da época e, de outro, as especificidades da fábrica de tecidos estudada, pois o particular evidenciado nas fontes da Cia. União Itabirana dialoga com o contexto universal da modernização industrial.

Nesse sentido, focalizamos a estrutura administrativa, com a descrição dos primeiros diretores da Cia. União Itabirana, bem como a localização, as instalações, a capacidade de produção, a aquisição da matéria-prima (o algodão) e, ainda, as dificuldades de transporte para o interior mineiro.

Outro ponto que abordaremos neste capítulo é o ideário da modernidade industrial sob a perspectiva capitalista do final do século XIX. O discurso da modernidade, manifestado nos ideais de progresso e de civilização, procurou combinar a transformação dos espaços urbanos, a construção de ferrovias, os investimentos de capitais para a industrialização do país, com as exigências morais, higiênicas e estéticas, que tinha como objetivo a construção de uma nova sociedade moderna, civilizada e racional.

2.1 A Companhia União Itabirana: os primórdios de um sonho

A primeira reunião para apresentação e consolidação da idéia de se formar uma fábrica de tecidos no município de Itabira do Mato Dentro aconteceu no dia 11 de outubro de 1874, na sala de sessões da Câmara Municipal do município. A reunião foi convocada por Domingos Martins Guerra, médico local, e a presidência da sessão solene ficou a cargo do Monsenhor José Felicíssimo do Nascimento, pároco do município à época. Estavam presentes, ainda, fazendeiros e comerciantes locais.¹⁰⁸

O texto abaixo oferece-nos uma idéia das motivações locais para a abertura do referido empreendimento fabril. De acordo com a Ata, Domingos Martins Guerra foi quem fez o convite para que a reunião fosse realizada e foi o responsável pela idéia de criação da fábrica de tecidos:

“foi pelo Dr. Domingos Martins Guerra feita a exposição do fim para que convidara a seus Amigos, lastimando entretanto que não concorressem todos os chamados, pois o convite fora geral, e demonstrou **a grande conveniência que há na criação de uma Fábrica de Tecidos, não só no sentido do interesse material, como no interesse de elevar-se o espírito de associação e de indústria, únicos capazes de elevar-nos do abatimento em que havemos cahido.** – Sendo tão justo motivo apoiado por todos os presentes, resolveu-se empregar todos os meios afim de obter tão importante desideratum”.¹⁰⁹ (*grifo nosso*)

Como dito anteriormente, Stein (1979) nos lembra que a constituição de sociedade por ações, como foi o caso da Companhia União Itabirana, não eliminou o caráter de empresa familiar ou de empresa que envolvia a família ampliada (os trabalhadores), associados e amigos próximos¹¹⁰. De acordo com esse autor, o ingresso de pessoas desconhecidas na sociedade era vetado, inclusive, nos estatutos das companhias.

Versiani (1992) afirmou que a primeira sociedade anônima bem sucedida a montar uma fábrica de tecidos em Minas Gerais, entre 1868-1879, foi a Companhia União

¹⁰⁸ Assinaram a ata: João Baptista Carvalho Drummond, José Felicíssimo do Nascimento, Domingos Martins Guerra, Joaquim Carneiro de Miranda, Josephino F. de Noronha, Francisco Procópio de Godoy Monteiro, Bernardino da Costa Lage, José João Pimenta de Figueiredo, Henrique Carlos Horta, José Ricardo d’Horta Ribeiro, Pedro Martins Guerra, Francisco de Assis Moraes, Joaquim Virissimo da Costa Lage, Guilherme Augusto Gonçalves, Cândido Souza Pereira, José Augusto Gonçalves, José Lourenço Soares, José Zione de Magalhães. Fonte: Ata da reunião de 11 de outubro de 1874. Acervo particular de Afonso Camilo de Oliveira Lage.

¹⁰⁹ Ata da Reunião da Câmara Municipal de Itabira, 11 de outubro de 1874, fala de Domingos Martins Guerra. Acervo particular de Afonso Camilo de Oliveira Lage.

¹¹⁰ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 42.

Itabirana¹¹¹. O modelo comumente utilizado para reunião de capital e formação das fábricas era a sociedade intrafamiliar, como foi o caso da Fábrica Beri-beri, em Diamantina, e das Fábricas do Cedro, Cachoeira e São Vicente, da família Mascarenhas. A família do senhor Antônio Camilo de Oliveira foi detentora de maior número de ações e se manteve como a responsável pela administração da fábrica desde a fundação, em 1874, até 1962. Nesta última data, segundo depoimentos orais, a fábrica foi vendida ao empresário Aquiles Mascarenhas, que a fechou dois anos depois, em 1964. O maquinário foi retirado, as edificações abandonadas e o terreno, quatro anos mais tarde, foi loteado e utilizado como pagamento de indenização aos funcionários da fábrica, já que na data do fechamento ninguém recebeu qualquer restituição do tempo de trabalho.

Nos Estatutos da Cia. União Itabirana, essa proibição não está explícita. No entanto, ao observar as relações de proximidade e parentesco existentes entre os diretores da fábrica de tecidos, ao longo de sua trajetória (1874-1964), é perceptível que os laços de amizade ou de sangue foram predominantes nessa sociedade anônima.

O objetivo da reunião acontecida em Itabira do Mato Dentro era criar uma fábrica de tecidos para elevar-se “o espírito de associação e de indústria, únicos capazes de tirar o município do abatimento em que havia caído”. Por que o *espírito de associação e indústria*, citado por Domingos Martins, seria o único capaz de elevar o município do “abatimento” em que havia caído? Em que contexto histórico surge esse *espírito* na sociedade mineira do oitocentos?

O espírito de associação e indústria de que fala Domingos Martins Guerra estava inserido no Brasil da segunda metade do século XIX, isto é, no contexto da desejada modernidade industrial. Arias Neto (2003) observou que a dinamização da economia cafeeira provocou um movimento mais ou menos geral de modernização do país. De acordo com esse autor, parte desse progresso, experimentado na segunda metade do século XIX, estava articulado à exportação de capitais de países industrializados para regiões menos desenvolvidas, como o Brasil. No período de 1860 a 1902, do total de investimentos estrangeiros aplicados no Brasil, 77,6% eram oriundos da Inglaterra.¹¹²

¹¹¹ VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, ano VI, 1992. Diamantina (MG). Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. p. 95.

¹¹² NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 206.

Os investimentos britânicos entraram no Brasil sob variadas formas: empréstimos aos governos Imperial e Republicano, implantação de ferrovias, modernização dos portos, melhoramentos urbanos e, na forma de capital constante, investido em equipamentos para empreendimentos industriais¹¹³. Esses fatores contribuíram para o início da modernização industrial do Brasil, a qual incluía a adoção do *ethos* industrial e introduziram, além de condições favoráveis à industrialização, um *espírito de associação e indústria* nos homens de posses que também queriam ver seus municípios integrados ao ideal de progresso e civilização em voga nos centros urbanos.

Esse foi, por exemplo, o caso da implantação da fábrica de Beri-beri, em Diamantina, como se lê no Relatório da Comissão de Inquérito Industrial, de 1883:

“Essa fábrica foi fundada por iniciativa do Exm. Sr. D. João Antonio dos Santos **attendendo a estado precário, em que tinham ficado os habitantes do distrito da Diamantina**, devido á grande baixa de diamantes, teve a idéia de fundar uma grande fábrica de tecidos de algodão para dar trabalho aos homens, e depois a tantas moças honestas que não tinham meios de subsistência”.¹¹⁴ (grifo nosso)

Em Diamantina, a criação da fábrica de tecidos tinha o objetivo de retirar os habitantes do município do “estado precário” em que se encontravam, após a queda nas extrações de diamante. Em Itabira, verificamos que a criação do empreendimento fabril-têxtil coincidiu com um abatimento em que havia caído o município após a decadência das forjas de ferro¹¹⁵. Tanto num município quanto no outro, vigia a tese de que o progresso viria com a criação de uma fábrica de tecidos, pois esse era o setor industrial que mais crescia durante as últimas décadas do século XIX e permaneceu como o mais expressivo até a década de 1920¹¹⁶.

O sentimento de atraso, por parte dos investidores mineiros, fica visível quando observamos esses discursos. O que se pretendia era inserir os municípios no progresso da época e a industrialização era um dos caminhos apresentados. Esse discurso da modernidade, manifestado nos ideais de progresso e de civilização, combinou a transformação dos espaços urbanos, a implantação de ferrovias, os investimentos de capitais para a industrialização do

¹¹³ NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 206.

¹¹⁴ Citado em LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 228.

¹¹⁵ Sobre Itabira no século XIX, ver o item 1.3 deste estudo.

¹¹⁶ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 40.

país e as exigências morais, higiênicas e estéticas, gerando na sociedade um desejo de “ser” e “parecer” moderno¹¹⁷.

Na concepção de Faoro (1992), a modernização chegou à sociedade mediante um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegiou os setores dominantes¹¹⁸. No contexto da industrialização fabril-têxtil, esse grupo condutor seria constituído por homens de posses, imbuídos do *espírito de associação e indústria*. Para o autor, o desenvolvimento se implantaria com o “milagre” da industrialização rápida. Contra barreiras econômicas e políticas, muitas vezes escalando os muros sem derrubá-los, uma indústria moderna estava em nascimento, acentua.

A industrialização têxtil da Província Mineira resultou da articulação entre o governo, os investidores, os técnicos estrangeiros e os trabalhadores. Essa concepção de progresso e desenvolvimento iria atravessar os dois regimes: o imperial e o republicano.

Outro fator deve ser levado em conta quando se analisa a modernização que se configurava no país e a industrialização que se iniciava: a questão da escravidão. Desde 1850, com o fim do tráfico negreiro e, em 1871, com a Lei do Ventre Livre, presumia-se que o fim do regime escravista estava próximo. Dessa forma, era necessária a constituição de uma classe trabalhadora, que considerasse o valor do trabalho e viesse agregar aos ideais de civilidade, ordem e progresso desejados para o período.

Gomes (1991) delimitou a Primeira República como o momento original da construção de uma identidade social e política para o trabalhador brasileiro¹¹⁹. Para a autora, antes desse período, existiam trabalhadores, mas não uma classe trabalhadora. Pretendia-se a formação de um trabalhador disciplinado, racional e submisso, de acordo com os ideais da modernização industrial¹²⁰.

No contexto do discurso da modernidade industrial, a necessidade da industrialização em Itabira era imperativa. Durante a reunião de dia 11 de outubro de 1874, medidas foram tomadas para viabilização do empreendimento industrial têxtil, tal como o agendamento de outra reunião para o dia 09 de novembro daquele mesmo ano, para que fosse apresentada uma proposta de Estatutos, em que deveriam estar presentes os subscritores do capital de

¹¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy . *Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995. p. 284.

¹¹⁸ FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*, 1992. p. 2.

¹¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. República, Trabalho e Cidadania. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e Desigualdades: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: rio Fundo Editora e IUPERJ, 1991. p. 71.

¹²⁰ A formação e as relações sociais estabelecidas entre os operários da Cia. União Itabirana serão verificadas no Capítulo 3.

100:000\$000 (cem contos). A fala de Domingos Martins Guerra, na Ata já referida, evidencia a urgência na implantação da fábrica de tecidos:

“e como seja urgente, para os subscriptores melhor resolverem, conhecer-se desde já o valor de cada uma ação, foi essa questão posta em discussão, e propoz o Dr. Domingos Martins Guerra que fosse de 100\$000 o valor de cada uma afim de poderem facilmente ser tomadas pelas pessoas menos favorecidas da fortuna, e que entretanto tem aceitado a idea da criação d’essa empresa com o mais espontâneo acolhimento”¹²¹.

Nessa primeira reunião, o valor do capital ficou definido em 100:000\$000 (cem contos), divididos em 1.000 (mil) ações de 100\$000 (cem mil réis).

Stein afirmou que a maior parte das fábricas têxteis fundadas antes de 1880 dispunha de um capital que variava entre 200 e 500 contos, mas muito poucas chegavam a 1.000 contos¹²². Esses números revelam o pequeno porte das primeiras fábricas de tecidos brasileiras e, principalmente, das mineiras. Zimbrão (2002) denomina dois fatores como primordiais para o pequeno porte das fábricas têxteis mineiras: o transporte de equipamentos pesados, volumosos e ao mesmo tempo delicados, para o interior da Província e a natureza do mercado consumidor, que poderia ser caracterizado como essencialmente local¹²³. O autor considera, ainda, que a maioria das fábricas estabelecidas na década de 1870, foram construídas no local onde viviam os investidores, com capital proveniente de pequenos grupos de amigos e/ou parentes, bem como já havia observado Stein, ao analisar o mesmo objeto.

Em Itabira, os cem contos iniciais foram insuficientes para colocar a Cia. União Itabirana em funcionamento. Os investidores contraíram um empréstimo de sessenta contos de réis para terminar a construção da fábrica.

“As construções de prédios foram feitas em ocasião em que os gêneros alimentícios estavam por um preço exorbitante, por causa da seca que matou as roças e a Estrada de Ferro Pedro II estava tão atrasada que tivemos que fazer o transporte das máquinas desde os Gomes, em carroça, com o que despachamos 26 contos”¹²⁴.

¹²¹ Ata da Reunião da Câmara Municipal de Itabira, 11 de outubro de 1874, fala de Domingos Martins Guerra. Acervo particular de Afonso Camilo de Oliveira Lage.

¹²² STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 43.

¹²³ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento*. CEDEPLAR, 2002. X Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina – MG. p. 09.

¹²⁴ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

Dessa forma, o capital da Cia. União Itabirana passou para 160:000\$000 (cento e sessenta contos), logo nos primeiros anos de funcionamento.

Embora não tenha sido possível localizar a Ata da segunda reunião, acreditamos ter sido realizada pelos investidores de Itabira, pois em 01 de março de 1875 os Estatutos já estavam prontos e assinados pelos acionistas.

O Decreto governamental de número 6162, publicado em 24 de março de 1876 e assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras, Thomaz José Coelho de Almeida, autorizou o funcionamento da Companhia União Itabirana¹²⁵.

“Attendendo ao que Me requereu a Companhia União Itabirana, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção de Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 17 de Agosto de 1875, Hei por bem Approvar seus estatutos e autoriza-la á funcionar (...). Palácio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Março de mil oitocentos setenta e seis, quinquagesino quinto da Independência e do Império.”

Conclui-se, daí, a existência de um processo ao qual deveriam se subordinar as fábricas de tecidos. Os Estatutos foram assinados em 01 de março de 1875 e, provavelmente, nessa data, os acionistas já haviam definido a integralização do capital de cem contos de réis. Em 17 de agosto de 1875, o Conselho do Estado aprovou os Estatutos e apenas em 24 de março de 1876, após publicação dos Estatutos, a fábrica foi autorizada a funcionar. Constatamos, assim, o intervalo de mais de um ano entre a organização do capital, a assinatura dos Estatutos e a devida autorização e publicação.

Conforme visto anteriormente, em 1874 realizou-se a primeira reunião para a organização da Companhia União Itabirana; dois anos depois, em 1876, a fábrica iniciou efetivamente as atividades produtivas. Dessa forma, a última data foi monumentalizada pelos homens de negócios de Itabira como a oficial de inauguração da fábrica, como se pode observar pela reprodução da Ação de número 757. No entanto, para este estudo utilizamos a primeira data, de 1874, como marco inicial da sociedade que deu origem à fábrica de tecidos, pois, a partir dessa data, iniciam-se os esforços para viabilizá-la e colocá-la em funcionamento.

A prática de oficializar a data de inauguração, quando as edificações já estavam construídas e o maquinário instalado, aconteceu com outras fábricas têxteis mineiras do

¹²⁵ Companhia União Itabirana. Estatutos, Cidade de Itabira, 1 de março de 1875, anexado ao Decreto número 6.162 de 24 de março de 1876. Arquivo Público Mineiro.

período estudado, como a Fábrica do Cedro, dos irmãos Mascarenhas. Inaugurada em 1872, essa fábrica começou a ser organizada em 1868, quando os irmãos Bernardo, Caetano e Antônio Cândido fundaram a empresa Mascarenhas e Irmãos Ltda. A data celebrada pela Fábrica do Cedro é a de início das atividades fabris, ou seja, 1872, como aconteceu com a Cia. União Itabirana.

Uma das estratégias dos empresários foi instituir Ações que representassem as frações de participação dos sócios no empreendimento, quando esses se organizavam na forma de sociedade anônima. Esses documentos constituem fontes privilegiadas para uma análise da simbologia instituída pelos empresários do período. Nesta pesquisa, elegeu-se um que representava a Ação de número 757. Nela, podem ser observados símbolos da sonhada modernidade industrial, almejada pelos investidores e governantes brasileiros do final do século XIX.

Burke (2004) afirmou que, para interpretar a mensagem das imagens, é necessário familiarizar-se com os códigos culturais nelas embutidos.¹²⁶ De fato, esse autor baseou-se na teoria de Panofsky (1976), que considerou as imagens parte de toda uma cultura. Elas não podem ser compreendidas sem o conhecimento dos códigos culturais que a permeiam, ou seja, da sociedade que as produziu. Imagens são feitas para comunicar, no entanto, elas são mudas – é a interpretação que lhe dará sentido e significado.

Considerando esses aspectos, cabe indagar qual era a preocupação de quem estava vendendo aquela Ação. Será que os símbolos presentes ali deveriam refletir a idéia de um empreendimento sólido e duradouro a quem se dispusesse a adquiri-las? Ou será que os símbolos impressos nas Ações caracterizam o pensamento dos empreendedores do final do século XIX, cuja preocupação embasava-se no contexto histórico, com a transmissão da idéia de ordem e progresso, almejados no discurso da modernidade industrial?

As ações eram cada uma das partes em que se considerava dividido o capital de uma sociedade anônima. Cada Ação era representada por um documento que configurava uma fração desse capital, cujo valor nominal indicava o limite dos direitos e obrigações do titular. No verso do documento, que simbolizava cada uma das ações, foi impresso parte do Estatuto Social da Cia. União Itabirana, com informações sobre a chamada de capital para a integralização, bem como os direitos e deveres dos acionistas nas Assembléias Gerais.¹²⁷

¹²⁶ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Editora Edusc, 2004. p. 46.

¹²⁷ Fonte: documento que representa uma das 1.000 ações da Cia. União Itabirana. Todos esses documentos eram idênticos, mudava-se, apenas, o número que ele representava.

As 1.000 (mil) ações nominativas, que compunham o capital da fábrica de tecidos foram impressas em documentos idênticos, numerados individualmente de 1 a 1.000 e assinados pelos três primeiros diretores.¹²⁸

Os documentos que representam as ações foram produzidos no Rio de Janeiro, pela empresa Emanuel P. Frank & C, localizada, na ocasião, na Rua do Ouvidor, nº 34, conforme impresso na parte inferior do documento. Os símbolos presentes nesse documento foram uma exigência dos sócios da Cia. União Itabirana ou eram um padrão do período? Teria o senhor Domingos Martins Guerra solicitado os símbolos colocados ali? O empreendedor teria sugerido à empresa Emanuel P. Frank & C. os signos que representassem a solidez do empreendimento? Ou elementos que simbolizassem a inserção da fábrica no discurso da modernidade industrial, ou seja, no progresso desejado para a época?

Imagem 1: Documento que representava a Ação de número 757 da Cia. União Itabirana



¹²⁸ Os três primeiros diretores da Cia. União Itabirana que assinaram todas as ações eram: Domingos Martins Guerra, Custódio Martins Guerra e Antônio Camilo de Oliveira (acionista majoritário).

Esse documento, delimitado no interior de uma moldura fitomorfa, traz escrito na parte superior, destacado em letras estilizadas "Fábrica de Tecidos"; logo abaixo, em caixa alta "Companhia União Itabirana"; embaixo, "Província de Minas Geraes", no mesmo feitiço da primeira inscrição. O número "757" aparece manuscrito na parte superior, à esquerda, em espaço próprio, hachurado, ao lado de um "Nº" estilizado. No corpo da Ação, em letras cursivas e itálicas: "Ao legítimo proprietário desta Ação do valor nominal de 100\$000 competem todos os direitos e deveres que, na qualidade de Acionista da Companhia Itabirana (essa, em letras estilizadas) lhe são atribuídos pelos respectivos Estatutos". Logo abaixo, "Os directores"; e assinam: "Dr. Domingos Martins Guerra", "Dr. Antônio Camilo de Oliveira" e "Custódio Martins da Costa".

Dois boxes estilizados em linhas fitomorfas, idênticos, ladeiam o corpo da Ação, nos quais se lê: "Capital autorisado 100:000\$000 Dividido em 1.000 acções". Outros dois boxes laterais, também idênticos, inscritos na moldura, fornecem outras informações sobre a fábrica de tecidos, onde se lê: "Decreto de nº 6162 de 24 de Março de 1876", no box da esquerda; e "Incorporada em 1º de Março de 1876", no da direita.¹²⁹

Nas quinas da moldura e na lateral inferior, aparecem cinco gravuras, inscritas e destacadas por molduras próprias. No sentido horário, a partir do canto superior esquerdo:



1) Uma mulher ao lado de alguns dos instrumentos usados durante o processo de plantio e colheita, e dos produtos colhidos, traz na mão direita uma foice. A saia do vestido estendida e cheia de grãos lembra o formato de uma bateia. O movimento com o braço direito indica ação; com ele, a mulher selecionaria os grãos e colocá-los-ia na saia. Ao

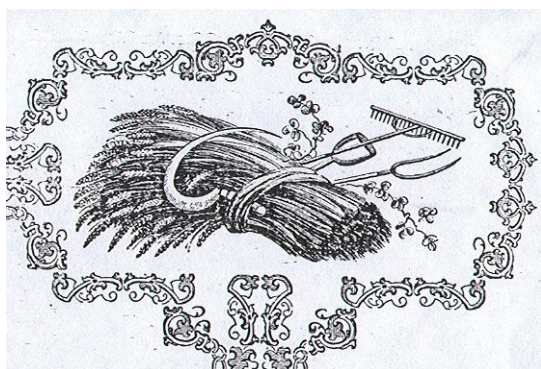
fundo se vê um celeiro com uma roda d'água ao lado.

A primeira leitura a ser feita diz respeito ao trabalho das mulheres dentro das fábricas de tecidos. Essas constituíram a força de trabalho majoritária no ramo da atividade têxtil. Desde a anterior produção caseira de panos e, posteriormente, dentro das fábricas de tecidos, as mulheres configuraram-se como a maioria da mão-de-obra; exerceram, principalmente, as funções de tecelãs e fiandeiras. Os cargos de chefias ficavam, predominantemente, sob o comando masculino.

¹²⁹ A análise iconográfica pormenorizada da imagem, nesta primeira parte, foi elaborada com a ajuda do historiador José Bizzotto Ramos.

Nessa representação, a mulher está colocada fora do ambiente doméstico, num local de trabalho. Chama à atenção, ainda, a ausência do homem nessa imagem: a mulher está sozinha ao lado de instrumentos utilizados para cultivo de produtos agrícolas. O colo da mulher à mostra, remete-nos à idéia de fertilidade feminina.

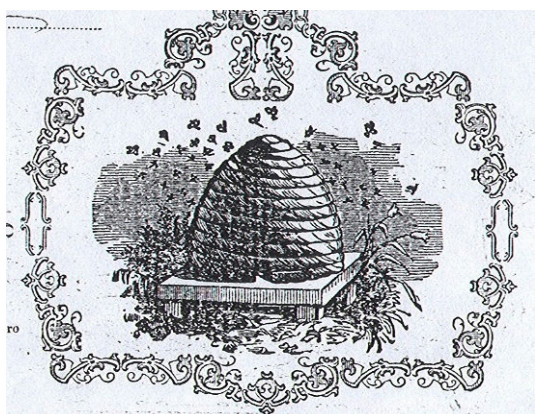
As cinco imagens presentes na Ação e destacadas aqui fazem parte de um conjunto. A compreensão delas se faz neste conjunto e não individualmente. O diálogo empreendido entre elas é cultural, com o ideal de civilização e de progresso. A civilização está presente na racionalidade técnica e do espaço e o progresso entra no campo, através das ferrovias. As imagens estão ligadas por traços no desenho, que se apresentam como quadros dentro de um quadro.



2) Um feixe de cereal (possivelmente trigo) amarrado, juntamente com uma foice, um ancinho e uma pá. O feixe é uma representação do campo, do universo rural e das famílias.

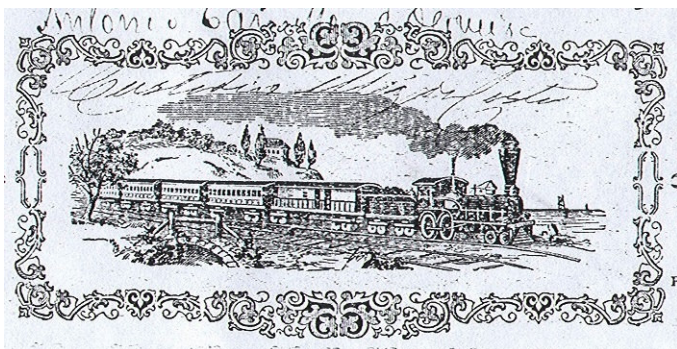
Outra leitura possível, diante da imagem acima, refere-se ao cotidiano do trabalhador. Essa imagem não tem relação direta com o cotidiano da

fábrica. Ela sugere o dia-a-dia dos operários no mundo do não-trabalho, em torno da fábrica de tecidos. Na Cia. União Itabira, quando as máquinas encerravam as atividades e cessavam o barulho diário, dentro do núcleo fabril os operários cuidavam das suas vidas e das suas famílias. Plantavam verduras, frutas, hortaliças e legumes. Essa imagem alude ao núcleo fabril, à sobrevivência do trabalhador e à de sua família, à estabilidade do empreendimento, já que os operários moravam no núcleo e garantiriam a produção, e não propriamente à produção da fábrica de tecidos.



3) Uma colméia semi-elíptica, estilizada, sobre um suporte de madeira, com abelhas voando ao redor. A colméia e as abelhas simbolizavam os operários, a organização e a união do trabalho. Uma das leituras possíveis é pensar que os operários deveriam ser tão disciplinados e organizados na produção quanto as abelhas o são. De fato, os

empresários fabril-têxteis realizarão o esforço para disciplinarem a mão-de-obra operária, através de ações como: o tratamento paternalista das relações de trabalho, em que laços de solidariedade eram estabelecidos no mundo do trabalho e do não-trabalho; a imposição de uma rígida disciplina e moralidade exigidas dentro dos empreendimentos fabris e, também, nas vilas e núcleos operários; e as longas jornadas diárias.

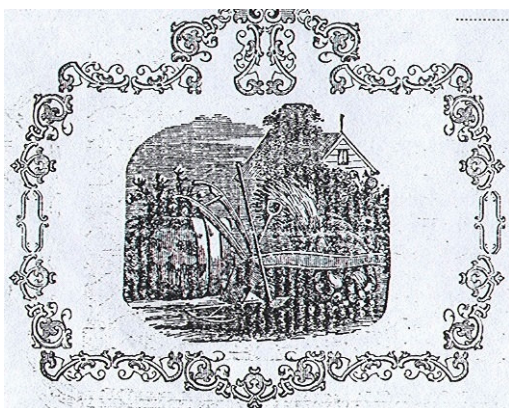


4) Uma locomotiva passa sobre uma ponte numa área rural e deixa atrás de si um rastro de vapor que se confunde com as nuvens.

Os carros-de-boi eram símbolos da rusticidade do campo, mas que integravam a paisagem das cidades;

com a introdução das ferrovias, os apitos das locomotivas substituíram, pouco a pouco, os gemidos dos carros-de-boi pelos caminhos mineiros, como pode ser observado nessa imagem. A sonoridade dos apitos das locomotivas anunciava a tão sonhada modernidade industrial. No imaginário social e nas representações visuais estarão presentes, a partir de então, esse forte signo do progresso. As estradas de ferro e as locomotivas eram as representações mais significativas do progresso, que ansiava deixar para trás o atraso e inserir definitivamente o Brasil nessa desejada modernidade.

Na imagem, apesar de sugerida uma área rural, não há florestas. Ao redor da locomotiva – a imagem principal – há um bosque, com árvores esparsas que demonstram a interferência do homem na natureza. A ponte, também, reflete as transformações no espaço realizadas pelo homem. A ausência de florestas, a casa e a ponte sugerem uma paisagem domesticada e civilizada, indícios da interferência humana na natureza, os quais denotam o uso das inovações tecnológicas oriundas da era industrial.



5) Em primeiro plano, vêem-se algumas ferramentas usadas no cultivo do solo, tais como uma enxada, um arado e uma pá e, ao lado delas, alguns produtos da colheita; ao fundo, identificamos uma residência numa paisagem rural. Essa imagem reúne muitos dos elementos já citados nas anteriores, o que sugere análises semelhantes.

São significativas as representações constantes neste conjunto de imagens. Lembremos que a simbologia do século XIX estava relacionada ao imaginário do mundo trabalho, à era do capital, ao *ethos* da industrialização ligada ao segundo momento da Revolução Industrial. Por exemplo, a utilização da foice nas imagens pode ser um signo do trabalho relacionado a esse momento. A indumentária da mulher, na primeira imagem e o bosque na da locomotiva, sugerem inspirações européias para a constituição dessas representações. A Europa, no período estudado, vive a efervescência da segunda Revolução Industrial e, possivelmente, a produção de simbologias que caracterizassem esse período seja provável.

Para o conceito de representação utilizado por Dutra e Capelato (2000), é imperativa a associação com o imaginário–memória. Para as autoras, a representação só é possível através do recurso do imaginário:

“A relação simbólica, entre o signo e o que ele dá a conhecer, é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso do imaginário”.¹³⁰

As representações são subjetivas, suscetíveis de receber atribuições e sentidos individuais ou coletivos; no entanto, as imagens devem ser lidas de acordo com o contexto da época de sua produção. Essas considerações fazem-nos retornar a Burke, que afirma ser uma imagem muda, não obstante, produzida para comunicar. Portanto, ressaltamos que o que realizamos aqui foram conjecturas a respeito da simbologia presente na Ação da Cia. União Itabirana, na tentativa de perceber os códigos culturais representados.

¹³⁰ CAPELATO, Maria Helena e DUTRA, Eliana de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 228.

2.2 A estrutura fabril da Companhia União Itabirana: do papel à realidade

Os primeiros diretores que assinaram as ações da Cia. União Itabirana foram Domingos Martins Guerra, Antônio Camilo de Oliveira (sócio majoritário da fábrica de tecidos) e Custódio Martins da Costa.

O médico Domingos Martins Guerra, que levou para o município de Itabira a idéia da criação da fábrica de tecidos, faleceu em 1899. Na ocasião, o *Jornal Correio de Itabira* divulgou a seguinte nota:

“Foi o Dr. Domingos Martins Guerra quem primeiro, no vasto Estado de Minas, secundando os esforços patrióticos dos poderes públicos, instituiu a Escola Agrícola do Vale do Piracicaba, nesta cidade, criando o ensino prático que tão belos resultados produziu. **O uso do arado, da charrua, do destocador, do capinador e de outros instrumentos agrícolas demonstrou a vantagem da substituição dos processos antigos pelos modernos** e a feliz iniciativa impressionou vivamente o Governo do Império que lhe conferiu o oficialato da Rosa e do povo* que lhe deu a investidura dos cargos políticos.”¹³¹

Além de ter sido o responsável pela idéia da criação das fábricas de tecidos Cia. União Itabirana e da Fábrica da Pedreira, ambas instaladas em zonas rurais distintas, no município de Itabira, Domingos Martins Guerra fundou, ainda, a Escola Agrícola do Vale do Piracicaba, ou Instituto Agrônômico de Itabira, nas últimas décadas do século XIX. Na nota, foi ressaltado que o uso do arado, da charrua, entre outros instrumentos agrícolas, representados como signos da almejada modernidade industrial, apresentavam vantagens em substituição aos processos antigos (enxada, pá, etc.). Novamente, estava realçada a idéia da modernidade e do progresso.

O primeiro gerente da Cia. União Itabirana foi Affonso Fortunato Chaves, irmão do diretor senhor Antônio Camilo de Oliveira, que permaneceu no cargo até o seu falecimento, em 1903. Esse gerente foi substituído por José Cesário de Faria Alvim (o Juca Alvim). Eleito em 15 de agosto de 1903¹³², este segundo ficou no cargo até 1932, quando se afastou por motivo de doença, falecendo em 1941. Esse segundo gerente também tinha laços de parentesco com a diretoria: era genro do diretor Antônio Camilo de Oliveira. Após o afastamento do segundo gerente, assumiu a direção e a gerência da fábrica o médico

¹³¹ *Jornal Correio de Itabira*. 25 de junho de 1899. Itabira do Mato Dentro. Minas Gerais.

* A Comenda Imperial da Ordem da Rosa servia para agraciar militares e civis que se destacavam por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, como foi o caso de Domingos Martins Guerra com a criação da Escola Agrícola e das fábricas de tecidos Cia. União Itabirana e Cia. Fabril da Pedreira.

¹³² *Jornal Correio de Itabira* de 20/08/1903.

Dermeval Camilo de Oliveira Lage, filho e Antônio Camilo de Oliveira. Na década de 1940, Dermeval passou a direção para os filhos, Abel e Afonso Camilo de Oliveira Lage, que permaneceram na direção e gerência da fábrica de tecidos até a venda, em 1962.¹³³

Pela descrição acima, verificamos que, apesar de ser uma sociedade anônima, a Cia. União Itabirana manteve em sua trajetória (1874-1962) característica de empresa familiar. Esse fato ficou evidente em todas as entrevistas orais realizadas com os ex-operários da fábrica de tecidos¹³⁴. Todos eles se referiram aos membros da família Camilo de Oliveira como os únicos proprietários da fábrica, transferindo para eles a responsabilidade, inclusive, da venda dela, em 1962.

No Capítulo VI, Artigo 38 do Estatuto Social da Cia. União Itabirana, fica explícita a exigência de o gerente residir no núcleo fabril. Segundo o Estatuto,

“Só poderá exercer o cargo de Gerente pessoa que, além das habilitações especiais necessárias á juízo da Diretoria: 1º oferecer como fiança por si ou por outrem 60 acções que ficarão inalienáveis em quanto estiver em exercício; 2º comprometter-se á residir no estabelecimento da Companhia, e a não sahir delle ainda accidentalmente, sem que o deixe entregue á pessoa, que a Directoria designar para servir nas suas ausências”.

Essa condição foi observada durante toda a existência da fábrica de tecidos. De acordo com relato do senhor Afonso Camilo, ex-diretor e gerente da fábrica de tecidos, “a presença mantinha a ordem”; por esse motivo, ele estava sempre presente no dia-a-dia dos operários. O entrevistado afirmou que era rígido com os operários e rigoroso na exigência do cumprimento às determinações estabelecidas, e recebia de volta respeito e “certo medo”. “Quando eu chegava à porta da fábrica, as moças que estavam conversando saíam correndo de volta para seus teares. Todo mundo ficava em silêncio”, contou-nos o senhor Afonso¹³⁵.

A lógica do capital era criar a cultura do trabalho fabril, o *ethos* industrial do trabalho. Muito mais do que apenas alcançar lucros, os investidores mineiros se viam como agentes de um mundo novo, o qual estava assentado na valorização do trabalho, das inovações tecnológicas, de uma vida disciplinar, ordeira, calcada em princípios morais e religiosos bem definidos.

¹³³ Em 1962 a Cia. União Itabirana foi vendida para o industrial Aquiles Mascarenhas. Em 1964 a fábrica foi fechada e deixou de existir.

¹³⁴ Foram realizadas, nos anos de 2004, 2005 e 2006, doze entrevistas orais com ex-operários e operárias da Cia. União Itabirana. A relação dos entrevistados está na página 140.

¹³⁵ Informação concedida em depoimento oral com ex-diretor da Cia. União Itabirana, Sr. Afonso Camilo de Oliveira Lage, em várias ocasiões entre os anos de 2004 a 2006.

Após a autorização governamental, os investidores da Cia. União Itabirana empreenderam ações no sentido de colocar em prática a instalação efetiva da fábrica de tecidos. Da mesma forma como fizeram os irmãos Mascarenhas¹³⁶, a primeira providência foi adquirir terrenos para a instalação da fábrica.

O lugar escolhido era conhecido como Gabiroba, por causa das árvores do mesmo nome abundantes no local¹³⁷. Apresentavam frutos de cor amarela, semelhantes ao araçá, de polpa agridoce e sementes ardidadas como pimenta¹³⁸. A denominação da localidade fez com que a Cia. União Itabirana se tornasse conhecida como Fábrica de Tecidos da Gabiroba. Ainda nos dias atuais, a fábrica é referenciada, na cidade de Itabira, por esse nome e não por sua razão social.

O motivo da localização, fora do perímetro urbano, assim como aconteceu com outras fábricas têxteis mineiras do final do oitocentos, deve-se à proximidade com um rio, no caso, o Rio de Peixe, que fornecia a força motriz para o funcionamento da turbina hidráulica. A Cia. União Itabirana localizava-se a sete quilômetros do centro do município de Itabira, numa área rural. Clóvis Alvim (1920-1979)¹³⁹ descreveu da seguinte forma sua localização:

“A Gabiroba situava-se num vale, cercada de morros e banhada pelo Rio de Peixe, modesto ribeirão de águas cristalinas, ainda virgens da poluição”.¹⁴⁰

Quanto à localização das primeiras fábricas de tecidos mineiras, Libby afirmou que eram, marcadamente, mais rurais do que no resto do país¹⁴¹. Entre os motivos estava a disponibilidade de recursos hídricos, ou seja, proximidade com quedas d’água e nascentes, que produziam força motriz para mover as turbinas.

Na Cia. União Itabirana, Alvim (1980) relatou o funcionamento das turbinas hidráulicas: elas transmitiam as suas forças por intermédio de um “solão” conectado ao eixo-mestre, situado no teto da fábrica. Dali, a força motriz distribuía-se para outros eixos menores,

¹³⁶ De acordo com Domingos Giroletti, após a criação da empresa, em 1868, tomaram-se providências para sua concretização. A primeira teria sido a aquisição da Fazenda da Ponte, localizada em Taboleiro Grande, distrito de Sete Lagoas, onde foi instalada a Fábrica do Cedro.

¹³⁷ A palavra gabiroba deriva do tupi *gwa'bi* 'comestível, comida' + *'rowa* 'amargo'. A árvore é da família das mirtáceas, especialmente do gênero *Campomanesia*. São sinônimos de gabiroba: guabiroba, gabirova, gavirova, guabiraba, guabirova, guavirova. Fonte: *Dicionário Houaiss*.

¹³⁸ FERREIRA, Diva. *Memórias: Itabira – Minas*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1999 e ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 50.

¹³⁹ Clóvis Alvim, no livro de memórias *Escritos Bissexto*, descreve por meio de crônicas o cotidiano do núcleo fabril formado pela Cia. União Itabirana. O autor nasceu e passou a infância ali, já que seu pai, José Cesário de Faria Alvim (o Juca Alvim), foi sócio e gerente durante vinte e nove anos (1903 a 1932).

¹⁴⁰ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 50.

¹⁴¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 227.

também localizados no teto. Cada máquina recebia o impulso motor do alto, por meio de correias que se entrelaçavam num emaranhado ordenado, no sentido horizontal e vertical¹⁴².

Esse sistema era adotado pela maioria das fábricas de tecidos mineiras do final do século XIX, já que, de acordo com Giroletti (2002), a força motriz utilizada por elas, na maior parte, era a hidráulica.¹⁴³ A Fábrica do Cedro foi inicialmente acionada por uma roda d'água, fabricada na própria região. Entretanto, em 1884, a roda d'água foi substituída pela turbina hidráulica; já a Fábrica da Cachoeira utilizou a força hidráulica desde o início das operações. Muitas fábricas utilizavam como força motriz complementar a máquina a vapor, mas a utilização exclusiva dessa encarecia muito o produto final. Temos conhecimento de que apenas a Industrial Machadense (1875-1911), instalada no distrito de Santo Antônio do Machado, utilizava a força a vapor integralmente.

A água do Rio de Peixe era represada em um açude distante 1 (um) quilômetro da Cia. União Itabirana. Do açude, a água era levada por um canal cavado na terra, que chegava até um bicamente de madeira, já nas mediações da fábrica de tecidos. Dali, a água ia para um reservatório próximo ao teto da fábrica e alimentava, dessa forma, a turbina hidráulica.

Ribeiro (1988) observou que, como a indústria de tecidos de algodão era muito mecanizada, eram grandes as necessidades de energia. Inicialmente, as fábricas paulistas utilizavam dois sistemas principais, como aconteceu em Minas Gerais, ou seja, a energia hidráulica e a de origem térmica. Esses sistemas exigiam custos adicionais dos proprietários das fábricas de tecidos, pois a produção da energia ficava por conta deles. Somente a partir de 1901, de acordo com a autora, a distribuição das redes de energia elétrica começaram a operar no estado paulista.¹⁴⁴

Quanto à instalação do maquinário, no início das operações, a Cia. União Itabirana contava com três filatórios e vinte teares¹⁴⁵. No final da década de 1870, ela já havia adquirido mais dois filatórios e oito teares.

Ao comparar a instalação da Cia. União Itabirana com a Fábrica do Cedro, percebemos que a primeira iniciou as atividades com apenas dois teares a mais que a segunda. Esses dados evidenciam o pequeno porte das primeiras fábricas de tecidos mineiras, como já havia observado Libby. De acordo com esse autor, somando os fusos, os teares, a produção

¹⁴² ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 53.

¹⁴³ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 59

¹⁴⁴ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. p. 51.

¹⁴⁵ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

anual e o número de operários das onze fábricas mineiras, entre 1885-1886, chega-se à conclusão de que, em 1881, as cinco fábricas do Rio de Janeiro tinham mais do dobro em fusos, 50% mais teares e produziam quase três vezes mais a metragem de tecidos produzidos pelas fábricas mineiras.

Entretanto, em termos do número de operários, os mineiros superavam ligeiramente os do Rio, talvez isso se deva ao fato de as fábricas mineiras serem menores que as do Rio de Janeiro, portanto, necessitavam de maior quantidade de mão-de-obra para a produção¹⁴⁶.

Apesar de, no início das atividades da Fábrica do Cedro e da Cia. União Itabirana, ambas possuírem número aproximado de teares, já em 1885 a Fábrica do Cedro apresentava quarenta teares, enquanto a Cia. União Itabirana possuía apenas vinte e oito. A Fábrica do Cedro continuaria em rápida expansão; em 1908, contava cento e cinquenta teares, contra quarenta e oito teares da Cia. União Itabirana¹⁴⁷.

Libby observou que a Fábrica do Cedro era um empreendimento bem planejado e administrado e tinha como política reinvestir parte dos lucros no melhoramento e expansão da planta física. A Cia. União Itabirana também investia parte dos lucros em melhoramentos físicos, conforme demonstram os Relatórios Anuais da diretoria. No entanto, percebemos que esses investimentos foram menores que o observado no mesmo período para a Fábrica do Cedro, possivelmente porque os rendimentos também eram menores.

No Relatório de 1883, o Presidente da Província Mineira, Antônio Gonçalves Chaves, descreveu a Companhia União Itabirana da seguinte forma:

“Esta fábrica fundada na cidade de Itabira por uma companhia anonyma, com o capital de 160:000\$000, em ações de 100\$000, produz diariamente 900 metros de panno grosso e 400 de fino, cujos preços varião, segundo a sua qualidade de 280 a 800 réis o metro.

As suas machinas são dos systemas Inglez e Americano, movidas a água com força de 25 cavallos, dispondo ainda de volume d’água sufficiente para mover mais duas machinas.

Possue, além de uma tinturaria à vapor, 28 teares adaptados às diversas qualidades de panno.

Consome annualmente 180.000 kilograma de algodão que regula a 2\$500 (15 kilos) com caroço e 10\$000 (15 kilos) descaroçado, sendo importado dos municípios de Viçosa de Santa Rita e Ponte Nova.

¹⁴⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 230.

¹⁴⁷ Dados constantes das Tabelas 2 e 3 apresentadas no Capítulo 1.

Mantém uma escola noturna para os seus operários em número de 50”.¹⁴⁸

Esse relatório apresenta os números relativos ao capital, à capacidade de produção e à tecnologia da Cia. União Itabirana. O maquinário da fábrica foi adquirido na Inglaterra e nos Estados Unidos. As máquinas preparatórias eram inglesas, fabricadas por *Platts*¹⁴⁹, e as outras americanas. Segundo Domingos Martins Guerra, “ambas eram muito boas e bem feitas; as máquinas inglesas eram mais sólidas, as americanas mais convenientes, por serem mais simples, usarem menos pessoal, serem mais baratas e operarem tão bem como as outras”.¹⁵⁰

A tecnologia importada reforçava o ideário da modernidade industrial. Trazia-se para o Brasil o que havia de mais moderno em equipamentos industriais e, dessa forma, acreditava-se numa modernização transplantada da Europa para o território brasileiro.

A aquisição de maquinário fora do Brasil apresentava-se, inicialmente, como uma solução à industrialização do país. No entanto, mais tarde, esse fator se transformava em problema para os empreendedores mineiros. No *Jornal do Comércio*, de 30 de janeiro de 1885, Domingos Guerra denunciou:

“Nós estamos amarrados à rotina, somos atrasados em tudo. Nossas máquinas são montadas de maneira imprópria e mal manejadas; somos tão dependentes que ou imobilizamos recursos com equipamentos de reserva ou somos obrigados a suportar as nossas máquinas paradas, à espera de uma pequena peça que ainda não foi fabricada em nosso país”.¹⁵¹

Nessa nota, o investidor da Cia. União Itabirana denunciava a dependência das fábricas brasileiras do maquinário e das peças importadas. As opções que se apresentavam eram deixar peças de reserva na fábrica; nesse caso, o capital que poderia ser investido em melhorias ficaria imobilizado, ou esperar, com a máquina parada, a chegada da peça do exterior.

A solução encontrada foi construir oficinas anexas às fábricas para que se consertassem aqui mesmo as peças com defeito. A manutenção de uma oficina dentro da

¹⁴⁸ CHAVES, Antônio Gonçalves. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na segunda sessão da 24 legislatura, em 2 de agosto de 1883*. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1883.

¹⁴⁹ Possivelmente, Domingos Martins Guerra referia-se à empresa inglesa Platt Brothers, que fornecia máquinas para outras fábricas de tecidos brasileiras, como A Petropolitana, do Rio de Janeiro, conforme destacou STEIN, Stanley. p. 219.

¹⁵⁰ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979 citando o Relatório da Comissão de Inquérito Industrial, de 1882. p. 51.

¹⁵¹ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979 citando o *Jornal do Comércio*, 30 de janeiro de 1885. Matéria sobre Agricultura Nacional. XXXIV. p. 53.

organização fabril garantia o prolongamento da vida útil das máquinas empregadas, além de diminuir o tempo em que a máquina permaneceria parada, fora da produção. Em correspondência de 1886, Domingos Guerra afirmou que na Cia. União Itabirana tinha oficina de carpinteiro, ferreiro e torneiro, onde se consertavam as peças que quebravam.¹⁵²

Na Cia. União Itabirana, entre o final do século XIX e início do XX, os investidores contavam com os serviços de um operário, conhecido como Chico Zuzuna. A fotografia abaixo, de Brás Martins da Costa, evidencia um dos inventos do referido operário.



Chico Zuzuna testando um de seus inventos. Fotógrafo: Brás Martins da Costa.
Data aproximada: primeiros anos do século XX.. Local: fundos da Cia. União Itabirana.

Na fotografia, vê-se o operário-inventor, Chico Zuzuna, primeiro à esquerda, de bigode. Ao lado dele, está um menino, possivelmente, empregado pela fábrica de tecidos, dada a vestimenta e postura. Da janela da construção de pau-a-pique, duas crianças, com modos e roupas distintas das do menino colocado ao lado do invento, observam o fotógrafo. Talvez o garoto, alinhado ao lado do operário sentado, fosse responsável por pegar o fio do algodão descarçado e enrolá-lo na roldana, à sua direita. A força desta imagem está no

¹⁵² Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886, enviada por Domingos Martins Guerra.

contraste entre o invento e a rusticidade da casa de pau-a-pique, entre a invenção e um ambiente familiar.

É interessante perceber a cena montada para a realização da fotografia. O operário Chico Zuzuna, bem como as outras pessoas presentes olham para o fotógrafo. Um operário simula o manuseio. O invento lembra um descaroador de algodão, pois atrás da cena principal estão dois balaios, cheios de algodão. O algodão, matéria-prima essencial às fábricas de tecidos, quando adquirido com caroço era mais barato do que o sem caroço. Sobre os custos e a aquisição de algodão será feita uma análise ainda neste capítulo.

Ao incentivarem seus trabalhadores a criar novas tecnologias, os investidores estavam procurando solucionar entraves produtivos causados pela falta de maquinário e tecnologia e, ainda, indiretamente, demonstravam que a força de trabalho nacional tinha condições, se apoiada, de responder às necessidades industriais.

A cena mostra o esforço dos investidores itabiranos em baratear o custo da produção. No sentido da diminuição dos custos, desde os primeiros tempos, a Cia. União Itabirana construiu uma tinturaria que funcionava a vapor, o que não era corriqueiro nas fábricas de tecidos mineiras do último quartel do século XIX. Das três unidades da Companhia Cedro e Cachoeira, apenas a Cedro tinha uma tinturaria montada desde o início das atividades. A Cachoeira montou a sua tinturaria nos anos de 1898/1899 e entrou em operação em 1900¹⁵³, vinte e cinco anos após a construção e a montagem da fábrica de tecidos.

De acordo com Giroletti, o tingimento era uma arte difícil e complexa. A obtenção de cores firmes e iguais dependia da qualidade das tintas e das drogas. Na Cia. União Itabirana, nos primeiros tempos, os minerais para a tinturaria eram importados da Inglaterra. Essa seção era dirigida por um hábil português. Eram tingidas as linhas para tecidos de cores: riscados e roupas feitas de seda, lã e algodão¹⁵⁴. Com a construção de tinturarias, evitava-se a importação dos fios tingidos e, assim, fazia-se necessária apenas a importação dos minerais.

Em 1886, segundo a Correspondência enviada por Domingos Guerra, podemos identificar que a fábrica de tecidos estava em ascensão. O investidor informava que o Balanço Contábil de 01/08/1885 demonstrava que o valor da propriedade era de 234:537\$45 (duzentos e trinta e quatro contos e quinhentos e trinta e sete mil réis). Segundo ele, os acionistas

¹⁵³ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 65.

¹⁵⁴ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

estavam entusiasmados e iam comprar mais dois filatórios, doze teares e outras máquinas. A fábrica estaria, nas palavras do empreendedor, nas melhores condições de progresso¹⁵⁵.

Ainda, de acordo com a Correspondência, a estrutura administrativa da Cia. União Itabirana estava assim composta: um gerente, um maquinista, um tintureiro, três contramestres, vinte homens, doze moças, vinte meninos e oito meninas, que totalizavam sessenta e seis pessoas. No Relatório do Presidente da Província, de 1883, havia a informação de que a fábrica empregaria cinquenta operários. Dessa forma, entende-se que, em três anos, a fábrica de tecidos empregou mais dezesseis pessoas. O que indica, mais uma vez, crescimento no número de trabalhadores ou, ainda, um desencontro das informações.

Apesar de neste capítulo as análises estarem direcionadas para a lógica do capital, os números acima, sobre a estrutura administrativa da fábrica de tecidos, impõe-nos outras questões relativas à composição do operariado. A descrição de Domingos Guerra, para o ano de 1886, contraria a teoria tradicional da superioridade das mulheres nas fábricas têxteis. As doze moças representavam 20% do pessoal empregado. Os homens e meninos configuravam 66% da mão-de-obra empregada na fábrica.

Ao analisar a Companhia Industrial São Joanense, entre 1897 a 1900, Resende afirmou estar assim constituída a mão-de-obra:

Tabela 6: Composição, por gênero, do operariado da Cia. Industrial São Joanense, entre os anos de 1897 a 1900

Ano	1897		1898		1899		1900	
Mulheres	37	86%	39	85%	50	86,2%	52	80%
Homens	06	14%	07	15%	08	13,8%	13	20%
Total	43	100%	46	100%	58	100%	65	100%

Fonte: RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense 1891/1935*. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 08/07/2003. Pág. 63.

Mediante esses números, consideramos que, no período analisado pela pesquisadora, é majoritária a mão-de-obra feminina na São Joanense, o que corrobora a tese tradicional do emprego feminino nas fábricas de tecidos. A respeito do emprego da mão-de-obra feminina, no relatório de 02/08/1883, o Presidente da Província Mineira observou que “hoje a nossa Província conta com nove fábricas que elevam ao importante algarismo de cerca de 12 mil

¹⁵⁵ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

metros de panos a produção diária, e dão trabalho profissional e lucrativo a setecentos operários, a máxima parte do sexo feminino”.¹⁵⁶

Já no ano de 1903, a distribuição de homens e mulheres na Cia. União Itabira é revertida. O Relatório da Assembléia de 15 de agosto de 1903 informa que estava assim constituída a mão-de-obra: “o pessoal ocupado nas diversas dependências da Fábrica da Gabiroba, é o seguinte, assim distribuído: homens 15; meninos 16; mulheres 22; meninas 10. Total 63 operários”.¹⁵⁷ Por esses últimos números, o emprego da mão-de-obra feminina, na Cia. União Itabirana, é ligeiramente superior à masculina, o que aproxima o nosso objeto de análise de outras fábricas têxteis do período. Interessante perceber que o número de meninos empregados, novamente é superior ao número de meninas o que nos deixa uma interrogação sobre a ocupação deles no trabalho fabril.

Giroletti, ao analisar a documentação das fábricas do Cedro, Cachoeira e São Vicente, identificou várias cartas em que se destacavam a preferência por trabalhadores solteiros, por moças destinadas ao convento e por meninos. Esse operariado não demandava casas, além de ser mais assíduo e constante, conforme exposto nas cartas.¹⁵⁸ Numa delas, constava: “só tenho dois meninos para filatórios e se me pudeses mandar alguns seria bom, pois não calculas o quanto é difícil e dependente a obtenção de meninos aqui”.¹⁵⁹ Giroletti afirmou que os filatórios absorviam grande parte dos meninos, mas não era a única seção a empregá-los. De fato, grande parte da mão-de-obra empregada pelos investidores mineiros era constituída por esses menores, meninos e meninas e, ainda, pelas mulheres.

Entretanto, o foco de análise deste capítulo são os esforços empreendidos pelos investidores para colocar em funcionamento os empreendimentos fabril-têxteis. Nesse sentido, com o intuito de identificar a capacidade produtiva e a inserção do objeto de análise na economia mineira para o período delimitado, proceder-se-á à análise do capital e lucro da Cia. União Itabirana.

Libby, ao investigar os números da Cia. União Itabirana, verificou que, no início da década de 1880, o lucro líquido era de 19% sobre o capital nominal. Outro dado significativo consta do Balanço Contábil, publicado em 06 de outubro de 1901, que informava que o lucro líquido era de 20:685\$840. Sobre esse lucro, os diretores afirmaram que “n’uma quadra como

¹⁵⁶ Citação presente em GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 120.

¹⁵⁷ Jornal Correio de Itabira. Anno XI. Nº 347. 06 de outubro de 1903.

¹⁵⁸ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 119.

¹⁵⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 119.

esta em que as fallencias se multiplicam é bem animador este resultado, tanto mais que empresas congêneres não tem alcançado igual”(sic).

A afirmação acima, publicada no jornal de maior circulação local na época, que os acionistas da sociedade anônima poderiam ler e, assim, tomar conhecimento de como andavam os seus investimentos na Companhia, buscava induzir os leitores a acreditar no sucesso do empreendimento. Entendemos que os números, realmente, indicam, naqueles anos, um bom encaminhamento da fábrica de tecidos estudada. Entretanto, nosso olhar investigativo deve sempre buscar o que há por trás dos discursos enfáticos e dos números sempre progressivos e observar com ressalvas e interrogações o que é prontamente apresentado.

No ano seguinte, em 1902, o lucro líquido da fábrica foi de 31:476\$670. De acordo com o Balanço Contábil desse ano, as vendas atingiram um total de 266.701,09 metros de tecidos, na importância de 145:260\$000, o que representava 25 contos a mais do que as vendas do ano anterior. Os diretores creditavam esse fato à redução que haviam realizado nos preços dos tecidos.

Sobre esse fato, foi anunciado no Jornal Correio de Itabira, de 22 de setembro de 1901, a seguinte nota:

“Communico-lhe que esta Companhia fez grande redução nos preços de seus acreditados tecidos, brancos e de cores, adaptando a nova tabella que lhe offereço à margem e que se acha desde já em pleno vigor. Outro sim, para as compras a dinheiro adaptou a seguinte tabella de desconto:

de 100\$000 a 500\$000 – 5%
de 500\$000 a 1:000\$000 – 6%
de 1:000\$000 a mais – 7%

Aguardando suas prezadas ordens sou com muita estima e apreço.

Affonso F. Chaves – gerente”.¹⁶⁰

Os descontos oferecidos pela Companhia União Itabirana, em 1901, proporcionaram, de acordo com análise da diretoria, o aumento de 25 contos nas vendas se comparadas ao exercício anterior. Em 1903, o lucro líquido da Cia. União Itabirana foi de 41:127\$150. Naquele último ano, a fábrica tinha vendido 384.772 metros de tecidos no valor de 191:720\$250. O Balanço informava, ainda, que a fábrica não possuía dívida ativa, “a não ser de pequenos saldos de contas correntes na importância de 5:898\$630”¹⁶¹

¹⁶⁰ Jornal Correio de Itabira. 22 de setembro de 1901. Nº 225. Ano VIII.

¹⁶¹ Relatório da Diretoria da Companhia União Itabirana, de 06 de outubro de 1903.

Os lucros obtidos no exercício anterior foram investidos, inclusive, na aquisição de uma linha telefônica:

“Telephone. Conforme ficou deliberado na última Assembléia Geral de 15 de Agosto do anno próximo passado findo, foi esta Directoria auctorizada caso julgasse conveniente e opportuno, a construir uma linha telephonica, que ligasse esta cidade a Fábrica da Gabiroba. Vendo a necessidade d’este melhoramento como ficou dito em acta respectiva, e **as condições prósperas da Companhia**, a Directoria resolveu auctorisar ao Gerente a fazer as despesas necessárias para a aquisição e assentamento da mesma linha tendo sido dadas as providências para a breve construção”.¹⁶²

A linha telefônica ligaria a fábrica de tecidos ao município de Itabira e o melhoramento seria decorrente da prosperidade da Companhia. Os ideais da modernidade industrial permaneciam presentes e latentes na sociedade brasileira do início do século XX. De acordo Neves (2003), a fotografia, o telefone, o telégrafo e o fonógrafo faziam parte dos lampejos suntuários das conquistas modernas¹⁶³. Instalada na zona rural do município de Itabira, a Cia. União Itabirana usava os lucros para adquirir uma das “novidades do tempo”, de que fala Neves.

Em 1908, conforme demonstrou Jacob, em quadro apresentado no Capítulo I, o capital da Cia. União Itabirana foi aumentado para 300:000\$000 (trezentos contos) e a fábrica de tecidos operava com 48 teares e 72 operários.

As Correspondências oficiais e os Relatórios anuais apresentados pela diretoria da fábrica evidenciam que, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ela estava em franca expansão e nas melhores condições de funcionamento, além de acompanhar a tecnologia da época. Contudo, em relação às outras fábricas do gênero, os dados apontam uma margem de crescimento menor, conforme se observou no primeiro capítulo deste estudo.

Em setembro de 1927, aconteceu em Itabira, o Congresso das Municipalidades do Nordeste Mineiro, no qual esteve presente o Secretário de Finanças, Gudesteu Pires, que representava o governador mineiro, Antônio Carlos. Na ocasião, a comitiva do senhor Gudesteu esteve na Cia. União Itabirana para conhecer as instalações da fábrica de tecidos. De acordo com matéria do Jornal Minas Gerais, o representante do governo mineiro observou

¹⁶² Relatório da Directoria da Companhia União Itabirana, de 06 de outubro de 1903.

¹⁶³ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 25.

que a fábrica operava em “ótimas condições técnicas”.¹⁶⁴ À época, a fábrica de tecidos possuía 152 (cento e cinquenta e dois teares), de acordo com dados do *Jornal Minas Gerais*.

A Fábrica de Tecidos da Pedreira também foi visitada pela comitiva do Secretário de Finanças. O *Jornal Minas Gerais* informou que a Fábrica da Pedreira possuía 76 (setenta e seis) teares¹⁶⁵, o que significa que a capacidade de produção dessa fábrica de tecidos era significativamente inferior da Cia. União Itabirana, que possuía o dobro de teares da primeira.

A visita “ilustre” do representante do governo mineiro às duas fábricas de tecidos do município, simbolizava a importância dos estabelecimentos fabril-têxteis para a localidade de Itabira, na ocasião.

Acompanhando um pouco a trajetória da Fábrica de Tecidos da Pedreira, que não se configura como nosso objeto de análise, mas que é utilizada como elemento de comparação, identificamos que, em 1908, essa possuía 29 (vinte e nove) teares, conforme tabela apresentada no Capítulo I. Foram adquiridos quarenta e 03 (três) teares entre 1908 e 1927, o que representa um aumento percentual de 148% na capacidade de produção, enquanto a Cia. União Itabirana adquiriu 104 (cento e quatro) teares no mesmo período (em 1908 ela tinha 48 teares e, em 1927, 152), um aumento percentual de 217% na capacidade de produção.

Os dados demonstram que a Cia. União Itabirana apresentou maior crescimento, no início do século XX, em relação à outra fábrica de tecidos estabelecida no município de Itabira. Os relatos orais e os relatórios das diretorias das duas fábricas de tecidos informam que a diferença na capacidade de produção da Cia. União Itabirana em relação à Fábrica de Tecidos da Pedreira manteve-se em toda a trajetória, ou seja, a Cia. União Itabirana sempre possuiu maior capital, maior número de teares e de operários; conseqüentemente, produzia mais que a Fábrica de Tecidos da Pedreira.

Se se produziu tanto, em tantos anos, o que produzia a Cia. União Itabirana e para onde ia sua produção?

A fábrica de tecidos produzia tecidos crus e tintos, ou seja, tecidos brancos ou tingidos na tinturaria da própria fábrica. Em anúncio no *Jornal Correio de Itabira*, de 01/01/1901, a Cia. União Itabirana informou o que era produzido em suas instalações naquela época¹⁶⁶:

¹⁶⁴ *Jornal Minas Gerais*. 29 de setembro de 1927.

¹⁶⁵ *Jornal Minas Gerais*. 24 de setembro de 1927.

¹⁶⁶ *Jornal Correio de Itabira*. 01 de janeiro de 1901. Anúncio da Cia. União Itabirana.

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1. Casimira de lã e algodão | 12. Americano nº 15 |
| 2. Riscado trançado xadrez | 13. Americano Cotegipe |
| 3. Riscado de fio duplo | 14. Americano marrom trançado |
| 4. Riscado encorpado | 15. Americano liso |
| 5. Riscados lisos | 16. Toalhas para rosto |
| 6. Mesclado rosa e azul | 17. Toalhas para mesa |
| 7. Mesclado havana | 18. Cobertas de algodão |
| 8. Americano fio grosso | 19. Cobertas de lã |
| 9. Americano fio 1ª | 20. Brim de linha 1ª |
| 10. Americano trançado 2ª | 21. Chalé – manto |
| 11. Americano nº 12 | |

Essa lista evidencia que a Cia. União Itabirana produzia vinte e um produtos diferentes, entre tecidos e cobertas confeccionados com lã e algodão, brancos e tintos.

Giroletti observou que o tipo de tecido, a quantidade e os padrões variavam de unidade para unidade¹⁶⁷. Mesmo dentro de uma única unidade fabril-têxtil, a produção não era sempre a mesma no decorrer dos anos: variava de acordo com o maquinário, com a disponibilidade da matéria-prima e, ainda, com o mercado consumidor.

Esse autor, no Quadro Nº 1, constante do livro *Fábrica: convento e disciplina*, apresentou a relação de nove gêneros de tecidos produzidos pela Companhia Cedro e Cachoeira, em 1897. 1) riscados e xadrezes; 2) cassinetas, brins e fustões; 3) mesclados; 4) infestados; 5) algodões brancos; 6) colchas; 7) toalhas para toro; 8) toalhas para mesa e, 9) algodões tintos.¹⁶⁸ No geral, segundo esse autor, era provável que as fábricas mineiras do século XIX produzissem apenas fios mais grossos. As fábricas cariocas e paulistas, dotadas de tecnologia mais avançada e mão-de-obra mais preparada, podiam produzir tecidos mais finos, apesar de, no geral, as fábricas nacionais produzirem um tecido mais grosso e menos acabado do que o importado.¹⁶⁹

Quanto ao mercado consumidor para os produtos da Cia. União Itabirana, a Correspondência enviada por Domingos Martins Guerra, em 1886, evidencia que esses eram bem aceitos. De acordo com ele:

“Não temos tido necessidade de estabelecer depósito fora da fábrica porque a procura de umas fazendas é de tal que quando não chegam para os pedidos e por esta razão trata-se aumentar a fábrica”.¹⁷⁰

¹⁶⁷ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 72.

¹⁶⁸ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 76.

¹⁶⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 78.

¹⁷⁰ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886, enviada por Domingos Martins Guerra.

Certamente, a produção da fábrica de tecidos continuou com boa aceitação no mercado, pois manteve a produção durante oitenta e oito anos (1876-1964). Esse mercado consumidor encontrava-se no próprio município de Itabira e incluía os proprietários das minerações inglesas que se estabeleceram no município a partir de 1911, e se estendia, ainda, para localidades vizinhas. Segundo Libby, na maioria das vezes o mercado consumidor das fábricas têxteis mineiras poderia ser caracterizado como essencialmente local¹⁷¹, conforme entendeu, também, Zimbrão.

Instalada a Cia. União Itabirana e posta em funcionamento, surge a necessidade de se investir no transporte da matéria-prima e do produto manufaturado, assunto tratado no próximo item.

2.3 Logística fabril nas Minas Gerais: a dicotomia entre atraso e progresso

No contexto do ideário da modernidade industrial, a implantação das ferrovias foi um dos fatores significativos para a industrialização têxtil mineira. A dificuldade de transportes para os sertões mineiros era um fator há muito ressaltado. Distantes dos portos litorâneos, por onde chegava o maquinário importado, os municípios do interior mineiro encontravam essa primeira dificuldade para a instalação de uma fábrica de tecidos.

Com a implantação das ferrovias brasileiras, a partir de 1852, o transporte do maquinário para o interior mineiro foi facilitado. Mesmo que a ferrovia não chegasse até o local das fábricas, esse poderia alcançar a estação mais próxima do destino e, assim, percorrer o restante do caminho em carroças, carros-de-boi ou lombos de burros, como se deu com a Cia. União Itabirana:

“Sua maquinaria, vinda da Inglaterra, dificilmente atingiu o local. Na época, não havia estrada-de-ferro na cidade e, muito menos, estrada de rodagem. As pontas da Central mal atingiram Juiz de Fora. As pesadas máquinas chegaram carregadas em carros-de-boi ou em lombos de burro, convenientemente desmontadas, para aliviar o seu peso e facilitar o transporte. E acompanhadas por técnicos ingleses, que vieram em seguida, para montá-las no local”.¹⁷²

A chegada do maquinário para a instalação da Fábrica do Cedro foi semelhante ao que aconteceu em Itabira: chegou ao Rio de Janeiro em um veleiro, seguiu pela ferrovia até o

¹⁷¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 233.

¹⁷² ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 50.

município de Entre Rios e foi transportado em diligências e carroças até Juiz de Fora. Dessa localidade para o município de Curvelo, foram necessários cerca de 200 carros-de-boi para o transporte de 250 toneladas de bens de produção. Segundo Mascarenhas:

“Estranha caravana era aquela! Ao passo lento dos bois puxando os carros, que iam cantando sob o sol e a poeira dos caminhos estreitos, seguiam as máquinas encaixotadas rumo ao sertão”¹⁷³.

Na almejada modernidade industrial brasileira, o atraso e o progresso se transformaram numa ambigüidade constante. Carros-de-boi arrastavam-se pelo sertão mineiro para levar a tecnologia mais moderna da época até as áreas rurais que seriam industrializadas. “Estranha caravana era aquela!”. De acordo com Lima (2003), em pesquisa de mestrado, o termo *atraso* é um conceito histórico relativo, que pressupõe uma linearidade cronológica dividida em estágios evolutivos de desenvolvimento, com referência nas nações industrializadas, consideradas *avançadas*.¹⁷⁴

Diferentemente das fábricas paulistas localizadas predominantemente nas zonas produtoras do algodão, como Sorocaba, Salto, Itu, Tatuí, etc.¹⁷⁵, a Companhia União Itabirana localizava-se numa região que não produzia a matéria-prima essencial para seu funcionamento e, por isso, necessitava importar o algodão de outras cidades como Montes Claros, Ponte Nova e Viçosa, o que a tornava parecida, em termos de localização, com as fábricas do Rio de Janeiro, também instaladas distantes dos centros produtores de algodão.¹⁷⁶

O preço do algodão influenciava os valores dos tecidos produzidos nas fábricas mineiras, como pode ser observado nesta nota publicada no jornal *Correio de Itabira*, em 1903, pelas fábricas de tecidos da Gabiroba e Pedreira:

“Em virtude da grande alta havida ultimamente nos preços do algodão em rama e de comum acordo com as fábricas do Cedro, Alvinópolis, Pedro Leopoldo, Lavras, Itaúna, Itabira do Campo e Marzagão, comunicamos aos nossos fregueses que, a partir do dia 1º de julho próximo, os preços dos nossos tecidos brancos ficarão elevados em 10%”.¹⁷⁷

¹⁷³ HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *A História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1991. p.34.

¹⁷⁴ LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A Máquina, Tração do Progresso. Memórias da Ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 11/06/2003. p. 67.

¹⁷⁵ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. p. 40.

¹⁶⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas. p. 40.

¹⁷⁷ *Jornal Correio de Itabira*. Nº 331, 06 de junho de 1903, ano XI.

Essa nota, além de evidenciar a influência que o preço do algodão exercia sobre a produção das fábricas de tecidos mineiras, mostra que existia certa proximidade entre elas, pois, de comum acordo, anunciaram aumento de 10% nos preços dos tecidos brancos. Podemos entender, também, que existia concorrência e que o objetivo em igualar o percentual de aumento nos preços visava evitar a concorrência predatória. Esse dado mostra, ainda, que essas fábricas de tecidos estavam, em 1903, com condições muito próximas de produção, apesar de cada uma apresentar quantidades específicas de teares e emprego de mão-de-obra. Observamos que as fábricas de Juiz de Fora não foram citadas nessa nota – talvez pela distância geográfica ou por possuírem maquinário mais moderno não concorriam com o mesmo mercado que as fábricas citadas.

“Hoje que temos montadas duas fábricas de tecidos, nas quais de preferência devem ser empregadas as crianças e as mulheres, por ser o trabalho têxtil mais apropriado às pessoas fracas, se impõe pela urgência o plantio do algodão para que não se afrouxe o trabalho a mingua de matéria-prima que, com pesar, é importada para alimento das oficinas”.¹⁷⁸

O editorial recomendava o plantio do algodão na cidade de Itabira para evitar a importação da matéria-prima utilizada pelas duas fábricas de tecidos do município. Também deixa-nos uma interrogação quando afirma que preferencialmente deveriam ser empregadas crianças e mulheres, por ser o trabalho têxtil mais apropriado às pessoas fracas. O que queria o editor do jornal local dizer com tal afirmação? Essa opinião configurava um pensamento isolado ou era consensual no final do século XIX?

A necessidade da aquisição do algodão nas proximidades da fábrica de tecidos, a preço acessível, era um fator relevante para os empreendedores de Itabira, conforme fica evidenciado, também, no anúncio publicado no *Jornal Correio de Itabira*, no dia 08 de fevereiro de 1903. Nele, a Cia. União Itabirana chamava a atenção dos agricultores das proximidades para as vantagens de se produzir o algodão.

“Anúncio da Companhia União Itabirana

Algodão

A Companhia União Itabirana compra qualquer porção de algodão de boa qualidade e limpo aos preços seguintes:

Com sementes por 15 kilos: 4\$000
Sem sementes: 16\$000

¹⁷⁸ *Jornal O Tempo*. 27 de abril de 1890 – Editorial. Acervo Museu de Itabira.

Chama a atenção dos snrs. agricultores do município que poderão fazer contractos vantajosos para o fornecimento”.¹⁷⁹

A matéria-prima adquirida nas proximidades da fábrica de tecidos baratearia o custo da produção. Assim, os investidores abaixariam o preço do produto final e poderiam fazer concorrência com as outras fábricas de tecidos do estado localizadas em regiões produtoras de algodão.

No final do século XIX, a Cia. União Itabirana comprava o algodão dos municípios de Viçosa, Ponte Nova e Montes Claros¹⁸⁰. Os municípios de Viçosa e Ponte Nova localizam-se no sudeste do estado mineiro; já Montes Claros, no norte do estado. A distância entre esses municípios em relação à Itabira é de:

Município	Distância em km
Montes Claros	372
Ponte Nova	131
Viçosa	178

Como já foi dito, a localização das fábricas de tecidos no interior do estado e nas zonas rurais dos municípios acarretava dificuldades de transporte. Primeiro, para levar a matéria-prima (algodão) às fábricas de tecidos e, depois, para a venda das mercadorias produzidas, o que tornava as atividades de tropeiros e “cometas”¹⁸¹ uma prática comum. Segundo o senhor Afonso Camilo, eram eles quem ia de município em município, negociando os produtos da fábrica estudada. Os tropeiros transportavam a matéria-prima e os produtos manufaturados¹⁸². Entretanto, as atividades desempenhadas por eles e sua importância no primeiro momento da industrialização mineira são pouco pesquisadas, carecendo de estudos que delimitem sua abrangência e inserção na economia têxtil mineira do século XIX.¹⁸³

¹⁷⁹ Jornal *Correio de Itabira*. Anno X. Nº 317. 08 de fevereiro de 1903.

¹⁸⁰ Informação presente em: Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886 e; CHAVES, Antônio Gonçalves, 1883.

¹⁸¹ De acordo com o Dicionário Houaiss, cometa significava: tropeiro que percorria várias regiões do país como comerciante, atuando também como postalista e mensageiro. Os cometas eram o que atualmente conhecemos como caixeiro-viajante

¹⁸² Informação concedida em depoimento oral com ex-diretor da Cia. União Itabirana, Sr. Afonso Camilo de Oliveira Lage em diversas ocasiões, entre os anos de 2004 e 2006.

¹⁸³ Sobre tropeiros, ver: DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros*. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, UFMG: 1957. pp. 89-127; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

A Cia. União Itabirana possuía, em sua estrutura física, inclusive, um rancho para alojamento dos tropeiros e mantinha uma tropa de burros e viajantes fixos a seu serviço. Sobre os tropeiros e cometas que atendiam a Cia. União Itabirana, Alvim (1980) observou:

“Uma tropa de burros, da própria Companhia, garantia o transporte do algodão e do seu produto acabado. Parte deste trabalho era locado a tropeiros autônomos, antes do surgimento dos caminhões. Raro era o dia em que o rancho não fervilhava de tropeiros, com os seus caldeirões de feijão fumegante, enriquecido com carne-seca e torresmos. (...) A azáfama começava cedo, como recrutamento da tropa nos pastos, raspagem e tratamento dos animais, com bornais de milho, enquanto se procedia ao balanceamento das cargas. A madrinha da tropa era adornada com tiras de pano coloridas, chamadas “bonecas”, presas ao cabresto, enfeitando a testa do animal. A madrinha abria o cortejo à frente da tropa, balançando os seus guizos”.¹⁸⁴

Uma tropa de burros ficava à disposição da fábrica de tecidos. A chegada e a saída da tropa movimentava o núcleo fabril formado pela Cia. União Itabirana. Além da tropa fixa, havia necessidade, ainda, de contratação de tropeiros autônomos. Dessa forma, sempre havia uma tropa chegando e outra saindo da fábrica de tecidos. No pátio interno, acontecia o carregamento dos produtos acabados e o descarregamento do algodão.

A passagem tropeiros e dos cometas, no núcleo fabril, configurava momentos de descontração e longas conversas ao redor dos caldeirões fumegantes, de que fala Alvim (1980). Ao percorrerem os caminhos mineiros, esses homens adquiriam e levavam informações por onde passavam, transformando-se em interlocutores de uma rede de informações que atravessava as Minas Gerais e deixava o núcleo formado pela Cia. União Itabirana informado do que acontecia em outras localidades.

Os adornos com tiras de panos coloridas e os guizos colocados na “madrinha” das tropas, eram simbologias que faziam parte das práticas culturais do universo dos tropeiros e cometas. Eles contavam com alimentação típica, vestuário apropriado e um comportamento específico adaptado às longas viagens e ao tempo que permaneciam distantes dos lares, dormindo em alojamentos e locais desconhecidos.

O Relatório apresentado aos acionistas da Cia. União Itabirana, em agosto de 1901, informava sobre a contratação de outro viajante para a fábrica de tecidos.

“Verificando-se que somente um empregado viajante era por demais insuficiente para promover a liquidação, tão avultada é, como verei dos anexos, deliberamos tomar mais um outro e contractamos o sr. José Caldeira da Fonseca, que se acha em exercício desde o dia 22 do

¹⁸⁴ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 53.

passado. O Sr. Emílio Ferreira Pinto tem exercido a nosso contente as suas funcções e ao mesmo mandamos abonar uma gratificação de 500\$000”.¹⁸⁵

Pelo relatório da diretoria, percebemos que a fábrica de tecidos possuía, em 1901, apenas um viajante, o senhor Emílio Ferreira Pinto, que recebeu na ocasião uma gratificação pelos bons serviços. Outro viajante teve de ser contratado, o senhor José Caldeira da Fonseca, devido à necessidade verificada na fábrica. Sobre os tropeiros não há qualquer referência, possivelmente, eram contratados como autônomos, conforme sugerido por Alvim.

O senhor José Caldeira da Fonseca foi fotografado por Brás Martins da Costa. Na fotografia que se segue, pode ser observado o viajante, organizando uma tropa de seis burros para mais uma de suas longas viagens pelas estradas mineiras.

Um dos animais já estava pronto para a partida: devidamente selado, com as mercadorias dentro de dois grandes baús de madeira, cobertos com uma espécie de couro de boi para que a chuva e o sol não danificassem os tecidos. Os outros cinco animais ainda estavam sendo preparados. O viajante, com longos bigodes e ar sisudo, também se portava como preparado para a partida. O uso de esporas¹⁸⁶, presas às botas, indicava que a partida seria em breve. Trajava vestuário típico dos viajantes do período, com chapéu, casaco de manga comprida, para proteger os braços das intempéries dos caminhos e calças dentro das botas de cano longo, para proteger as pernas durante as viagens.

¹⁸⁵ Relatório apresentado aos accionistas da Companhia União Itabirana pela Directoria, em agosto de 1901.

¹⁸⁶ Artefato de metal com ponta que se prende no calcanhar do cavaleiro e que serve para roçar na barriga do cavalo e incitá-lo a apressar o passo ou correr. Fonte: Dicionário Houaiss.



Senhor José Caldeira da Fonseca, viajante da fábrica. Fotógrafo: Brás Martins da Costa.
Data aproximada: primeiros anos do século XX. Local: pátio interno da Cia. União
Itabirana, em frente ao sobrado onde morava o gerente da fábrica.

De acordo com Domingues (2003)¹⁸⁷, “tropeiro” era comumente o nome aplicado aos próprios donos dos animais, quase sempre fazendeiros e criadores que, para enfrentar alguns meses de viagem, formavam uma comitiva de peões, com seus diversos escalões de atividades. Segundo esse autor, o chefe era um capataz responsável, o arrieiro, às vezes o próprio dono das mulas, que seguia atrás do culatreiro, montado em uma besta muito bem arreada. Contava com a ajuda dos demais camaradas: os tocadores, ou tangedores, peões que procediam a lida diária com os animais e tocavam seus lotes de xucros ou arreados; e o madrinheiro, menino que seguia à frente do dianteiro, na mula da cabeçada, montando uma égua mansa, a madrinheira, guiando a tropa ao som dos cincerros nela pendurados. Quando chegavam ao pouso, o madrinheiro era encarregado de armar a trempe e preparar o café e a comida – feijão de tropeiro, pirão de mandioca, carne de porco, carne seca, toucinho, farinha de milho e alguma carne fresca de caça. Nas estradas mineiras e de todo o Brasil, a caravana se arrastava, dias, semanas, meses seguidos, sob o poeirão que a tropa levantava na estrada.

Pelas trilhas e caminhos trafegavam os tropeiros, conduzindo as tropas de mueres de fazenda em fazenda, de vila em vila, de uma província a outra, transportando toda sorte de alimentos, armas, pólvora, aguardente, ferramentas, roupas, remédios, correspondências e

¹⁸⁷ DOMINGUES, Júlio Manoel. *Tropeirismo*. Seminário de Estudos Tropeiros. Sorocaba, SP, junho de 2003.

produtos diversos. Cada dia em uma localidade e, durante as noites, pousando em ranchos cobertos de sapé, enquanto os animais descansavam no potreiro. Alguns homens jogavam truco para passar o tempo, outros, saudosos, sopravam uma gaita ou dedilhavam uma viola, declamando as saudades de casa, das famílias e as agruras da vida tropeira. O viajante Saint-Hilaire, de passagem por Minas Gerais, observou que no silêncio das matas podia ser ouvido, constantemente, o eco das vozes dos tropeiros e o ruído dos guizos da madrinha da tropa. Se aguçarmos os ouvidos da nossa imaginação, podemos “ouvir” as vozes dos tangedores, dia após dia, repetindo pelas estradas mineiras a lida.

O vestuário, a alimentação, o linguajar e os hábitos desses homens constituíam parte significativa da cultura peculiar identificada no núcleo fabril da Cia. União Itabirana. Entretanto, a organização do núcleo e dos mundos do trabalho e do não- trabalho, tanto dos proprietários quanto dos operários, é assunto para o Capítulo III desta investigação.

CAPÍTULO III

Capital e trabalho: encontros na paisagem fabril itabirana

No livro *Culturas de Classe* (2004), os organizadores chamam a atenção dos leitores para aspectos específicos da cultura operária, que até então haviam sido esquecidos pela historiografia, tais como as celebrações, os ritos e o lazer.¹⁸⁸

Nesta investigação, esses aspectos serão privilegiados e analisados juntamente com a distribuição espacial da paisagem fabril constituída pelo núcleo da Companhia União Itabirana, bem como com a religiosidade católica dos proprietários e operários e, ainda, com os sons que uniram o mundo rural ao universo industrial.

Entre o mundo do trabalho e o do não-trabalho, proprietários e operários da fábrica de tecidos Companhia União Itabirana compartilharam, no mesmo espaço físico, a cultura do trabalho, das celebrações e da religiosidade; construíram uma identidade própria; estabeleceram relações paternalistas e de lealdade; muitos operários se alfabetizaram na escola oferecida pela fábrica, alguns conheceram seus cônjuges no núcleo e, assim, casaram, tiveram filhos e criaram suas famílias ali.

A pluralidade de culturas existentes no núcleo fabril é uma das inquietações presentes neste capítulo. A Cia. União Itabirana, instalada efetivamente em 1876, na zona rural do município de Itabira, formou ao seu redor, a exemplo de outras fábricas têxteis mineiras, uma comunidade ativa, em que os mundos do trabalho e do não-trabalho se tocavam e se relacionavam o tempo todo.

As argumentações deste capítulo serão conduzidas pelos seguintes questionamentos: De que forma a distribuição espacial das edificações no núcleo fabril contribuiu para a produção de disciplina no trabalho? Qual era o lugar destinado ao trabalho e aos trabalhadores na organização fabril-têxtil? De que maneira os investidores reuniram-se aos trabalhadores para a implantação das fábricas de tecidos? Quais relações de sociabilidade e convivência se estabeleceram entre os dois universos distintos: o dos empreendedores e o dos trabalhadores?

Instaladas nas zonas rurais dos municípios, na maioria das vezes numa fazenda, as primeiras fábricas de tecidos mineiras construíram ao seu redor um núcleo auto-suficiente, em

¹⁸⁸ BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 12.

relação à subsistência da mão-de-obra, para manutenção da produção. Nesse núcleo, a paisagem fabril abrangia tanto os signos constitutivos do ideário da modernidade industrial, quanto as particularidades do mundo rural e criava antagonismos, como a convivência de técnicos estrangeiros ao lado de trabalhadores nacionais, livres e escravos; tecnologia importada que produzia tecidos posteriormente transportados nos lombos de burros pelo interior mineiro; e, a incorporação de signos da religiosidade, como o sino, para regular o tempo do trabalho.

Nessa perspectiva, uma questão se impõe: de que maneira, os elementos que representavam o universo fabril foram incorporados ao mundo rural e promoveram o encontro entre o trabalhador nacional e o técnico estrangeiro, a disciplina e o tempo do trabalho com os ritmos e sons da fazenda?

Inicialmente, é preciso pontuar o que está sendo denominado por paisagem. Para este estudo, paisagem é o que configura o núcleo fabril: suas edificações, seu maquinário (a tecnologia) e seu componente humano (os operários, os administradores e os técnicos estrangeiros).

Santos (1997) conceituou paisagem como:

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”¹⁸⁹

No entanto, existem dois tipos distintos de paisagem: a natural e a artificial. De maneira geral, a paisagem artificial é aquela transformada pelo homem, enquanto a natural, teoricamente, é a que não sofreu interferência humana.

O que nos interessa, neste estudo, é a paisagem artificial, construída e socializada pelo homem. Santos, citando o geógrafo cultural Carl Sauer, considerou que, à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica, entre outras. É a marca humana sobre a natureza, chamada de socialização, por Marx (1982).¹⁹⁰

Esse autor observou, ainda, que à medida que evoluíram os modos de produção, houve a necessidade da construção e interferência humana no espaço. Dessa forma, há uma relação intrínseca entre os instrumentos de trabalho, que o homem cria para poder produzir, e a

¹⁸⁹ SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 61.

¹⁹⁰ SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 64.

paisagem. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos, etc. são acréscimos à natureza sem os quais a produção é impossível. A lógica obedecida para a construção do espaço é a da produção. O espaço é usado de forma desordenada, pois ele se organiza de acordo com as exigências dos processos próprios a cada produção, com o nível do capital, com a tecnologia e com a organização correspondente. A paisagem vai se constituindo à medida que as necessidades produtivas vão surgindo, de acordo com essa lógica da produção.

Entendemos, portanto, que a constituição dessa paisagem artificial é o resultado da ação dos homens que agem sobre o próprio espaço, por meio dos objetos, naturais e artificiais, mediados por relações culturais, políticas, técnicas, etc. Dada essa complexidade de formas, objetos e resultados desejados, a paisagem é sempre heterogênea.

Santos considerou, ainda, que a cidade, com toda a sua heterogeneidade de formas, possui uma desordem que é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado, pois parte do princípio de que a paisagem obedece à lógica interna da produção. Assim, a paisagem é uma herança de muitos momentos já passados. E, cada vez mais, há uma indivisibilidade entre os homens e os seus instrumentos de trabalho. As estradas de ferro, as autopistas, a energia elétrica, a água, o telefone, entre outros, fazem com que a produção e a vida em sociedade se transforme num sistema cada vez mais indivisível. Para o autor, cada um desses instrumentos é um sistema em si mesmo, que se relaciona com um sistema global.¹⁹¹

Podemos considerar que a paisagem construída e constantemente modificada pelas necessidades da produção, não é dada para todo o sempre, antes, é sempre objeto de mudança. Conforme afirmou Santos, ela é um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas.¹⁹²

Ao considerar essa conceituação de paisagem, interessa, a esta pesquisa, identificar a marca do trabalho e das técnicas reproduzidas em Itabira e que constituíram o núcleo fabril da fábrica estudada.

Na paisagem itabirana, no final do oitocentos, precisamente entre os anos de 1874 e 1876, foi edificado um núcleo fabril, com as marcas do *ethos* industrial da época. Capital, tecnologia, trabalho, produção e relações sociais se estabeleceram no lugar e formaram o

¹⁹¹ SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 67.

¹⁹² SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 68.

núcleo fabril da Companhia União Itabirana, a exemplo do que aconteceu em outras localidades, no mesmo período.¹⁹³

Seguindo a lógica da produção fabril-têxtil, numa localidade rural chamada Gabiroba, distante sete quilômetros do centro urbano de Itabira, foram erguidas as edificações que compuseram o núcleo fabril da fábrica de tecidos estudada. Essas edificações, suas disposições e os motivos da instalação do núcleo na área rural serão analisados mais adiante, ainda neste capítulo.

Williams (1989), no estudo sobre o campo e a cidade, enfatizou que a vida do campo e a da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, por meio da história de uma família ou de um povo; move-se em sentimentos e idéias, por uma rede de relacionamentos e decisões.¹⁹⁴

Ao observar esse mover de que fala Williams, percebemos que a indústria fabril-têxtil mineira moveu-se, no final do oitocentos, para sua efetiva consolidação, conforme destacado nos dois primeiros capítulos deste estudo. Foi no meio rural que se estabeleceram os primeiros estabelecimentos fabris no território mineiro. Os empreendedores desse período adaptaram o ambiente rural para a instalação do universo fabril. No entanto, uma paisagem não excluiu a outra, ao contrário, elas interagiram e se completaram.

Esse mover, também estava presente nas interações entre o mercado nacional e o internacional, como a importação de tecnologia e de técnicos, nas práticas sociais, econômicas e culturais, que resultaram em ausência de autonomia entre o campo e a cidade e vice-versa. Para esse autor, o urbano e o rural se tocam. Não há uma autonomia de um em relação ao outro. O que existe é uma dependência entre eles. O próprio limite territorial se confunde, muitas vezes, no período estudado.

Os pares cidade e campo, urbano e rural, foram estudados, também, por Roncayolo (1997), que considerou:

“a noção de cidade implica a aglomeração de uma população, quer dizer, a concentração do *habitat* e das atividades; as atividades que se distinguem da exploração direta do solo, conduzem à especialização de tarefas e contribuem notadamente para trocas e enquadramento de uma sociedade; um modo de vida ou das formas de sociabilidade

¹⁹³ No Capítulo 1 foram mencionadas as principais fábricas de tecidos estabelecidas em território mineiro a partir da década de 1870.

¹⁹⁴ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19.

particulares; uma disposição dos espaços e dos objetos urbanos que implica uma organização coletiva.”¹⁹⁵

Mais adiante, em sua análise, o autor observa que a cidade não pode ser apreendida unicamente no interior dos seus limites, pois ela não é uma criação isolada. Dessa forma, há a constatação de que a cidade é o espaço ordenado e construído pelo homem, caracterizado pela aglomeração de pessoas e edificações. O campo, o rural, por sua vez, seria o local da exploração direta do solo. Essa organização seletiva implicaria delimitações ou enquadramentos para um e outro. No entanto, o autor considera que existem múltiplas possibilidades de arranjos entre o que seria delimitado como o espaço urbano e como o espaço rural.

Essa análise remete-nos novamente a Williams e a sua ponderação sobre a ausência de autonomia entre o campo e a cidade e as ambigüidades de um e outro. Esses conceitos possibilitam-nos pensar a constituição da paisagem fabril-têxtil itabirana. O núcleo fabril, apesar de constituído numa localidade rural faz parte da lógica industrial do período, que aparece na reprodução da racionalidade técnica, da disciplinarização da força de trabalho, na exigência de higiene e de uma moralidade irrepreensível, além da introdução de mecanismos para controle do tempo do trabalho, entre outros, como se verá no decorrer deste capítulo.

3.1 Forma: a produção da disciplina no encontro das paisagens rural e industrial

Eram dois os estilos arquitetônicos para construção das primeiras fábricas de tecidos: o primeiro, conhecido como Britânica Manchesteriana, com a fachada de tijolinhos e, o outro, de estilo colonial brasileiro, com fachada similar ao de uma casa-grande de fazenda de café. A maioria das fábricas têxteis mineiras, inclusive a Companhia União Itabirana, adotava o segundo estilo: o colonial brasileiro.

A Cia. União Itabirana tinha apenas um andar de frente e, por causa do declive do terreno, possuía um porão nos fundos, onde estavam localizadas a caldeira, a tinturaria e a marcenaria. Quatorze grandes janelas de vidro e madeira se destacavam em sua fachada, com telhado colonial e paredes de pau-a-pique brancas.

¹⁹⁵ RONCAYOLO, Marcel. “Chapitre Premier: La ville em ses prémices” *In: La villes et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997. pp. 27-34. Tradução livre de Denise Bahia.



Fachada da Cia. União Itabirana. Fotógrafo: Brás Martins da Costa.
Data aproximada: 1904

Na fotografia de Brás Martins da Costa, pode ser vista a fachada colonial da Cia. União Itabirana, com suas quatorze janelas quadradas e o telhado de telhas de barro. Ao olhar para essa imagem, fica a impressão de que uma fresta do passado foi entreaberta, possibilitando aos expectadores do presente observar frações do núcleo fabril. Alguns elementos, tais como os tecidos produzidos pela fábrica expostos nas janelas, as bandeirinhas, os arcos de bambu, os diretores e alguns operários bem vestidos e os padres, colocados à porta da fábrica, indicam ser aquele um dia de festa. Possivelmente, a festa de Santo Antônio, padroeiro da fábrica de tecidos, celebrada todos os anos no dia 13 de junho.

As janelas grandes promoviam um diálogo entre o interior da fábrica e o exterior. Esse modelo de visibilidade e vigilância foi cunhado, primeiramente, por Bentham, com a publicação do livro *Panopticon*, em 1791. A proposta central desse modelo, denominado por Bentham de panóptico, buscava resolver o problema disciplinar dentro das prisões. Para ele, a questão da disciplina seria resolvida com um simples projeto arquitetônico.¹⁹⁶

Bentham (2000) considerou que estar permanentemente sob os olhos de um inspetor, seria perder de fato a capacidade de fazer o mal e quase a idéia de desejá-lo. Em suas palavras

¹⁹⁶ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 56.

“uma torre ocupa o centro: é o posto dos inspetores (...) permite ao inspetor ver as celas e o que o impede de ser visto, de maneira que, com um olhar ele vê um terço de seus prisioneiros e, movendo-se em um pequeno espaço, pode vê-los a todos em um minuto. Mas, se estiver ausente, a opinião de sua presença é tão eficaz quanto ela própria. (...) o inspetor, ele próprio invisível, reina como um espírito; mas este espírito pode, se necessário, dar a prova imediata de sua presença real”.¹⁹⁷

Em síntese, o que o panóptico preconizava era a faculdade de ver, com um olhar, tudo o que se passava. Nesse modelo estava embutida uma intensa relação de força e, conseqüentemente, de poder. Segundo Thompson (1987), as propostas de Bentham configuravam um “plano que faria de cada criado de cada casa um espião das ações de seu patrão, e de todas as classes da sociedade espiãs recíprocas”.¹⁹⁸

Essa concepção de visibilidade e vigilância pode ser percebida na disposição das edificações que compunham o núcleo fabril da Cia. União Itabirana, apesar de, possivelmente, os investidores itabiranos desconhecerem a teoria de Bentham e seu panóptico. As edificações foram distribuídas no espaço físico e erguidas de forma que se desenhasse um quadrado.

De que forma essas edificações estavam distribuídas no núcleo fabril? O quadrado era composto, de um lado, pelo sobrado colonial, onde, no andar de cima, morava a família do gerente e, no de baixo, ficavam instalados o refeitório e o alojamento das viúvas. Anexos ao sobrado, do lado direito, edificou-se uma pensão e o escritório da administração. Do outro lado, ocupando toda extensão oposta, situava-se a fábrica de tecidos. Nas laterais, de um lado, foram edificados o armazém e o rancho dos tropeiros e, do outro, a sala de panos, o depósito de algodão e o dormitório feminino. No meio dessas edificações, formando um quadrado, ficava o pátio enorme, em parte calçado de pedra e em parte gramado. Ali, chegavam os tropeiros e cometas (viajantes), que traziam o algodão e levavam os tecidos nos lombos dos burros para outras localidades.

Fora desse quadrado, atrás da fábrica, estavam instaladas a carpintaria, a caldeira, a tinturaria e as oficinas. Nas proximidades do quadrado, ficavam o curral para ordenha do gado, a capela devotada a Santo Antônio, o rego d'água (ou bicamente) que conduzia a água que movimentava as turbinas hidráulicas, a escola, o dormitório masculino, a residência dos técnicos estrangeiros e várias casas oferecidas aos operários casados. Ainda faziam parte do núcleo, um extenso pomar com as mais variadas frutas, um açude para represar a água que

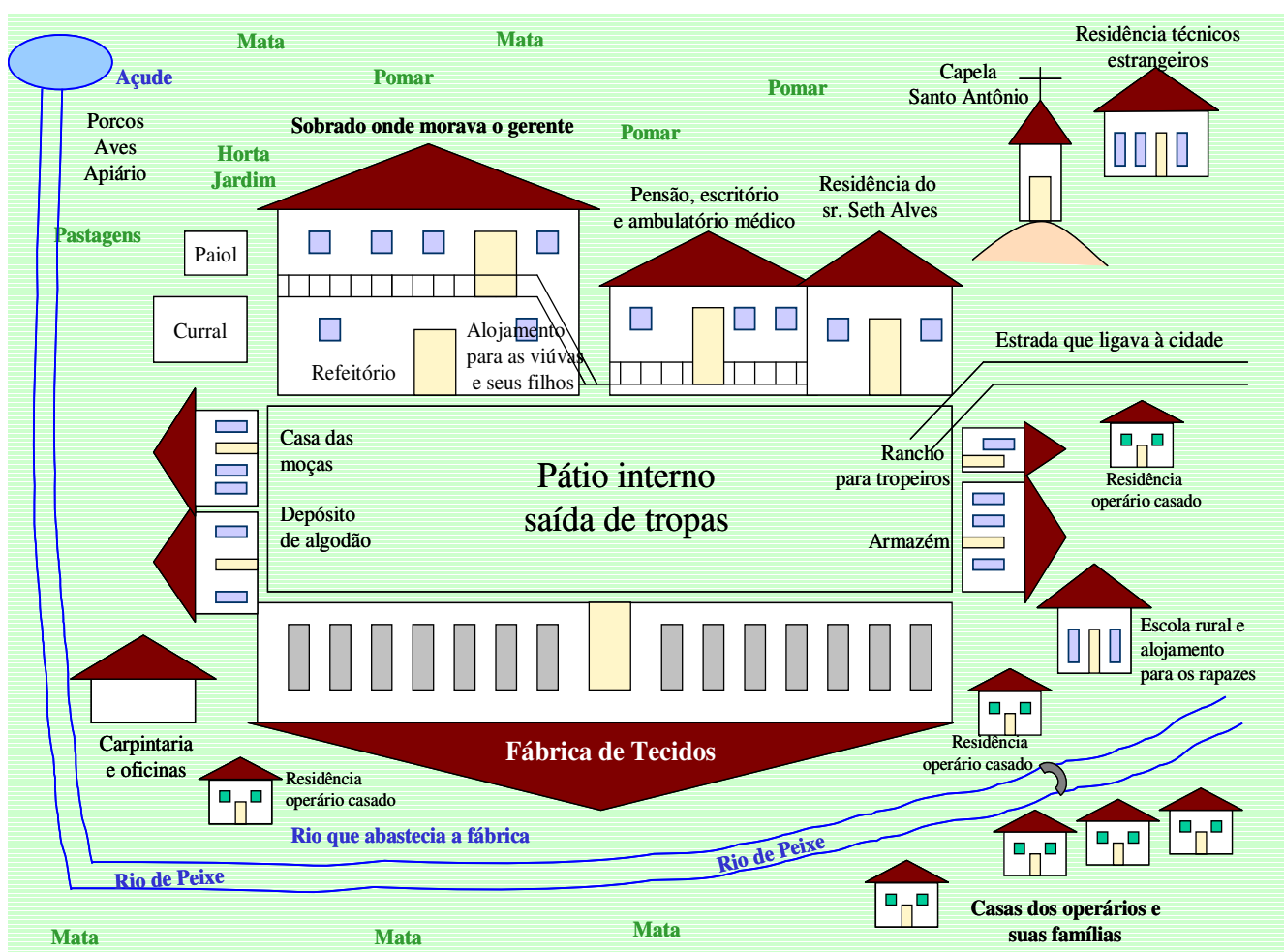
¹⁹⁷ BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte, 2000. (Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva). p. 202.

¹⁹⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I. p. 88.

abastecia o núcleo e movimentava o maquinário da fábrica, um jardim logo atrás do sobrado, uma horta e uma ceva para criação de porcos.

Foi possível reconstituir a composição do núcleo fabril da Cia. União Itabirana por meio das crônicas de Alvim (1920-1979), pelos depoimentos do senhor Afonso Camilo Oliveira, dos ex-operários contatados e de Abel Camilo de Oliveira Filho, que passou a infância no núcleo e era filho de ex-diretor da fábrica. Abaixo há um croqui sobre a distribuição espacial no núcleo.

Imagem 2: Croqui do núcleo fabril formado pela Cia. União Itabirana



Essa distribuição espacial indica a complexidade de sua organização. Tudo estava disposto para que os operários não tivessem necessidade de sair dali. O armazém, a capela, a escola e as residências proporcionavam uma auto-suficiência quase completa para que os deslocamentos ao município não fossem necessários. Segregados num mesmo espaço, os

operários compartilhavam o trabalho, o descanso, as celebrações e criavam laços de solidariedade.

Perrot (1988), ao estudar as relações entre proprietários e operários franceses, afirmou que a visibilidade e a vigilância eram os princípios da disciplina nas fábricas. Na mesma linha de pensamento dessa autora, Giroletti (2002) observou que a produção da disciplina no interior da fábrica era fruto da ação conjunta de mecanismos espaciais, funcionais e regimentais¹⁹⁹. A disciplina derivaria, dessa forma, em primeiro lugar, da distribuição dos indivíduos no espaço.

A disposição das principais edificações em forma de quadrado na criação de um núcleo fabril proporcionava visibilidade, o que facilitava a vigilância e, conseqüentemente, produzia disciplina, conforme preconizou Bentham. A disciplina não se restringia ao mundo do trabalho, mas estendia-se ao mundo do não-trabalho, já que os operários residiam nas dependências da fábrica, como aconteceu também em outras fábricas de tecidos brasileiras.²⁰⁰

Observamos que os princípios disciplinares foram incorporados e reproduzidos nas fábricas de tecidos mineiras. Alvim, ao relatar o cotidiano da Cia. União Itabirana, afirmou que a varanda do sobrado se abria para o pátio da fábrica, dominando todo o movimento externo, o vai-e-vem dos operários, dos tropeiros e dos que chegavam ou partiam.²⁰¹ Como no modelo das indústrias têxteis francesas, descritas por Perrot, a residência do gerente da Cia. Itabirana ocupava o centro do quadrado. Do alto da varanda, todo o movimento do pátio podia ser controlado e disciplinado, segundo a lógica do capital.

Na fotografia a seguir, produzida por Brás Martins da Costa, aparece o sobrado onde morava o gerente da fábrica. Na varanda, estão os administradores e, na parte inferior da edificação, em frente ao refeitório e ao alojamento das viúvas, vemos os operários. Eles estão separados por sexo. Em cima, alinharam-se as mulheres e meninas e, logo abaixo, os homens e os meninos. Essa divisão, que aparece na imagem, sugere as relações que se estabeleciam no mundo do trabalho. Homens e mulheres tinham funções definidas dentro do sistema fabril.

¹⁹⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 192.

²⁰⁰ Ver GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002 e LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

²⁰¹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 65.



Sobrado onde morava o gerente da fábrica. Fotografia: Brás Martins da Costa.
Data aproximada: final do século XIX e início do XX.

Essa fotografia permite-nos conhecer um pouco o núcleo fabril. A casa grande, com sua varanda aberta para o pátio; o refeitório, na parte inferior; a pensão, ao lado do casarão; o muro de pedra, separando o pátio das edificações; as árvores, plantadas no pátio; as escadarias de madeira; além das pessoas, divididas em três planos. No primeiro, no pátio do núcleo, visualizamos um padre. Esse olha diretamente para a câmera. Um pouco destacado dos dois grupos que compõem a imagem é como se velasse, silenciosamente, a todos, ao mesmo tempo em que se deixa ficar ali para impor a sua presença. A religiosidade, como se verá a seguir era um traço marcante do núcleo fabril da Companhia União Itabirana. No segundo, os olhos se deparam com um grupo de mulheres e meninas: vestidos longos e de manga comprida, cabelos presos. Vinte e três no total. Perto da escada de acesso à varanda do sobrado está um garotinho: calças curtas, mãos cruzadas nas costas e pernas abertas; observa, intrigado, a cena. Os homens e meninos se posicionam abaixo do grupo feminino – dez meninos e doze homens estão presentes ali. E, em terceiro, na varanda do sobrado, estão os administradores, inclusive,

o senhor Antônio Camilo de Oliveira – patriarca da família e acionista majoritário da fábrica – que observa a cena com o gerente e sua família. Doze pessoas estão presentes na varanda.

Todos posam para o fotógrafo. De semblantes cerrados, grande parte dos presentes olha para frente, possivelmente, sem entender muito bem o intuito de Brás Martins e sua câmera fotográfica. É provável que, por esse motivo, a maioria não esteja à vontade: alguns não sabem muito bem como posicionar os braços e para onde dirigir o olhar. Acreditamos que os presentes na fotografia moravam no núcleo fabril e, os grupos feminino e masculino, constituíam-se de operários da Companhia.

Evidencia-se, nessa imagem, a hierarquia social ocupada pelos empreendedores e pelos operários; a religiosidade presente no núcleo fabril; a divisão, por gênero, entre os próprios operários – o grupo feminino está separado do grupo masculino; e a composição da família ampliada, composta por proprietários e trabalhadores da fábrica de tecidos.

Giroletti ponderou que a criação de fábricas no final do século XIX, no campo ou nas cidades, trouxe a necessidade de erigir casas e residências para diretores, técnicos e operários.

As fábricas têxteis localizadas no interior da Província Mineira recrutavam grande parte de seus operários em zonas rurais, muitas vezes distantes do local onde elas estavam instaladas. Dessa forma, os operários tornavam-se dependentes da formação dos núcleos fabris, pois viriam com suas famílias para trabalhar na fábrica e morar nas residências construídas para esse fim. Outro fator que justificava essa necessidade era a contratação de moças e rapazes solteiros, órfãos e viúvas. Grande parte da força de trabalho das fábricas de tecidos mineiras da segunda metade do século XIX era constituída por mulheres desamparadas, como viúvas e mães solteiras, órfãos e crianças abandonadas, além de velhos sem família, de ambos os sexos²⁰².

Na Cia. União Itabirana, todos possuíam habitações específicas, com seus espaços delimitados. As moças solteiras habitavam uma edificação exclusiva, dentro do quadrado referido. O dormitório delas era chamado de “casa das moças” ou “casa nova”. Segundo Giroletti, esses dormitórios poderiam ser chamados também de “conventos”.²⁰³

Em 1886, o diretor da Cia. União Itabirana, Domingos Martins Guerra, escreveu que as moças e as meninas estavam debaixo da inspeção de uma mulher moralizada e da confiança de seus pais, que com elas moravam²⁰⁴. A moralidade e a disciplina eram

²⁰² LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 226.

²⁰³ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. p. 236.

²⁰⁴ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

rigorosamente exigidas dos operários. Sobre as moças solteiras, a exigência de uma moral ilibada incidia com maior rigor do que sobre o resto do operariado. Normalmente, moravam na “casa das moças”, em média, entre quarenta e sessenta operárias. Junto a elas, permanecia sempre uma mulher mais velha, disciplinadora, responsável pela ordem, pela disciplina e pelo comportamento irrepreensível.

“As moças e as meninas estão debaixo da inspeção de uma mulher moralizada e da confiança de seus pais; que com elas mora e felizmente devido respeito de ordem que temos criado ainda não tivemos fatos lamentáveis, porque o procedimento de todos é bom e mostram tão satisfeitos que nunca temos falta de pessoal, se sai um tem sempre outros que estão esperando um trabalho.”²⁰⁵

Em depoimento oral, a senhora Argentina Martins, ex-operária da Cia. União Itabirana, relembrou emocionada o tempo em que trabalhou na fábrica e morou na casa das moças. O seu depoimento corrobora a informação de Domingos Guerra, em 1886, o que nos permite perceber uma forte continuidade temporal nas relações de trabalho da empresa. Não é demais lembrar que os depoimentos da fábrica foram colhidos em 2006 e se referem aos anos de 1930/1940.

Segundo a entrevistada, a “casa nova” tinha muitos quartos e camas. A mulher moralizada, de que fala Domingos Guerra, continuou a ser empregada pela fábrica, durante o século XX e era chamada de “conselheira”. No período em que residiu ali, na década de 1940, essa conselheira chamava-se senhora Maria Virgínia. Era solteira, mais velha e “chamava o gerente, caso alguma moça procedesse inadequadamente”. A permanência dessa mulher para disciplinar o comportamento das moças, ainda na década de 1940, demonstra continuidade na relação paternalista de tratamento da força de trabalho.²⁰⁶

Em outro depoimento, questionada sobre a questão da moralidade exigida dos operários, a senhora Maria da Conceição Araújo contou-nos que uma operária viúva que morava no núcleo com os filhos manteve um romance com um operário casado. Quando descoberto o “caso”, os dois foram imediatamente demitidos da fábrica de tecidos, “para dar exemplo”.

Giroletti realiza uma reflexão sobre a questão da sexualidade dos trabalhadores têxteis. Segundo ele, os agentes da nova ética foram os próprios empresários, diretores e gerentes, que procuraram impor, desde o início do funcionamento das fábricas, um novo comportamento

²⁰⁵ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

²⁰⁶ Sobre o paternalismo nas relações de trabalho, será visto mais adiante, ainda neste capítulo.

sexual aos operários, via regulamentos, contratos, prática cotidiana, fiscalização exercida e pela resolução de casos concretos. Essa coerção, dentro das fábricas e dos núcleos fabris, tinha dois objetivos principais: 1) coibir as manifestações de sexualidade no interior da fábrica e, 2) criar uma nova ética e novos hábitos entre os operários.²⁰⁷

Esse estudioso observou, ainda, que essas proibições afastavam, tanto quanto possível, os encontros fortuitos dentro das fábricas, mas não impedia que acontecessem nem na prática dos diretores e nem na dos operários. A própria necessidade da proibição, seja ela por regulamento ou contrato, e da vigilância constante, demonstram que esses casos aconteciam bem mais vezes do que desejavam os diretores, conforme o fato ocorrido na Cia. União Itabirana e lembrado pela ex-operária.

Em outra fotografia de Brás Martins, são mostradas algumas operárias da Cia. União Itabirana. As mulheres presentes nessa imagem são jovens e solteiras; trajavam longos vestidos de mangas compridas, que cobriam seu corpo desde o pescoço até os pés; calçavam botas femininas; mantinham os cabelos presos; e tinham na cintura cintos largos com fivelas ou faixas de tecido, além de postura e olhar recatados. Das sete pessoas presentes na fotografia, vêem-se quatro jovens, possivelmente solteiras, uma senhora casada, usando aliança na mão esquerda, e duas crianças. As duas crianças, provavelmente irmãs, usavam vestidos muito parecidos: o mesmo modelo com babados no peito e nas mangas, o mesmo florido do tecido e botas semelhantes. Pelas evidências, é provável que a operária casada, a segunda da esquerda para a direita, fosse mãe das duas meninas.

²⁰⁷ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 316.



Grupo de operárias e meninas
Fotógrafo: Brás Martins da Costa.
Data aproximada: 1904
Local: núcleo fabril da Cia. União Itabirana

Os operários que moravam no núcleo tinham seus filhos ali. Esses cresciam e se alfabetizavam na escola oferecida pela fábrica e, posteriormente, eram engajados no processo produtivo. A aprendizagem fabril era passada de pai para filho, ou de mãe para filha, dentro da própria fábrica de tecidos.

A respeito da distribuição dos operários no núcleo fabril, Alvim relatou que

“em geral os operários residiam na Gabiroba em dormitórios especiais, para moças e rapazes solteiros; os casados, nas imediações, em casas de propriedade da companhia. Não se cobrava o aluguel. E estavam dotadas de água encanada, esgoto e luz elétrica. Não pagavam nada por estes serviços. Os solteiros alimentavam-se nos refeitórios da Companhia, um para cada sexo. A comida era farta e variada. (...) Os que residiam em casa própria, com as suas famílias, alimentavam-se às suas próprias custas”.²⁰⁸

As moças e os rapazes solteiros moravam em alojamentos específicos. As viúvas habitavam alojamentos próprios para elas e os filhos, quando os tinham. Os operários casados moravam com suas famílias em residências separadas, próximas às instalações da fábrica. E algumas famílias foram instaladas do outro lado do rio que cortava o núcleo, atrás das instalações da fábrica.²⁰⁹

²⁰⁸ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 55.

²⁰⁹ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 55 e relatos orais.

A respeito da formação de vilas operárias, quem melhor as pesquisou e definiu foi Leite Lopes (1988), em seu livro *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Nele, realiza-se um estudo sobre a Companhia de Tecidos Paulista – CTP, localizada no município de Paulista, Pernambuco, com o objetivo de

“estudar, através da análise detalhada de um grupo operário determinado, submetido a relações de dominação peculiares, um padrão mais geral, uma forma de dominação específica, a das fábricas com vila operária”.²¹⁰

Para esse autor, a violência simbólica implícita na extensão do poder exercido pelos empresários do interior da unidade produtiva estendia-se para a vida social e privada do trabalhador²¹¹, ou seja, para a vila operária. Para Leite Lopes, a casa ofertada pela companhia aos seus operários constituía-se suporte para aceitação do processo de proletarização, que tinha a seu favor a preservação da unidade familiar e estava conjugada à oferta de trabalho para os membros da família de ambos os sexos e idades.²¹²

Nesse livro, o autor dialoga com Brandão Lopes (1967)²¹³ quando esse observa que as formas de controle e disciplina, exercidas no interior do processo fabril, foram estendidas para a vila operária sobre os trabalhadores e familiares. Nas palavras de Brandão Lopes, mediante práticas sutis, esse controle acontecia cotidianamente, com a adesão operária para garantia da manutenção do sistema patrimonialista.

Brandão Lopes, no seu estudo *Crise do Brasil Arcaico* (1967), analisa o patrimonialismo ou patriarcalismo existente em duas fábricas têxteis do interior de Minas. Para ele, a convivência próxima com o gerente da fábrica coibia o operariado de rebelar-se, já que sua família fazia parte do núcleo. A família é a base deste primeiro tipo de administração industrial, ou seja, a industrialização no meio rural.

O autor destaca alguns aspectos da relação patrimonialista, tais como: continuidade na relação de dependência, criação de uma relação de confiança e lealdade e natureza pessoal nas relações.

O historiador inglês E. P. Thompson (1998) afirmou que em alguns autores “patriarcal” e “paternal” aparecem como termos intercambiáveis, um contendo uma

²¹⁰ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo: Marco Zero e UnB, 1988. p. 15.

²¹¹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 211.

²¹² LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo: Marco Zero e UnB, 1988. 119.

²¹³ LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

implicação mais severa, o outro uma implicação um tanto quanto suavizada²¹⁴. No entanto, os dois poderiam colidir tanto nos fatos quanto na teoria.

Tomando como base essa definição de Thompson e de autores como Libby (1988)²¹⁵, entendemos que o conceito derivado de paternal, ou seja, o paternalismo, é melhor aplicado para denominar as relações que se estabeleceram entre os diretores e os trabalhadores nas primeiras fábricas de tecidos que se instalaram no território mineiro, no final do século XIX, inclusive, para nosso estudo de caso. A maioria dessas fábricas de tecidos instaladas no meio rural criava à sua volta um núcleo para organização do trabalho, que visava à produção. Nos núcleos fabris, a exemplo do formado pela Companhia União Itabirana, os empreendedores construíram igrejas, escolas, armazéns, moradias para os operários residirem com as famílias. Dessa forma, o capital e o trabalho estão intimamente ligados, apesar da tensão permanente que os permeia. Essa proximidade física, muitas vezes, resulta no estabelecimento de laços de lealdade e de confiança. Características que sugerem relações paternalistas no tratamento com a força de trabalho.

Compartilhando do conceito desenvolvido por Thompson, Perrot observou que seriam três os traços principais que caracterizavam as relações de trabalho paternalistas:

“1) a presença física do patrão nos locais de produção: a casa do senhor ocupa o centro. 2) as relações sociais do trabalho são concebidas conforme o modelo familiar: na linguagem da empresa familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos. 3) os trabalhadores aceitam essa forma de integração e até a reivindicam. Eles têm a linguagem e o espírito da “casa”; tem orgulho em pertencer à empresa com a qual se identificam”.²¹⁶

Esses três aspectos das relações paternalistas de trabalho são observados na Companhia União Itabirana. O sobrado onde morava o gerente ocupava o centro do pátio, de onde se podia avistar todo o movimento da fábrica, o vai-e-vem das tropas e a moradia dos operários. Os proprietários eram considerados pelos operários como um “pai”, segundo os relatos orais colhidos durante a realização desta investigação. E, por último, os operários se sentiam protegidos pelos proprietários, já que no núcleo tinham, custeados pela fábrica, moradia, assistência à saúde, alimentação e educação na escola oferecida pela fábrica. Essas

²¹⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 28.

²¹⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 236.

²¹⁶ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 61.

características evidenciam o caráter paternalista das relações que se estabeleceram entre os empreendedores e os trabalhadores nos núcleos fabris mineiros.

Essa conceituação remete-nos a Leite Lopes e a Brandão Lopes, quando esses observaram que a preservação da unidade familiar, ou seja, da família como base das administrações do meio rural com formação de vilas operárias, estava conjugada à oferta de trabalho. O que os autores identificaram a respeito de seus objetos, foram as mesmas relações paternalistas encontradas no núcleo fabril da Cia. União Itabirana.

Para este estudo, optamos pelo termo “núcleo fabril” e não por “vila operária”, designação por Leite Lopes, pois entendemos que aquele melhor se adequa ao modelo instituído na fábrica estudada. O núcleo fabril compreendia, num mesmo espaço físico, as edificações que compunham a fábrica, o sobrado do gerente, entre outras já mencionadas e não apenas as residências dos operários, que normalmente constituíam as vilas operárias, apesar de essas residências também comporem o referido núcleo.

A partir da entrada e permanência no núcleo, o operário submetia-se às determinações estabelecidas pela diretoria da fábrica, que ditava regras de convivência. Essas regras, muitas vezes, estavam dispostas em um Regulamento Interno que disciplinava o comportamento dentro das fábricas e no núcleo fabril, como um todo. No Regimento Interno da Fábrica de Tecidos da Pedreira²¹⁷, estava determinado em suas *Disposições Diversas*:

“A todos os empregados da Fábrica são comuns as obrigações e deveres seguintes:

1º - Procederem com todo respeito e acatamento aos seus superiores, não só nas horas de trabalho, **como em suas residências na sede do estabelecimento**, sob pena de multa a juízo do Gerente e a dispensa do serviço da Fábrica;

2º - Sujeitarem-se às multas que forem impostas pelo Gerente por qualquer infração deste Regulamento;

3º - Absterem-se em absoluto de fumarem dentro da Fábrica e de entreterem conversação, que se refira assunto alheio as necessidades do serviço;

4º - Não usarem para com os seus subordinados e auxiliares de serviço palavras injuriosas e ofensivas;

5º - Nunca deixarem de cumprir por negligência ou insubordinação às ordens dos encarregados do serviço, na forma deste Regulamento;

²¹⁷ Essa fábrica de tecidos estabeleceu-se, em 1888, no município de Itabira. Era uma propriedade intrafamiliar que funcionou até a década de 1950.

6º - Sujeitarem-se às condições dos pagamentos nos primeiros dez dias do mês seguinte, sofrendo um desconto de 20% os que quiserem se retirar do estabelecimento e receber seus vencimentos antes do dia marcado”.²¹⁸

No primeiro artigo do Regulamento, percebemos que o controle e a disciplina exigidos dentro das fábricas estendiam-se às residências dos operários e também às suas famílias. O operário poderia, inclusive, ser dispensado do trabalho fabril se não cumprisse as normas estabelecidas pelos superiores.

Perrot pondera que os regulamentos se multiplicaram ao longo do século XIX e que toda fábrica com alguma importância tinha o seu, mais ou menos inspirado em modelos correntes. Apesar de não ter sido localizado nenhum Regulamento Interno da Companhia União Itabira, é possível que as disposições presentes no Regulamento da Fábrica da Pedreira fossem também adotadas pelo nosso estudo de caso.

No núcleo fabril, era mantida, ainda, uma escola para alfabetização dos filhos dos operários e, também, dos próprios operários. Em 1883, o Presidente da Província Mineira, Antônio Gonçalves Chaves, em seu relatório anual, informou que a Cia. União Itabirana mantinha “uma escola noturna para os seus operários em número de 50²¹⁹”. Essa escola foi mantida, inclusive, ao longo do século XX.

O ensino era oferecido gratuitamente. As professoras eram mantidas pela diretoria da fábrica. Frequentavam a escola, ainda, meninos da zona rural, “filhos de pequenos sítiantes ou de fazendeiros abastados”,²²⁰ que moravam próximos à localidade da fábrica. Os filhos do gerente também frequentavam essa escola, que era oferecida durante o dia para as crianças e à noite para os operários que se interessassem pela alfabetização, após o horário do trabalho.

Alvim afirmou que eram muitos que se dirigiam à escola após a jornada de trabalho. Sobre sua própria alfabetização, o filho do ex-gerente informou:

“Quando cheguei à escola, modesta escola rural da Fábrica de Tecidos da Gabiroba, em Itabira, já sabia ler. (...) A escola não dispunha mais de um único salão, onde se amontoavam os alunos das três primeiras séries, com um grande quadro negro à frente e as carteiras duplas enfileiradas por série. Não havia o quarto ano”.²²¹

²¹⁸ Regulamento Interno da Fábrica de Tecidos da Pedreira, s/d, provavelmente do início do século XX.

²¹⁹ CHAVES, Antônio Gonçalves. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na segunda sessão da 24 legislatura, em 2 de agosto de 1883*. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1883.

²²⁰ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 48.

²²¹ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 47.

Havia uma professora para o turno do dia e um professor para o da noite. Um desses professores noturnos, em certa época, foi o senhor Seth Alves, funcionário da fábrica de tecidos por mais de trinta anos. “O Seth Alves, durante muitos anos ocupou o posto (de professor), acumulando-o com o seu trabalho no escritório”²²², relatou Alvim. O funcionário citado era chefe da sala de panos e trabalhou na fábrica entre o final da década de 1920 e 1964, quando a fábrica foi fechada.²²³

Na Fábrica do Cedro, Giroletti verificou a implantação de uma escola a partir de 1874, logo após a inauguração da fábrica de tecidos.²²⁴ Com as escolas, os empreendedores poderiam investir no treinamento técnico, na disciplinarização, na formação ideológica, moral e religiosa do operariado e das crianças que, mais tarde, seriam engajadas no processo produtivo. Ao saber ler e escrever, os operários estavam aptos a entender os regulamentos, os estatutos e manuais técnicos, bem como redigir relatórios, assentamentos das horas trabalhadas e controlar sua produtividade.

As escolas eram oferecidas pelas fábricas aos seus operários e familiares como benefício. No entanto, poderiam se transformar em mais um mecanismo de controle e manipulação silenciosa.

O cotidiano operário – incluindo trabalho, lazer e família – restringia-se ao espaço do núcleo fabril. Mesmo não existindo nenhum muro para separar o núcleo da estrada que ligava ao município de Itabira, havia distanciamento entre um e outro, como uma forma de segregação da mão-de-obra fabril.

No percurso até aqui empreendido, analisamos a constituição da forma geográfica que contribuiu para a formação da disciplina, nas fábricas. A seguir, uma incursão pelo tempo: quais seriam os sons que regiam o núcleo e compunham a paisagem fabril mineira do oitocentos?

²²² ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p.. 48.

²²³ Relato oral concedido por seu filho, senhor Benedito Alves, que também trabalhou na fábrica de tecidos.

²²⁴ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 223.

3.2 Sons: cadência do universo fabril com os ritmos do mundo rural

O tempo, que seguia o ritmo da natureza, era controlado por sons como o cantar do galo, o mugir dos bois, o coaxar dos sapos, o trote dos cavalos e o chilrear dos grilos. O seu passar era percebido na natureza. O levantar e o deitar estavam subordinados à luz natural. Quando mudavam as estações, sabia-se qual era o tempo do plantio ou da colheita. A vida no campo possuía ritmos e sons próprios, incansavelmente repetidos ao longo dos séculos.

Com a instalação das fábricas de tecidos em fazendas, aos sons da natureza foram incorporados os do universo fabril. Que sons foram esses que passaram a regular o tempo do trabalho? E como eles conviviam com os sons do mundo rural?

O gemido dos carros-de-boi, e os guizos dos burros anunciaram pelos caminhos a chegada do maquinário importado para o interior mineiro. Desmontadas e distribuídas nos lombos dos burros e em carros-de-boi as máquinas para a instalação das fábricas de tecidos mineiras chegaram às fazendas onde seriam instaladas.

O maquinário importado, transportado da Inglaterra até os portos brasileiros em suntuosos navios, atingiu o interior mineiro carregado pelo nosso mais rudimentar meio de transporte e o único disponível no período: lombos de burros e juntas de bois.

Desde o início, o ideário da modernidade industrial brasileira estava assentado em ambigüidades. Entretanto, a despeito da estranheza natural entre o encontro do mundo rural e o universo fabril, as fábricas de tecidos incorporaram aspectos dessas duas paisagens distintas e moveram-se, no dizer de Williams, para garantir sua permanência.

Na Cia. União Itabirana, a jornada de trabalho começava cedo em seus primeiros tempos. Iniciava-se às seis horas da manhã e terminava às seis da tarde, com pausas para o almoço, servido às dez horas e de meia hora para o café, às quatorze horas. Aos sábados, fazia-se meio expediente. Eram respeitados os domingos, dias santos e feriados nacionais²²⁵.

O tempo do trabalho na fábrica era regulado pelo apito da caldeira. O primeiro anunciava o despertar, às cinco horas da manhã. “Três silvos agudos, ouvidos à distância, cortavam o ar das madrugadas geladas”,²²⁶ relatou Alvim. Os apitos eram controlados pelo operário Antônio “Curió”, que, ao longo do dia, repetia-os para marcar as paradas para o almoço, para o café e o término do expediente.

A caldeira mencionada era utilizada para produzir vapor e movimentar as máquinas a ela conectadas. No entanto, foi utilizada pelos diretores da Cia. União Itabirana, também,

²²⁵ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 55.

²²⁶ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 56.

como mecanismo de controle do tempo do trabalho. O processo era simples: um operário era encarregado de acioná-la nas horas determinadas. Primeiramente, ele deveria alimentá-la com lenha e, quando ela começasse a produzir vapor, acionava uma corda que liberava parte desse vapor e fazia um barulho agudo ouvido a quilômetros de distância²²⁷.

Outra forma de controle do tempo era o sino que pendia da varanda da pensão, ao lado do sobrado do gerente. Às vinte e uma horas, o operário Cândido Eliziário Barbosa, o senhor Candinho, fazia soar esse sino, anunciando o término da aula na escola noturna onde os operários se alfabetizavam. Nas palavras de Alvim:

“Era o toque de recolher. E logo depois apagavam-se as luzes, dando-se tempo para o recolhimento dos escolares. Depois daquela hora, nada de ficar vagando pelos pátios da Fábrica.(...) Até que às 5 horas da madrugada o apito da Fábrica, como no samba de Noel, acordava os moradores para mais um dia de trabalho”.²²⁸

O simbolismo do sino está relacionado, sobretudo, à percepção do som. O sino evoca a posição de tudo o que está suspenso entre o céu e a terra e, por isso mesmo, estabelece uma comunicação com os dois. No latim eclesiástico, *signu* ganhou sentido de instrumento que sinalizava a hora da oração e, assim, gerou o português, sino²²⁹. Sua simbologia é comumente utilizada para manifestações religiosas associadas à religião católica. Em todas as igrejas, pequenas ou grandes, há um sino no campanário que anuncia a hora da missa, das festas, da vida, das calamidades e da morte. No caso das fábricas de tecidos, o sino foi apropriado e resignificado pelo trabalho ou, antes, pela disciplina do trabalho.

O sino sempre traz algo evocativo. No poema “Igreja”, o poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade lembra que “um sino canta a saudade de qualquer coisa sabida e já esquecida”.²³⁰ Na Cia. União Itabirana, ele marcava a hora do repouso, esquecida pelo bate-papo descontraído das moças ou pelo namoro entre os operários. O toque de recolher, às vinte e uma horas, assegurava aos empreendedores que, no outro dia, às cinco da manhã, os operários estariam de pé e dispostos, prontos para produzir. O sino, nesse sentido, disciplinava para o trabalho e para a moralidade exigida, já que evitava os encontros furtivos nas madrugadas.

²²⁷ Depoimento oral do senhor Afonso Camilo de Oliveira, ex-diretor e gerente da Cia. União Itabirana.

²²⁸ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 48.

²²⁹ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.

²³⁰ ANDRADE, Carlos Drummond de. Igreja. In: *Reunião – 10 livros de poesia* (1969). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980. p. 12.

Horta (1997), ao analisar os dobres dos sinos das igrejas na oitocentista São João Del Rei, notou que eles realizavam muito mais do que uma marcação meramente cronológica do dia, os sons dos sinos traziam notícias e estabeleciam pontos de solidariedade entre os ouvintes.²³¹

Em todos os depoimentos orais, os operários lembravam do sino tocado pelo chefe de disciplina. “Quando o sino tocava, era hora de fechar a porteira. Quem não estivesse ali até aquele horário não entrava mais. Tinha que dormir fora do núcleo”, lembra o senhor Afonso Camilo, ex-diretor e gerente da fábrica de tecidos.

Thompson (1998) estudou as mudanças ocorridas, ao longo dos anos, na percepção do tempo do trabalho. Ele observou que a industrialização e a introdução das máquinas no processo produtivo fizeram com o tempo do trabalho e a quantidade da produção fossem reguladas pelas máquinas e pelos mecanismos de controle exercidos pelos empreendedores. Quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva, o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa com outros de ociosidade²³². No trabalho fabril, não aconteciam essas alternâncias. O tempo do trabalho era regulado e disciplinado pela lógica do capital.

Na Minas oitocentista, o campo foi invadido pelos sons dos teares, que moldavam os fios e produziam toalhas, cobertas, riscados, mesclados, entre outros; pelo apito da caldeira, que marcava o início e o término do trabalho; pelos guizos das tropas, que traziam o algodão e levavam os produtos manufaturados pelo interior mineiro; pelo som do sino, pendente na varanda, que anunciava o toque de recolher e o repouso.

Todos esses sons, signos do *ethos* industrial, combinaram-se aos sons característicos do campo com o objetivo da manutenção do trabalho e da produção.

Possivelmente, junto aos primeiros apitos da caldeira, às cinco horas da manhã, ouvia-se no curral o mugir das vacas, que chamava para a ordenha matinal, e o cantar do galo, que anunciava o nascer do sol. O último apito da caldeira, às seis horas da tarde, talvez fosse acompanhado pela algazarra característica dos pássaros, comum quando o sol está se pondo. Os sons da modernidade industrial interagiam com os do mundo rural para promover o desenvolvimento do setor fabril-têxtil mineiro.

²³¹ DUARTE, Regina Horta. *Os Sinos, os Carros de Bois e a Locomotiva em São João Del Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX*. Revista Varia História. Belo Horizonte, UFMG. Nº 17, Março de 1997. p. 73.

²³² THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 271-272.

Junto à formação do espaço, à disciplina e aos sons que regulavam o tempo do trabalho na paisagem fabril mineira oitocentista, estavam as cores. Que cores eram essas a dar vida à paisagem fabril mineira?

3.3 Cores: as celebrações e a religiosidade operária

Nas fotografias em preto e branco, de Brás Martins da Costa, os arcos de bambus, as bandeirinhas e os ornamentos colocados às portas da fábrica de tecidos nos sugerem o colorido e a alegria celebrativa das festas religiosas. Com toalhas estendidas nas janelas e os operários vestidos com trajes “domingueiros”, a fábrica enfeitava-se para receber os convidados que vinham da cidade.

As fábricas de tecidos rurais eram os lugares do trabalho, mas também do exercício da forte religiosidade católica dos proprietários e operários. Em todos os depoimentos orais, os ex-operários lembraram com saudade as festas religiosas que aconteciam no núcleo. Segundo eles, a religião predominante entre os operários e os proprietários da Cia. União Itabirana era a católica.

Ao analisar outro contexto, a Inglaterra do setecentos, Thompson observou que a religião Metodista, de John Wesley, influenciou os fiéis na alfabetização, desde a infância, nas escolas dominicais até à vida adulta, fator responsável pela disciplina no trabalho. O historiador inglês considera ter sido, nos anos contra-revolucionários, após 1795, que o metodismo realizou seu maior avanço entre o operariado e agiu de forma mais evidente como força social estabilizadora ou regressiva²³³.

A disciplina dos fiéis, quanto ao trabalho e à alfabetização, é uma característica das religiões protestantes. O protestantismo chegou a Minas Gerais em 1884, com os missionários metodistas norte-americanos, que se instalaram em Juiz de Fora²³⁴. No entanto, a colonização brasileira é marcada pela forte religiosidade católica, que moldou nossos modos e costumes.

Na Cia. União Itabirana, foi erguida uma capela devotada a Santo Antônio, onde eram realizadas missas e festas religiosas. Em todo 13 de junho, havia a festa de Santo Antônio, padroeiro da capela. Para lá, afluíam autoridades, negociantes e pessoas da cidade²³⁵ que,

²³³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v. Coleção Oficinas da História. Vol. I. p. 47.

²³⁴ Documentos do Acervo Particular da Igreja Metodista Central de Belo Horizonte.

²³⁵ FERREIRA, Diva. *Memórias: Itabira – Minas*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1999. p. 52.

juntamente com os operários e proprietários, transformavam o dia dedicado ao santo em momentos de confraternização e celebração.

No dia dessa celebração, as atividades fabris eram suspensas para a promoção de rezas, novenas e brincadeiras. Às vésperas da festa, eram realizadas confissões, para que as pessoas pudessem participar da Comunhão²³⁶. Alvim recorda que o dia começava com dobras de sino, possivelmente o mesmo sino pendente da varanda da pensão, que anunciava o toque de recolher nos dias de trabalho. Ao repique do sino, seguia-se a missa, rezada em latim. Nessas ocasiões, celebrava-se a “Primeira Eucaristia” das crianças, antecipadamente preparada pelas professoras e catequistas.

Após a missa, era servido o almoço, à base de churrasco. Ao final do dia, acendiam-se uma fogueira e, à sua volta, acontecia um baile. Essa festividade reunia um grande número de pessoas: proprietários, operários, familiares e comunidade itabirana.

Nesses dias festivos, os operários da Fábrica de Tecidos da Pedreira eram convidados a celebrar com os companheiros da Cia. União Itabirana. Em retribuição, no dia do santo padroeiro da primeira, quando acontecia outra festa semelhante, todos se reuniam novamente. A Fábrica da Pedreira tinha como padroeiro São Sebastião e suas comemorações aconteciam em todo 20 de janeiro; no seu núcleo fabril, foi erguida, também, uma capela em homenagem ao santo de devoção.

O Natal marcava outra ocasião festiva. Era montado um grande presépio debaixo da varanda do sobrado e os operários encenavam peças de teatro que relembavam o nascimento de Jesus²³⁷.

Em depoimento oral, a ex-operária Maria da Fé Silva, a Dona Iaiá²³⁸, quando perguntada sobre as lembranças mais significativas do tempo em que morou no núcleo e trabalhou na fábrica de tecidos, recorda com saudade das encenações do Natal. O seu pai, o operário José Cândido da Silva, era quem organizava o auto-de-natal. Ele escrevia as peças e dividia os papéis entre os colegas. A entrevistada rememora a “*As Pastorinhas*” – encenação típica dos autos-natalinos, que representava o nascimento de Jesus.

“Eu fazia a estrela d’alva. Mais de vinte moças participavam da encenação. Cada uma recebia o nome de uma flor e vestia roupas de cores diferentes. Éramos convidadas para encenar a peça em diversos lugares. Era muito bonito”.

²³⁶ FERREIRA, Diva. *Memórias: Itabira – Minas*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1999. p. 53.

²³⁷ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 58.

²³⁸ A entrevistada nasceu no núcleo fabril em 01/08/1915. Seus pais e irmãos trabalharam na fábrica de tecidos. Ela começou a trabalhar na fábrica aos 10 anos de idade e, em 1936, deixou o trabalho fabril para se casar.

As moças que encenavam essa peça musical eram chamadas de “filhas de Maria”. O pai da entrevistada era o puxador de reza do núcleo fabril. Era ele quem organizava as rezas na capela do núcleo e auxiliava os padres quando presentes ali.

De acordo com Batalha (2003), por cultura entende-se não apenas a produção cultural, no sentido das peças de teatro, música, mas as celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias²³⁹. Dessa forma, as celebrações religiosas no núcleo fabril da Cia. União Itabirana eram uma forma de manifestação dessa cultura operária.

Em várias fotografias de Brás Martins da Costa, os padres estão presentes. No Relatório da Diretoria, de 15 de agosto de 1915, consta no balanço social da fábrica o seguinte lançamento: “Esmola para o sino da Matriz, 50\$000”.

A religiosidade dos proprietários e dos operários da Cia. União Itabirana é evidenciada pelos depoimentos orais, pelos relatórios oficiais e pelas fotografias de Brás Martins da Costa.

Colocar bandeirinhas, fazer arcos de bambus, dispor os enfeites na porta da fábrica e estender os tecidos nas janelas eram ritos festivos que promoviam a integração entre os operários, proprietários e membros da comunidade itabirana, além de mostrar a todos o que era produzido em dias de trabalho. No dia-a-dia, quando não havia o colorido e as músicas, os ruídos das máquinas e dos apitos da caldeira regulavam a ética do trabalho fabril.

Na paisagem fabril mineira do oitocentos, a modernidade industrial movia-se e comportava-se de maneira ambígua: promovia o encontro do mundo rural com o universo fabril na diversidade da mão-de-obra, na distribuição espacial, nos sons que deram o tom do progresso e nas cores que marcaram sua religiosidade católica. Essa paisagem fabril foi tão heterogênea quanto o próprio discurso da modernidade que se almejava.

²³⁹ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. pp. 96-97.

3.4 Vivências Operárias: os trabalhadores da Cia. União Itabirana

Halbwachs (1990), autor de influência Durkheiminiana, publicou livro sobre a *Memória Coletiva*. Nele, o autor considera que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. A memória coletiva dependeria do poder social do grupo que a detém porque, na rememoração, as pessoas não lembram das imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais que estão agindo no presente.

O grupo social é o lugar onde se desenvolvem as memórias coletivas e que fazem delas algo vivo e passível de transformação pelo desenrolar das mudanças do tempo, pois a memória é sempre vivida através da noção de pertencimento físico e afetivo a esse grupo social. De acordo com esse autor,

“para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum”.²⁴⁰

O autor mostra que a memória de grupo tem a função de criar laços de solidariedade, por isso mesmo é seletiva, ou seja, promove esquecimentos que poderiam desmontar o grupo. A esse “concordar” destacado por Halbwachs, Le Goff (2003) chamou de “censura de memória”.²⁴¹ A memória é seletiva, toda censura pressupõe esquecimento; a seleção promove uma espécie de negociação entre as duas memórias. O esquecer e o lembrar têm o objetivo de inserir a memória individual na coletividade à qual ela pertence. Essa negociação está, antes de tudo, ligada à afetividade. Pierre Nora (1978) definiu a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” e a isso, ele somou sua teoria a respeito da memória-histórica²⁴². Para pensar essa memória-histórica, o autor cunhou o conceito de “lugares de memória”: arquivos, bibliotecas, museus, cemitérios, arquiteturas e, ainda, os lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários, entre outros.²⁴³

²⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 12.

²⁴¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 466.

²⁴² Citado por LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 466.

²⁴³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 467.

A memória não tem a faculdade de reconstruir o tempo, mas também ela não o anula. Ela o evoca e o ordena no exercício da rememoração. Nesse exercício, imagens são criadas, desenhos mentais são formados para que a memória se estabeleça. Dessa forma, memória e imaginação estão intimamente ligadas.

Pensando nessa memória coletiva, fomos buscar num grupo de ex-operários da fábrica de tecidos estudada, as representações acerca do trabalho estabelecidas no núcleo fabril, nos mundos do trabalho e do não-trabalho. Os seus relatos possibilitaram analisar o que não foi encontrado em fontes ou que elas não conseguiram dizer, ou seja, o cotidiano fabril, as relações pessoais, os sentimentos e o que ficou do passado, no presente.

Pollack (1992) entendeu que, quando se realizam entrevistas de histórias de vidas, o que se recolhe são memórias individuais. No entanto, essas memórias individuais estão submetidas a uma identidade coletiva, como bem já havia observado Halbwachs. Em suas palavras, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²⁴⁴

Nesse sentido, o poema a seguir, escrito por Elzinha Silva Cruz, ex-operária da Companhia União Itabirana, já falecida, reflete uma memória individual mas como se verá, evidencia um consenso com a memória coletiva. Na fábrica, trabalharam também seus pais e irmãos. Elzinha era filha de José Cândido da Silva e irmã da Dona Iaiá, ex-operária citada anteriormente. Era a filha mais velha do casal de operários, nasceu no núcleo, no início do século XX e, quando alcançou a idade suficiente, foi engajada no processo produtivo. Saiu da fábrica para casar, como tantas outras operárias. Em 2004, época da montagem do projeto de pesquisa deste estudo, esse poema foi apresentado por uma de suas irmãs, Izabel Silva Costa, também ex-operária da fábrica de tecidos, como uma recordação de família.

Transcrevemos, a seguir, o poema:

²⁴⁴ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Retrato de minha terra

Elzinha Silva Cruz

Gabiroba já foi fábrica
de tecido algodão
onde muitos pais de família
para os filhos defendiam o pão

A origem deste nome
para quem não sabe vou falar
derrubaram um grande pé de
gabiroba
montaram a fábrica no local

Por aquelas imediações
gabiroba não faltava
e aquela fruta gostosa
a gente saboreava

Gabiroba fruto doce
Mas não pode morder a
sementinha
A boca fica ardendo
Como se mordesse uma
pimentinha

Este é o lugar onde nasci
e também fui criada
Nove anos trabalhei na fábrica
E saí depois de casada

A casa em que morei
Desde os quinze dias de
nascida até casar
Tinha uma grande pedra na
frente
Onde sentávamos para
conversar e cantar

Os operários eram pobres
Mas tinham felicidade
Todos se conheciam
E tinham grande amizade

Quando adoecia um vizinho
Todos se preocuparam com
isso
Passavam noite em claro
Prestando ao amigo o serviço

Os pais criavam seus filhos
Com um pequeno salário
E quando estes cresciam
Se tornavam também operário

Os fogões eram a lenha
A gás a gente nem conhecia
Para cozinhar tirava a lenha
Nas matas da companhia

Água para lavar e cozinhar
Tinha perto da porta da cozinha
Mas água para beber
Era buscada na biquinha

Água nascida ali mesmo
Por isso muito limpinha
Tenho sempre na lembrança
Aquele água da biquinha

E a nossa escolinha
Como é bom lembrar
Quando tinha professora
A gente podia estudar

Na hora do recreio
Era aquela algazarra
A gente brincava de manjar
E também jogava barra

O estudo foi pouquinho
Terceira ano primário nada
mais
Um grande ensino eu tive
Aquele que veio de meus pais

Muitas moças e rapazes
Tinham na fábrica colocação
Para trabalhar na tecelagem
E também na fiação

Moças ou rapazes que
moravam longe
Não tinham preocupação
Tinham ali onde dormir
E também alimentação

Ninguém pagava aluguel
Das casas da companhia
E para poder plantar
Cercava o quanto queria

Tinham também liberdade
De possuir criação
Os pastos da companhia
Estavam à disposição

Se um operário filho ou esposa
Precisasse de medicação
Tinham médicos e remédios
E ninguém pagava não

Tinha também uma capelinha
Santo Antônio era padroeiro
O dia treze de junho
Era festa o dia inteiro

Corria por ali um riacho
Com uma pequena cachoeira
Que por nós era conhecida

Com o nome de pedreira

Nesta pequena cachoeira
Aos domingos íamos passear
Não resistindo aquela água
A gente resolvia a nadar

Com todas essas facilidades
Como todos podem ver
O salário era pequeno
Mas dava para sobreviver

Desde que me casei
Vim morar em outra cidade
Quando encontro as velhas
Matamos um pouco a saudade

Esta fábrica foi vendida
As máquinas levadas para a
capital
Para os operários esta venda
Foi um descontrole total

Não existindo mais fábrica
As casas ficaram abandonadas
E aos poucos estas casas
Foram sendo derrubadas

Também a nossa capelinha
Ao abandono não agüentou
Aos poucos foi caindo
E por fim desmoronou

De tudo que ali existia
Pouca coisa restou
Até mesmo as gabirobas
Que havia ali acabou

O tempo foi passando
O terreno foi loteado
Construíram novas casas
E um bairro foi formado

A fábrica não mais existe
Mais seu nome ainda esnoba
Deixando de ser fábrica
Passou a ser bairro Jardim
Gabiroba

Na cidade de Itabira
Este bairro está situado
Encerrando quero deixar
O meu muito obrigado

Gabiroba, Gabiroba
Onde estão seus gabirobais
Quem te viu e quem te vê
Hoje não conhece mais!

Fui passear na Gabiroba O lugar onde nasci A mudança foi tão grande Por lá quase me perdi	Até a ponte onde eu passava Foi mudada de lugar Tudo que lá conheci Já deixou de existir O progresso lá chegou Para tudo destruir	Gabiroba não tem mais Nossa fábrica acabou Da antiga Gabiroba Só saudades me restou.
Para chegar onde queria Foi preciso perguntar		

O poema demonstra, guardadas as particularidades, uma espécie de memória coletiva dos ex-operários da fábrica, como pôde ser identificado por meio dos depoimentos orais. Nele, há uma memória sacralizada sobre a fábrica de tecidos. “Os operários eram pobres / Mas tinham felicidade / Todos se conheciam / E tinham grande amizade”. No título do poema, a ex-operária associa o cotidiano da fábrica de tecidos à sua terra natal, ou seja, o seu local de nascimento, no caso, o núcleo fabril. Ela se identifica, possui uma memória de pertencimento àquele grupo social do núcleo fabril.

A fábrica não existia mais quando ela escreveu o poema, o que existia eram suas lembranças, rememoradas nostalgicamente. Os conflitos, as disputas diárias entre os mundos dos empreendedores e o dos trabalhadores são ocultados em suas palavras. Com isso, podemos pensar na “censura de memória”, exercida pelo controle paternalista das relações de trabalho.

Reportamos, novamente, aos conceitos de paternalismo analisados anteriormente, e percebemos que os laços de lealdade e de confiança permaneceram mesmo após a destruição física da fábrica de tecidos. “Moças ou rapazes que moravam longe / Não tinham preocupação / Tinham ali onde dormir / E também alimentação. Ninguém pagava aluguel / Das casas da companhia / E para poder plantar / Cercava o quanto queria. Tinham também liberdade / De possuir criação / Os pastos da companhia / Estavam à disposição”.

Os benefícios da relação paternalista de trabalho, como auxílio à moradia, alimentação, escola e serviço médico são descritos como excepcionalidades que proporcionavam felicidade aos operários. Esses benefícios não eram recebidos pelos trabalhadores como parte da manutenção da produção, já que moravam no núcleo com suas famílias e necessitavam deles para a subsistência. Os empresários deveriam assegurar que os operários não os entendessem dessa forma e, pelas evidências, o objetivo foi alcançado, conforme demonstra o poema acima e os depoimentos orais.

Ao observar o poema e o nosso objeto de análise, ficam algumas questões que nos possibilitam utilizar o particular, do estudo de caso, para pensar o geral. Que trabalhador fabril era esse que estava se formando na Minas oitocentista, quando as atividades

econômicas ainda se baseavam no regime escravista? Quem eram esses trabalhadores transformados em operários disciplinados pelos proprietários das fábricas de tecidos?

Batalha (2003) observou que a formação da classe operária não é um resultado mecânico da existência da indústria ou da abolição da escravidão, mas é decorrente de um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo seu fazer-se e desfazer-se. Para esse autor, a classe surge na organização, na ação coletiva e em toda manifestação que afirma o seu caráter de classe.²⁴⁵

Os estudos de Batalha estão alicerçados em autores como Hobsbawm (1979 e 1987) e E. P. Thompson (1987 e 1998). Para eles, a análise da classe trabalhadora não se restringe apenas ao aspecto sócio-econômico, mas está imbricada nas relações políticas, ideológicas e culturais. Thompson (1987) observou que a formação da classe trabalhadora não é um simples processo linear e evolutivo, com começo, meio e fim. É no *fazer-se* que a *classe* se constitui. Ele entende *classe* como um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Para esse autor, *classe* não é uma estrutura, nem mesmo uma categoria, mas algo que ocorria efetivamente nas relações humanas²⁴⁶. Dessa forma, a *classe* não teria surgido de forma completa em um dado momento, mas estaria presente em sua própria formação. Uma *classe* surge quando pessoas reunidas articulam a identidade de seus interesses entre si e contra interesses de outros grupos.

No entanto, Batalha verificou que os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos, desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício, tais como tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros e padeiros²⁴⁷. Esses trabalhadores, por possuírem conhecimento de determinado ofício, mesmo submetidos a um patrão, estavam em melhores condições de se organizar e reivindicar do que os demais operários que apenas emprestavam aos empresários sua força de trabalho, como era o caso dos trabalhadores das fábricas de tecidos.

²⁴⁵ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 173.

²⁴⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v. Coleção Oficinas da História. Vol. I. p. 09

²⁴⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 170

Muitas vezes, para os trabalhadores fabris, as formas de resistência não se faziam em sindicatos, mas eram aprendidas na própria fábrica. Era no dia-a-dia que a resistência silenciosa se fazia presente. Nem sempre as conquistas obtidas pela classe trabalhadora decorriam de movimentos revolucionários. Como no sistema paternalista, que possuía sutilezas em suas formas de manipulação e controle do operariado, também os operários agiam sutilmente, através de conciliações, disputas e pequenas reivindicações.

Em toda a história da Cia. União Itabirana, foi encontrado apenas um registro de reivindicação explícita, por parte dos operários. Foi a chamada “greve da canjiquinha”. De acordo com relato de Alvim, confirmado pelas entrevistas orais, essa greve teria acontecido na década de 1920. Num certo dia, no horário de almoço, os operários chegaram ao refeitório e, mais uma vez, seria servido o prato canjiquinha²⁴⁸, como refeição do dia.

Entretanto, naquele dia, os operários rejeitaram o prato, que era servido com bastante frequência, segundo alguns relatos orais. Abandonaram os postos de trabalho para solicitar mudança no cardápio. Com o comprometimento do gerente de que aquele prato não seria mais servido, os operários voltaram ao trabalho.

Segundo Paoli (1987), “os dominados existem, têm voz própria e, até mesmo, longe de serem alienados e passivos, têm um saber autônomo e quase ilimitado”²⁴⁹. Por meio de estudos da historiografia social do trabalho, a classe trabalhadora passou a ser concebida como agente social e deixou de ser apenas objeto de dominação por parte dos empreendedores e se tornou, junto com ele, agente de transformação.

No núcleo fabril, o processo de formação da identidade operária desenvolvia-se no dia-a-dia, no cotidiano, na prática de atividades comuns, no sentimento que unia a todos, fosse ele de orgulho ou de revolta. Juntos, nos momentos de lazer e, também, nos de trabalho, quando eram compartilhados ideais, reivindicações, conquistas e sonhos, germinava lentamente essa identidade de *classe* de que fala Thompson (1987). No entanto, não é possível afirmar que uma classe operária, com identidade e valores arraigados, tenha se formado entre os trabalhadores da Cia. União Itabirana. As fontes indicam muito mais ambigüidades do que uma homogeneidade de pensamentos entre esses trabalhadores.

Nos domingos de descanso, alguns operários da Companhia União Itabirana iam para o município de Itabira, os outros permaneciam no núcleo, conforme relata Alvim:

²⁴⁸ Canjiquinha: regionalismo, Minas Gerais; sopa de milho quebrado com carne e verduras. Fonte: Dicionário Houaiss.

²⁴⁹ PAOLI, Maria Célia. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Marco Zero e UFRJ, 1987. p. 54.

“Os homens que restavam passavam o dia de folga caçando ou pescando, quando não tomando banho de rio. Outros batiam bola-de-meia, improvisando peladas no pasto, transformado em campo de futebol. Os mais idosos faziam roda de truque ou truco. (...) as mulheres batiam peteca ou formavam rodas, cirandas, cantando modinhas não raro acompanhadas de violeiros e sanfoneiros. Algumas, mais idosas, faziam renda de bilro e fofocavam os acontecimentos da semana”.²⁵⁰

Dentro do núcleo fabril, os operários trabalhavam e, também, passavam os seus momentos de folga. Dessa forma, o poder disciplinador exercido pelos empresários no interior da unidade produtiva era estendido para a vida privada e social do trabalhador e de suas famílias. Giroletti considerou que as companhias têxteis auto-investiram-se de algumas prerrogativas específicas do Estado e utilizaram o poder econômico e ideológico para conformar o comportamento dos operários.²⁵¹ Até mesmo nos momentos de lazer, os olhos dos empresários estavam direcionados para a sua força de trabalho, já que esses habitavam o núcleo.

Os núcleos e vilas eram constituídos para manutenção da produção e, pretendia-se ali, a formação de uma nova figura de trabalhador e, porque não, de uma nova sociedade, mais racional, higiênica e disciplinar. Para os empresários-industriais, os objetivos não se restringiam apenas ao lucro e à produtividade de sua unidade fabril-têxtil, mas incluía-se, também, a constituição de uma nova maneira de trabalhar e de produzir, relacionada com princípios de moralidade, religião, disciplina e racionalidade.

Foi possível perceber, até aqui, o tipo de trabalhador que estava se formando na paisagem fabril itabirana. No entanto, como acontecia a contratação da mão-de-obra das primeiras fábricas de tecidos de algodão? Onde foram recrutados? De qual base social eram provenientes?

Giroletti observou que essa mão-de-obra foi recrutada, a princípio, entre: a) artesãos, sobretudo carpinteiros, ferreiros e pedreiros; b) camponeses ou trabalhadores rurais, que constituíram a base social mais importante de todas; c) indivíduos sem identidade social, cultural ou comunal definida – libertos, escravos, ex-escravos, mestiços, filhos naturais ou indivíduos livres, mas pobres e despossuídos; e d) menores, órfãos e mulheres (órfãs e viúvas, moradoras dos conventos).²⁵²

²⁵⁰ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissextos*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 57.

²⁵¹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 211.

²⁵² GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. pp. 105-106.

Alvim noticia que os operários da Cia. União Itabirana foram recrutados, a princípio, entre os escravos e substituídos, após a abolição, por operários livres. No entanto, a informação de que os primeiros operários dessa fábrica foram contratados entre os escravos é controversa. Nas correspondências e relatórios oficiais da fábrica de tecidos, não há qualquer evidência sobre escravos ou ex-escravos que teriam trabalhado ali. O diretor Domingos Guerra informou, em Correspondência à sede da província, em 1886, que “os salários diários eram de 5\$ a 10\$, sendo todos alimentados à custa da Companhia”²⁵³. Esse dado indica que não existiam escravos como trabalhadores da fábrica, já que todos recebiam salário.

Pelas fotografias de Brás Martins da Costa, podemos observar a existência de alguns negros na fábrica de tecidos, o que não significava que fossem ex-escravos: poderiam ser libertos ou homens livres.

Em depoimento oral, o senhor Benedito Geraldo Alves, o Bené Gabiroba, nascido no núcleo fabril e filho de operário, afirmou existir ali um negro forte, de nome José Adriano, possivelmente descendente de escravos que trabalharam na Cia. União Itabirana. Mencionou, ainda, ter ouvido muitas histórias sobre os escravos pertencentes ao primeiro grupo de operários. Segundo ele, esses teriam, inclusive, construído as edificações da fábrica de tecidos. Talvez sejam essas mesmas histórias que Alvim ouviu quando criança, pois também nascera no núcleo fabril e passara boa parte da infância ali. No entanto, pelos documentos e relatórios oficiais, não foi possível verificar a veracidade das informações oferecidas pelos depoimentos e pelas crônicas de Alvim.

Para Libby, a mão-de-obra das fábricas de tecidos mineiras do final do século XIX era basicamente constituída de homens, mulheres e crianças livres. Segundo esse autor, 56,9% dos operários mineiros desse período eram do sexo feminino e quase um terço compunha-se de crianças²⁵⁴. A Fábrica São Sebastião, de propriedade da família Mascarenhas, foi um caso atípico por utilizar, como maioria de sua mão-de-obra, escravas. Sobre a composição do operariado da Fábrica São Sebastião, Libby afirmou:

“a maior parte de sua mão-de-obra até a Abolição foi composta de escravos (sobretudo escravas) que haviam sido adquiridos para trabalhar na fazenda do mesmo nome. A São Sebastião foi provavelmente a única indústria têxtil em Minas onde o trabalho compulsório predominou sobre o livre e onde as tecelãs escravas,

²⁵³ Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886.

²⁵⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. p. 233 e 235.

práticas no processo artesanal doméstico, foram integralmente aproveitadas na indústria”.²⁵⁵

Um dos depoimentos orais, de uma ex-operária da Cia. União Itabirana – Maria da Conceição Araújo – é significativo para exemplificar a contratação de uma parte dessa mão-de-obra mencionada: a contratação das viúvas. Segundo ela, a mãe ficou viúva, na década de 1920, com cinco filhos pequenos para criar:

“Ela não tinha ganhame nenhum para cuidar da gente (...) para a fábrica foi primeiro eu e depois meu irmão. Como eu sou a filha mais velha fui primeiro, o meu outro irmão foi depois. Os outros não teve como levar porque eles não tinham idade. Eu fui junto com minha mãe, agora a outra foi depois porque não tinha idade completa, né?! Depois tinha outra que trabalhava na roça e minha mãe levou, era a mais nova. Foram três que trabalharam na fábrica. Nós morávamos no porão. Depois o outro gerente (Sr. Abel Camilo de Oliveira) fez a casa do outro lado do rio e fomos morar lá”.²⁵⁶

Pobre e sem recursos, procurou emprego na fábrica de tecidos. Os irmãos mais novos ficaram morando com a avó e, mais tarde, dois desses foram admitidos pela fábrica. Dona Maria foi admitida em 1933, antes de completar treze anos. Entretanto, em sua carteira de trabalho, apresentada no dia da entrevista, em bom estado de conservação, percebemos que a data de nascimento foi alterada para que ela pudesse ser admitida. Na carteira, constava o nascimento em 27 de junho de 1920; mas, segundo o registro, a entrevistada nascera em 27 de julho de 1921. Esse dado evidencia como a fábrica de tecidos burlava uma das primeiras tentativas governamentais de legitimar as relações de trabalho na década de 1920: a proibição do emprego de menores.

O Código de Menores, publicado com o Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, previa em seu Artigo 101: “*é proibido em todo o territorio da Republica o trabalho nos menores de 12 annos*”.²⁵⁷ O código tinha como um de seus objetivos regulamentar o trabalho dos menores dentro dos empreendimentos fabris.

A mãe da senhora Maria da Conceição Araújo e as outras mulheres viúvas que trabalhavam na fábrica não moravam no alojamento das moças solteiras. Possuíam alojamento separado, onde residiam com os filhos. No caso da Cia. União Itabirana, as viúvas moravam no porão do sobrado, ao lado do refeitório. Na década de 1940, a diretoria da fábrica

²⁵⁵ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 88.

²⁵⁶ Entrevista oral realizada no dia 07 de março de 2006. Itabira – MG.

²⁵⁷ Decreto nº 17.943-A de 12/10/1927.

de tecidos construiu para a família da entrevistada uma residência própria, dentro do núcleo fabril.

A depoente foi alfabetizada na escola mantida pela fábrica e, mais tarde, conheceu o seu esposo ali. À época, ele trabalhava no armazém e, ela, no tear. Ainda segundo o relato, aconteciam muitos namoros e alguns casamentos entre os operários da fábrica. Quando se casaram, em 1946, Maria da Conceição deixou de trabalhar na fábrica, mas continuou a residir no núcleo com o esposo²⁵⁸. Ali, tiveram filhos e moraram até 1964, data em que a Cia. União Itabirana encerrou as atividades e foi fechada. A mãe e a irmã da entrevistada também residiram no núcleo até o fechamento da fábrica, quando todos tiveram que mudar.

Pela entrevista da senhora Maria da Conceição Araújo, podemos observar que a fábrica admitia viúvas e órfãos; prestava-lhes assistência e recebia de volta gratidão, confiança e lealdade. Conforme já foi dito, alguns dos princípios das relações paternalistas de trabalho são a continuidade na relação de dependência, a criação de laços de confiança e a lealdade pessoal.²⁵⁹ Todos esses aspectos foram identificados, em diversos momentos, nas relações de trabalho que se estabeleceram na fábrica de tecidos estudada.

Como mencionado no início do capítulo, ao lado dos trabalhadores livres e de um contingente pequeno de escravos, a paisagem fabril-têxtil mineira era também composta por técnicos estrangeiros vindos, principalmente da Inglaterra, para a montagem das máquinas e capacitação do pessoal.

Com a aquisição do maquinário importado, os empresários brasileiros previam a contratação de técnicos estrangeiros para montagem e ajustamento das máquinas e organização da produção. Nos núcleos fabris, os proprietários erguiam residências especialmente para eles, que vinham sozinhos ou com suas famílias. Na Fábrica do Cedro²⁶⁰, assim como na Cia. União Itabirana, esses técnicos possuíam residência própria.

Stein considerou que a contratação de técnicos estrangeiros para a instalação das fábricas de tecidos e treinamento de pessoal era prática comum, já que não havia no Brasil mão-de-obra qualificada para instalação e início das atividades do setor fabril. Sobre a qualificação da mão-de-obra local e contratação de técnicos estrangeiros, afirmou:

“Nem o escravo, nem o trabalhador assalariado brasileiro tinham grandes habilidades mecânicas. Os proprietários das fábricas

²⁵⁸ Essa era uma trajetória comum das ex-operárias entrevistadas. Quando casavam saíam da fábrica, mesmo que continuassem morando no núcleo com os maridos, caso eles fossem também operários.

²⁵⁹ LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 7.

²⁶⁰ Referência em LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 238

precisavam de técnicos competentes e estavam dispostos a contratar homens e mulheres no exterior para manejar as suas máquinas e treinar operários de ambos os sexos. (...) Na Inglaterra, primeiro, e depois no continente europeu, onde a revolução industrial criara um contingente numeroso de artesãos, mecânicos e técnicos especializados em fiação e tecelagem do algodão, os empresários brasileiros foram buscar a nata da sua mão-de-obra para colocar as suas fábricas em funcionamento e treinar os seus trabalhadores”.²⁶¹

Após a montagem das máquinas, acontecia a capacitação da mão-de-obra local, no que diz respeito à operação e manutenção do maquinário. A capacitação evitava a dependência da mão-de-obra dos técnicos estrangeiros.

A Cia. União Itabirana, empregou, inicialmente, maquinistas ingleses para a montagem do maquinário, assim como a Fábrica do Cedro também o fez. De acordo com Mascarenhas (1954), “com dois mecânicos ingleses, Nicholson e Barnes, Bernardo Mascarenhas, proprietário desta indústria, fez o trabalho”²⁶².

De que maneira se dava esse entrelaçar de relações entre trabalhadores brasileiros e técnicos estrangeiros? Com origens distintas – de um lado, trabalhadores pobres do meio rural e, de outro, os técnicos capacitados de origem européia – seria pacífico esse encontro na paisagem fabril-têxtil mineira?

O Relatório da Comissão de Inquérito Industrial, de 1882, registra que a Cia. União Itabirana empregou três maquinistas ingleses no início das operações. Porém, houve uma série de desavenças entre a diretoria e esses três maquinistas. Somente o quarto, um norte-americano, conseguiu colocar a fábrica para funcionar.²⁶³

Também Alvim relata que vários técnicos estrangeiros passaram pela Cia. União Itabirana, desde os primeiros montadores, que ele não conheceu, até os dois últimos, com os quais havia convivido longamente²⁶⁴. Ao citá-los, conta que o primeiro, Mr. André, era um inglês alto e rosado, que dava aula de inglês para os filhos do gerente quando esses estavam de férias na fazenda. Devido à idade avançada e a uma úlcera duodenal, foi para o Rio de Janeiro, onde seria tratado da doença. O outro, um alemão, chamado Jorge Mütter, casado com Dona Antonieta com quem tinha uma filha, a Lilô. A família instalou-se na sede da

²⁶¹ STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 64.

²⁶² MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1954. p. 41.

²⁶³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 228 citando o *Relatório da Comissão de Inquérito Industrial*.

²⁶⁴ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissextos*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 69.

fazenda com a família do gerente, pois a casa destinada a ela se encontrava em reforma. No entanto, esse segundo, quando embriagado, inculcava nos operários idéias comunistas, o que não agradava ao gerente Juca Alvim, que o proibiu severamente de aliciar os operários para o comunismo. Os desentendimentos chegaram a tal ponto que, certo dia, durante uma discussão, o técnico alemão foi demitido e teve que se retirar do núcleo fabril na mesma noite.²⁶⁵

Percebemos que, num primeiro momento, a contratação de técnicos estrangeiros era necessária para montagem das máquinas e capacitação de mão-de-obra. No entanto, os contratemplos, como os que aconteceram na Cia. União Itabirana, aliados aos custos elevados dessa mão-de-obra em relação à local, fizeram com que a substituição desses técnicos por trabalhadores brasileiros acontecesse aos poucos.

No Relatório da Comissão de Inquérito Industrial, evidencia-se a substituição dos técnicos estrangeiros por trabalhadores nacionais. Sobre a qualificação da mão-de-obra local, Domingos Martins Guerra informou:

“O maquinista que dirige o estabelecimento há 18 mezes é brasileiro, filho mesmo deste lugar e que aprendeu o que sabe aqui mesmo; tem revelado muitas propriedades e bom gosto para os tecidos, mas não tem ainda adquirido essa actividade a necessária ordem na distribuição do trabalho e por isso podendo o estabelecimento produzir diariamente 1500 metros de panno grosso e 900 de fino, não tem excedido de 800 e de 1200”.²⁶⁶

Esse maquinista citado era o senhor Cândido Elisiário Barbosa, o senhor Candinho, como era chamado. Em vários relatórios anuais da diretoria, eram solicitadas e concedidas gratificações pelo trabalho desse maquinista.

No Relatório de 15 de agosto de 1903, em três momentos foram citados os serviços prestados pelo senhor Candinho :

“... Em seguida pediu a palavra o gerente José Cesário de Faria Alvim e verbalmente propôs à Assembléa, conceder uma gratificação de 15% de seus ordenados ao sr. Machinista Cândido Elisiário Barbosa, auxiliar muito dedicado ao progresso do estabelecimento como ficou plenamente justificado em relatório da directoria. Submetida a discussão a proposta foi ella aprovada unanimemente”.

“Todos tem sido assíduos ao serviço sabendo acatar as ordens emanadas de seus superiores hierarchicos havendo perfeita disciplina. É de se notar o modo dedicado e intelligente com que tem se portado o actual

²⁶⁵ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissextos*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 70.

²⁶⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 238 citando o Relatório da Comissão de Inquérito Industrial.

Machinista Snr. Candido Elisiário Barbosa, que parece querer encarnar em si a prosperidade do estabelecimento na parte que lhe é peculiar”.

“Deliberou também a assembléa conceder um aumento de 15% ao Snr. Candido Elisiário Barbosa, hábil e dedicado machinista da Fábrica, que conta mais de 20 anos de excelentes serviços”.

Os serviços desse operário foram ressaltados, recebendo um aumento de 15% nos seus salários pela dedicação à fábrica de tecidos. De acordo com Alvim, o maquinista ocupava lugar de destaque na hierarquia da fábrica. Além de maquinista-chefe, ele era inspetor de disciplina. Muito rígido, era respeitado e obedecido pelos operários. E acrescenta: “era mulato e sarará meio acobreado, os cabelos em pixaim, já grisalhos. Vestia-se sempre de preto, com uma corrente dourada do relógio atravessada sobre o colete. Era um misto de capitão-do-mato e curandeiro, conhecedor de chás e mesinhas para todos os males. E, ainda, puxava rezas, à hora do Ângelus (hora da ave-maria), na capela, assistido por numerosos fiéis”.²⁶⁷

Ainda, segundo o memorialista, era um alívio para os operários quando o senhor Candinho se retirava, nos finais de semana, para a propriedade rural da família: o homem era impulsivo, severo nos castigos que aplicava por conta própria nos faltosos. No entanto, apesar desse rigor, muitos operários davam seus filhos para que ele batizasse e mesmo as crianças que não eram batizadas por ele estendiam-lhe as mãos tomando a bênção de padrinho, em sinal de respeito.

Esse operário era premiado pelos empreendedores por seus serviços disciplinadores e os operários o temiam e o respeitavam. Esses aspectos ressaltam a questão da disciplina dentro do sistema produtivo. A produção da disciplina repousava na relação direta e imediata e no exercício contínuo do controle e da fiscalização do mestre sobre os subordinados. Vigiava-se a pontualidade e o cumprimento do horário, não apenas com a intenção de verificar a presença, mas como objetivo de extrair, cada vez mais, o tempo produtivo²⁶⁸ e moldar uma nova figura de trabalhador.

A formação das escalas hierárquicas móveis e intercambiáveis funcionava no cotidiano como formas mútuas de autocontrole. A disciplinarização dos operários seria assegurada pelas várias hierarquias em que estava dividido o corpo de trabalhadores. Havia a hierarquia funcional, a espacial e a salarial. Essas hierarquias reforçavam a formação da

²⁶⁷ ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissextos*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980. p. 59.

²⁶⁸ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 194.

disciplina e fazia com que os próprios operários se vigiassem mutuamente, de acordo com a escala hierárquica²⁶⁹. O senhor Candinho ocupava o topo dessa hierarquia.

No entanto, para que o operário produzisse satisfatoriamente teria que ter domínio do processo técnico. A respeito do processo de aprendizagem e do contato com as máquinas, pelo trabalhador, Marx afirmou que

“para trabalhar com máquinas, o trabalhador tem de começar sua aprendizagem muito cedo, a fim de adaptar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato. Quando a maquinaria como um todo forma um sistema de máquinas diferentes, operando simultâneas e combinadas, exige a cooperação nela baseada uma distribuição das diferentes espécies de grupos de trabalhadores pelas diferentes espécies de máquinas. Mas, a produção mecanizada elimina a necessidade que havia na manufatura, de cristalizar essa distribuição, anexando permanentemente o mesmo trabalhador a uma mesma função. Não partindo do trabalhador o movimento global da fábrica, mas da máquina, pode-se mudar o pessoal a qualquer hora sem interromper o processo de trabalho”.²⁷⁰

Esses primeiros trabalhadores das fábricas de tecidos, muitos deles acostumados ao trabalho no campo, tiveram que adaptar o seu ritmo de trabalho ao tempo e ritmo das máquinas. Marx realiza uma reflexão sobre a mecanização do processo de trabalho. Com a introdução das máquinas, o componente humano não possui mais o saber técnico da manufatura, os operários poderão ser substituídos quando for necessário, sem prejuízos para o processo de trabalho. No entanto, quanto mais cedo o trabalhador se familiarizasse com as máquinas, melhor seria para o processo produtivo. A contratação de menores, conforme mencionado, era utilizada em larga escala nas fábricas de tecidos de algodão e poderia estar ligada, além da especificidade do trabalho dos menores nas fábricas, a essas concepções elaboradas por Marx.

Normalmente, a capacitação técnica acontecia dentro das próprias fábricas de tecidos. O operário comum era imediatamente engajado na produção e seu aprendizado se fazia na fábrica com o mestre, com o corpo técnico ou com colegas mais chegados que demonstrassem maior experiência profissional.²⁷¹

Ao comparar a realidade das fábricas estudadas por Giroletti e a da Companhia União Itabirana, no que diz respeito à capacitação técnica, identificamos que o processo de

²⁶⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 195.

²⁷⁰ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1982. p. 481.

²⁷¹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 173.

aprendizagem era semelhante. Tal deveria ser a situação entre as outras fábricas mineiras do período estudado, pois elas precisavam estar em pé de igualdade, no que diz respeito à produção, para competir no mercado.

Em depoimento oral, a senhora Argentina Martins²⁷², 83 anos, ex-operária da Cia. União Itabirana, relatou sua experiência que pode se estender ao processo de aprendizagem dentro das fábricas de tecidos mineiras, no período estudado.

“Quando eu cheguei para lá, eu trabalhava na caneleira, depois trabalhei na fiação, porque é lá que a gente aprende a esperteza, né, agilidade, né, de fazer as coisas depressa porque aqui ó, você tem que botar a linha lá para ela descer junto senão você vai ter engolido o braço. E depois eu trabalhei de tecelã”.

O processo de constituição da cultura fabril de dona Argentina coincide com as das outras ex-tecelãs da mesma fábrica²⁷³. Em geral, as mulheres trabalhavam, primeiramente, na fiação, para adquirir experiência e habilidade, para depois assumir o posto de tecelãs. Ser tecelã era o objetivo da maioria das operárias da fábrica de tecidos, pois nessa função recebia por metro de pano produzido, alcançando maior remuneração mensal em relação às outras mulheres que trabalhavam na fiação ou na caneleira, por exemplo.

Dona Argentina e sua irmã, Josefina Martins (já falecida), que também trabalhou na União Itabirana, possuíam contato anterior com a roca e com o tear domésticos. A mãe era costureira e sabia tecer na roca: batia o algodão e fazia uma espécie de arco de flecha; desse arco puxava o algodão até formar uma linha e fazer uma espécie de meada. A meada, a mãe colocava no fuso, enrolava e tecia com a linha fininha. A produção era consumida em casa e oferecida aos vizinhos necessitados.

O relato de dona Argentina demonstra que, mesmo possuindo experiência com a roca e o tear domésticos, na fábrica de tecidos ela e a irmã passaram pelo mesmo processo de aprendizagem que as outras mulheres. Essas observações apontam para o fato de que a produção caseira de panos não capacitava mão-de-obra para as fábricas de tecidos. O que estava acontecendo nas fábricas de tecidos era a introjeção de uma nova cultura do trabalho, no período, em que as máquinas, conforme afirmou Marx, determinavam as regras da produção.

²⁷² Senhora Argentina Martins, 83 anos. Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Relato oral realizado no dia 04/03/2006.

²⁷³ Foram realizadas, no decorrer dos anos de 2004, 2005 e 2006, doze entrevistas orais com ex-operários e operárias da Companhia União Itabirana e da Fábrica de Tecidos da Pedreira.

Acreditamos que as mulheres com experiência e agilidade nas técnicas têxteis domésticas alcançavam o posto de tecelãs dentro das fábricas de tecidos mais rapidamente do que outras que não tinham esse contato anterior. Inclusive, conseguiam maior produção e, conseqüentemente, maior salário, como foi o caso de dona Argentina, que informou ter sido, por muitos anos, a tecelã que produzia a maior metragem de pano da Cia. União Itabirana. De acordo com relato da entrevistada, a produção das tecelãs era medida mensalmente e uma lista era fixada na porta da fábrica, informando os nomes das tecelãs e a metragem de tecido produzido por elas.

No caminho até aqui empreendido, observamos como a formação espacial conformou a instituição da disciplina no núcleo fabril pesquisado, por meio dos modelos de visibilidade e vigilância. A formação da disciplina derivaria de ações conjuntas, estabelecidas no interior da fábrica e no núcleo fabril. Foi possível perceber, ainda, como os operários nos momentos de lazer – festas juninas, representação dos autos-natalinos, nos domingos de descanso e nas rezas – e, também, nas doze horas diárias de trabalho, submetidos a um rígido controle, compartilhavam ideais, tensões, conquistas, temores e sonhos.

Na paisagem fabril-têxtil itabirana os proprietários e os trabalhadores instituíram formas possíveis de convivência e de sociabilidade e compuseram um cenário propício à organização de uma cultura do trabalho fabril, enquanto eles próprios se faziam industriais e operários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso desenvolvido nesta dissertação, sob o título *Mundos do Capital e do Trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930)* foi realizado mediante levantamento e estudo de fontes documentais, visuais, orais e textuais, nas cidades de Itabira e Belo Horizonte. O objeto de análise foi a fábrica de tecidos de algodão denominada Companhia União Itabirana, fundada em 1874, no município mineiro de Itabira (MG).

Como pôde ser visto ao longo desta dissertação, a adoção da perspectiva histórico-comparada foi, ao mesmo tempo, uma opção analítica e uma “imposição” posta pela empiria encontrada para seu desenvolvimento. Em outras palavras, ainda que o objetivo principal tenha sido ressaltar as especificidades do caso da Companhia União Itabirana, entre os anos de 1874-1930, a escassa documentação sobre sua trajetória histórica fez com que buscássemos compreendê-la mediante o diálogo com outras realidades fabris de Minas Gerais no mesmo período. Não é demais lembrar que a documentação referente ao caso aqui estudado encontra-se dispersa em jornais locais e regionais, no Museu de Itabira, em acervos particulares de ex-proprietários e ex-operários, no Arquivo Público Mineiro e, ainda, em referências bibliográficas. Não houve uma preocupação, por parte dos proprietários da Companhia União Itabirana, com a organização de um acervo com a documentação de seu empreendimento fabril, como ocorreu, por exemplo, com o caso das indústrias dos Mascarenhas, pesquisadas por Domingos Giroletti.

Se no início da pesquisa a dispersão e as lacunas documentais pareciam ser um obstáculo ao estudo do caso em questão, no decorrer da investigação a opção pela perspectiva comparada permitiu contornar problemas oriundos da natureza das fontes e ainda mostrar questões que, provavelmente, um estudo de caso, *strito sensu*, não teria permitido enxergar. Dentre eles, pode-se destacar a ausência de linearidade e de homogeneidade no próprio processo de industrialização têxtil em Minas Gerais e nas relações de sociabilidade e/ou de convivência estabelecidas entre os empreendedores e os trabalhadores nas experiências fabris da região. Também foi possível destacar aspectos até então pouco considerados por outros estudiosos da temática aqui trabalhada. Em geral, poucos foram os autores que se voltaram para uma análise dos processos de inovações tecnológicas utilizados na industrialização têxtil em Minas. A importação de mão-de-obra especializada e a substituição de tecnologia mediante o apoio à criatividade de trabalhadores brasileiros são temas apenas mencionados

por alguns autores. Ao ressaltá-los, esta pesquisa pretendeu indicar o esforço dos empresários mineiros para sintonizarem-se com o que havia de mais avançado no mercado tecnológico da época. Já o apoio à inventividade tecnológica de trabalhadores nacionais sinaliza, de um lado, a fragilidade tecnológica do “parque industrial” brasileiro no momento, se comparado com os centros europeus e norte-americano. De outro, permite perceber como os empresários mineiros buscavam enfrentar as dificuldades daí decorrentes. Ao incentivarem seus trabalhadores a criar novas tecnologias, eles estavam procurando solucionar entraves produtivos e, indiretamente, demonstrando que a força de trabalho nacional tinha condições, se apoiada, de responder às necessidades industriais.

A estes aspectos, trabalhados nos Capítulos I e II, agrega-se outro. O caso da Companhia União Itabirana é um dentre outros a indicar a não linearidade entre a produção artesanal de panos e a criação de indústrias têxteis. Ainda que não seja possível afirmar que tal realidade tenha ocorrido em toda a extensão de Minas Gerais, o caso aqui analisado é, sem dúvida, um a mais a problematizar tal questão. Foi possível perceber que o capital empregado para a instalação das fábricas de tecidos era proveniente, na maioria das vezes, de atividades ligadas aos produtores rurais, aos religiosos, aos comerciantes e aos rendimentos de trabalhadores liberais, como de médicos e de farmacêuticos.

Nos cinquenta e seis anos cobertos por nossa periodização, várias modificações aconteceram no país, tais como: a abolição da escravidão; a Proclamação da República; a constituição de classes trabalhadoras que se organizaram em associações e sindicatos; a racionalização técnica do trabalho; a chegada em massa de imigrantes; a higienização e a ordenação da sociedade; a remodelação dos espaços urbanos; as inovações tecnológicas e medicinais; a implementação de leis e medidas, pelo governo, no sentido de regulamentar as relações trabalhistas, entre outros. Todos esses fatores contribuíram para que, no período delimitado, várias transformações se processassem dentro das unidades fabris, o que caracterizou heterogeneidade na forma de organização do capital e do trabalho, na tecnologia, na produção, nos meios de transportes, entre outros aspectos.

A implantação de uma fábrica de tecidos no interior mineiro estava relacionada a todo um complexo contexto de modernização do país. A Companhia União Itabirana não foi um fato isolado no interior da Província Mineira, mas sua organização, implantação e tecnologia coincidiam com as de outras fábricas de tecidos implantadas no mesmo período, apesar de guardadas as suas especificidades.

Compreendemos, também, que os fatores propícios à implantação da efetiva indústria fabril-têxtil, nas últimas décadas do século XIX, foram provenientes de uma conjuntura internacional e nacional. Entre esses, ressaltaram-se: a produção de algodão em Minas e a abundância dessa matéria-prima no mercado brasileiro com o fim da guerra civil norte-americana; o distanciamento territorial de Minas em relação às outras Províncias e as dificuldades de transporte entre elas; os incentivos governamentais; as medidas de política econômica aplicadas durante a Guerra do Paraguai (expansão monetária e conseqüente desvalorização cambial e tarifas mais altas de importação) e a facilidade de importação de tecnologia (maquinário) e disponibilidade de técnicos estrangeiros para instalá-la.

No que se refere ao contexto histórico, foi na almejada modernidade industrial brasileira, inspirada pelos ideais de progresso e civilização, que homens de negócios investiram capital e esforços para a constituição de fábricas de tecidos de algodão em diversas regiões do estado e, também, do Brasil.

Na paisagem itabirana, entre os anos de 1874 e 1876, foi edificado um núcleo fabril com as marcas do ethos industrial da época. Nele, proprietários, tecnologia, trabalhadores, produção e relações sociais se estabeleceram. Instalado fora do perímetro urbano, esse núcleo integrava aspectos relacionados ao universo fabril e ao mundo rural, promovendo antagonismos como a convivência de técnicos estrangeiros ao lado de trabalhadores nacionais, livres e escravos; tecnologia importada que produzia tecidos posteriormente transportados nos lombos de burros pelo interior mineiro e a incorporação de signos da religiosidade, como o sino, para regular o tempo do trabalho.

No processo de industrialização, os empresários mineiros se constituíam industriais e pretendiam a formação de uma classe trabalhadora. Conforme foi observado, seus objetivos não se restringiam apenas ao lucro e à produtividade da unidade fabril-têxtil, mas relacionavam-se, também, à constituição de uma nova maneira de trabalhar e de produzir, relacionada com princípios de moralidade, religião, disciplina e racionalidade. Ao lado da lógica do capital, que investia recursos financeiros e esforços para montagem e manutenção dos empreendimentos fabris, estavam os sonhos, os ideais e os anseios dos trabalhadores. Marcadas por conflitos, disputas e concessões, estabeleciam-se relações de sociabilidade entre os proprietários da fábrica estudada e os trabalhadores, nos mundos do trabalho e do não-trabalho, conforme analisado no Capítulo III.

A finalização desta pesquisa não significa o esgotamento das questões nela presentes. Perguntas e problemas ainda podem calçar novos estudos sobre a Cia. União Itabirana. Por isso, espera-se que o presente trabalho contribua para abrir novos caminhos e para instigar novas questões e possibilidades de abordagens desta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da historia oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

ALVIM, Clóvis de Faria. *Escritos Bissextos*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

_____. *Boitempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2004.

BARROS, Altamir José de; DAMASCENO, Robinson dos Reis (coords.). *No Tempo do Mato Dentro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, s/d. [1991].

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 161-189.

_____. *O movimento operário na primeira republica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Vol. 21.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte, 2000. (Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva)

BIRCHAL, Sérgio Oliveira. *O Mercado de Trabalho Mineiro no Século XIX*. História Econômica & História de Empresas, São Paulo, v. I, n. 1, p. 31-63, 1999.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e Desigualdades: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: rio Fundo Editora e IUPERJ, 1991.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Editora Edusc, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.

CAPELATO, Maria Helena e DUTRA, Eliana de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.

CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

_____. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1981. 3 v.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.

COSTA, Maria Lúcia Prado (coord.). *A Fábrica de Tecidos de Machado – 1871-1917*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1989.

COUTO, Roberto M. *A Questão do Ferro*. Gráfica Olímpica Editora, 1938.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ed. Três, 1984.

DOMINGUES, Júlio Manoel. *Tropeirismo*. Seminário de Estudos Tropeiros. Sorocaba, SP, junho de 2003.

DUARTE, Regina Horta. *Os Sinos, os Carros de Bois e a Locomotiva em São João Del Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX*. Revista Varia História. Belo Horizonte, UFMG. Nº 17, Março de 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas Dutra. *Caminhos Operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec-Editora da UFMG, 1988.

FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. Estudos Avançados. Vol. 6 nº.14. São Paulo, jan./abr. 1992.

_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 2001. 2v.

FERREIRA, Diva. *Memórias: Itabira – Minas*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1999.

FERREIRA, Jorge Luís. *A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANÇA, Jussara. Itabira: Um Perfil da sua História. In: *No Tempo do Mato Dentro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, s/d. [1991] (*Introdução do livro de fotografias*)

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UnB, 2002.

_____. *Modernização capitalista em Minas Gerais – a formação do operariado industrial e de uma nova cosmovisão*. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1987 (tese de doutorado).

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.

_____. República, Trabalho e Cidadania. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e Desigualdades: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: rio Fundo Editora e IUPERJ, 1991.

GUIMARÃES, Alisson Pereira. *Itabira: a Cidade e o Minério*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1961 (tese de doutorado).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *A História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1979.

_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no Século XX*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos & C., 1911.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Repensando o Conceito do Paternalismo Escravista nas Américas*. Texto de conferência apresentada na UFMG, em novembro de 2005.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A Máquina, Tração do Progresso. Memórias da Ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 11/06/2003.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Marco Zero e UFRJ, 1987.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo: Marco Zero e UnB, 1988.

_____. *Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: Lopes, José Sérgio [et. al.]. *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1954.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Os homens de ferro*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1985.

MOURA, Marcelo Duarte. *A Indústria Artesanal de Tecidos em Minas Gerais na 1ª Metade do Século XIX*. CEDEPLAR, 2002. X Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina – MG.

NETO, José Miguel Arias. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 191-229.

NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1. p. 13-44.

OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de. *Itabira: Desenvolvimento e Dependência*. Itabira: Gráfica Dom Bosco, 1991. Edição Comemorativa.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Percalço da Industrialização: o caso de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, 2001.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento*. CEDEPLAR, 2002. X Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina – MG.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy . *Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995. pp. 279-290.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930) – documentos*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. 2 v.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. *Dossiê: Diálogos com E. P. Thompson*. Nº 12, Outubro 1995.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Estudos Brasileiros: v. 90).

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense 1891/1935*. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em História – UFMG/FAFICH, 08/07/2003.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988. Série: Teses e Pesquisas.

RONCAYOLO, Marcel. “Chapitre Premier: La ville em ses prémices” e “Chapitre IV: Ville et culture urbaine”. In: *La villes et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997, p.27-34 e p.73-89. Tradução livre de Denise Bahia.

SAINT-HILAIRE, August de. Jornada de Itabira à Vila do Príncipe. In: *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1975, p. 117/126.

SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo: Editora Atual; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra J. (orgs). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário Urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TAMM, Paulo. *A Família Mascarenhas e a Indústria Têxtil em Minas*. Belo Horizonte: Papelaria e Tipografia Brasil, Velloso & Cia. Ltda, 1940.

_____. *Uma Dinastia de Tecelões*. 1960.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v. Coleção Oficinas da História.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de História e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 127-162.

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar (1883-1987)*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A., 1990. (mimeo.).

VERSIANI, Maria Teresa R. O. *O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta, século XIX*. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, ano VI, 1992. Diamantina (MG). Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. pp. 83-104.

VIANA, Maria Eva Dias. *A Escravidão em Itabira e Regiões Próximas no Século XIX*. Monografia de Final do Curso de Graduação em Estudos Sociais. Itabira: FUNCESI/FACHI, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PERIÓDICOS

Anuário Estatístico 1922-1925. Belo Horizonte, Acervo do Arquivo Público Mineiro.

Coleção do jornal *Correio de Itabira*. Itabira: Typografia Oficial, 1901 a 1903. Acervo Particular, arquivo de família (os jornais pertenciam ao fotógrafo Brás Martins da Costa).

Jornal *Minas Gerais*, Edição Especial: 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. Acervo do Museu de Itabira.

Jornal *Minas Gerais*, 07 de janeiro de 1937. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 15 de junho de 1941. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 19 de junho de 1941. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 19 de fevereiro de 1960. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 09 de março de 1960. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 09 de abril de 1960. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 10 de março de 1961. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *Minas Gerais*, 03 de maio de 1961. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Jornal *O Cometa Itabirano*. Entrevista com o Sr. Embaixador Antônio Camilo de Oliveira, um itabirano. Ano I, Março de 1980. Acervo de família.

Jornal *O Tempo*. Ano 2 , janeiro de 1891. Itabira, acervo do Museu de Itabira.

Revista do Arquivo Público Mineiro, 1897, vols. I a IV. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro.

_____. 1898, vol. III. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro.

DOCUMENTOS AVULSOS IMPRESSOS E MANUSCRITOS

Brasil. Congresso Nacional. *Comissão de Inquérito Industrial. Relatório apresentado ao Ministro da Fazenda*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, V. 1. 1882.

Câmara Municipal de Itabira. *Ata da reunião de 11 de outubro de 1874 para criação de uma Fábrica de Tecidos*. Acervo particular Sr. Afonso Camilo de Oliveira Lage.

CHAVES, Antônio Gonçalves. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na segunda sessão da 24 legislatura, em 2 de agosto de 1883*. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1883.

Companhia União Itabirana. *Estatutos, Cidade de Itabira*, 1 de março de 1875, anexado ao Decreto número 6.162 de 24 de março de 1876. Arquivo Público Mineiro.

Correspondência ao Presidente da Província, de 08/02/1886. Secretaria do Governo da Província, Códice 31, 1886-1887. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro. (*Documentos Manuscritos*).

ENGRÁCIA, Júlio Pe. Chorografia Mineira; Município e Comarca de Itabira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III*. Ouro Preto, 1898. pp. 329/354.

Livro de Leis Mineiras, 1876. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro.

Mapa do Município de Itabira. Secretaria de Viação e Obras Públicas – SVOP. Autoria: Octávio Roscoe. Data da produção: 1939. Escala numérica: 1:100.000. Dimensões: 94,0 x 115,0 cm. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, SVOP – 207.

Regulamento Interno da Fábrica de Tecidos da Pedreira, s/d, provavelmente do início do século XX. Acervo de família.

DEPOIMENTOS ORAIS

Sr. Afonso Camilo de Oliveira Lage. Data de nascimento: 26/04/1921.
Ex-diretor e sócio da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: diversas ocasiões entre os anos de 2004 a 2006.

Sra. Argentina Martins. Data de nascimento: 21/05/1923.
Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sr. Benedito Geraldo Alves. Data de nascimento: 11/04/1931.
Ex-operário da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: várias ocasiões, entre janeiro e março de 2006.

Sra. Clarice Nunes Lima. Data de nascimento: 02/02/1928.
Ex-tecelã da Fábrica de Tecidos da Pedreira. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sr. Evandro Pereira Guerra. Data de nascimento: 12/03/1933.
Filho de ex-proprietário da Fábrica de Tecidos da Pedreira. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sra. Izabel Silva Costa. Dona Bebê. Data de nascimento: 19/10/1929.
Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Datas: primeiro contato e entrevista em 2004, posteriormente, em março de 2006.

Sr. João André Gregório. Data de nascimento: 04/02/1927.
Ex-operário da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sra. Lena Viana Camilo Oliveira. Data de nascimento: 20/11/1932.
Esposa do Sr. Afonso. Residiu no núcleo da Companhia União Itabirana.
Data: diversas ocasiões entre os anos de 2004 a 2006.

Sra. Maria da Conceição Araújo. Data de nascimento: 27/07/1921.
Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sra. Maria da Fé Silva. Dona Iaiá. Data de nascimento: 01/08/1915
Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sra. Olinta Rodrigues. Data de nascimento: 18/07/1925
Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.

Sra. Regina Pascoal Rodrigues. Data de nascimento: 17/05/1921.
Ex-tecelã da Companhia União Itabirana. Residente em Itabira.
Data: março de 2006.